

138

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO

**ESTUDO DE QUATRO MUNICÍPIOS DA SERRA DO SUDESTE DO RIO GRANDE DO
SUL E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para a obtenção do título de "MESTRE".

Orientador

MARCOS AFFONSO ORTIZ GOMES

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
1996**

**Ficha Catalográfica preparada pela Seção de Classificação e Catalogação da
Biblioteca Central da UFLA**

Ribeiro, Claudio Marques

Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento / Claudio Marques Ribeiro. -- Lavras : UFLA, 1996.

141 p. : il.

Orientador: Marcos Affonso Ortiz Gomes.

Dissertação (mestrado) - UFLA.

Bibliografia.

1. Rio Grande do Sul - Serra do Sudeste. 2. Administração rural. 3. Desenvolvimento rural - Município - Alternativa. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD-630.68

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO

**ESTUDO DE QUATRO MUNICÍPIOS DA SERRA DO SUDESTE DO RIO GRANDE DO
SUL E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração Rural e Desenvolvimento, para a obtenção do título de "MESTRE".

APROVADA em 12 de dezembro de 1996.



Prof. Jovino Amâncio de Moura Filho



Prof. Edgard Alencar



Prof. Astor Antônio Diehl



Prof. Marcos Affonso Ortiz Gomes
(Orientador)

À Cristina, minha grande companheira;
Às filhas Juliana, Cláudia e Cibeli pela compreensão
da minha presença ausente durante o curso.

A toda a minha família,

OFEREÇO

Ao homem do campo e sua família por sua bravura;
Aos extensionistas rurais pelo ideal,

DEDICO

BIOGRAFIA DO AUTOR

CLAUDIO MARQUES RIBEIRO, filho de Flávio Pilla Ribeiro e Izabel Corrêa Marques nasceu em Bagé-RS, em 04 de outubro de 1958.

Graduou-se em Agronomia pelas Faculdades Unidas de Bagé (FUnBa), hoje Universidade da Região da Campanha, no Rio Grande do Sul, em 1981.

Em 1982, ingressou por concurso público na EMATER/RS e desempenhou as funções de Extensionista Rural local, no município de Pinheiro Machado. Posteriormente, desempenhou as funções de gerente no Escritório Regional da EMATER/RS, em Bagé, por 8 anos até dezembro de 1994.

Em 1995, ingressou no curso de Mestrado em Administração Rural, área de concentração em Administração e Desenvolvimento Rural, na Universidade Federal de Lavras, MG.

AGRADECIMENTOS

O autor expressa seus agradecimentos:

À EMATER/RS, pela oportunidade que lhe foi dada;

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal e Ensino Superior / CAPES;

À Universidade Federal de Lavras (UFLA);

Ao Professor Orientador Marcos Affonso Ortiz Gomes, verdadeiro parceiro na elaboração deste trabalho;

Aos Professores Jovino A. de Moura Filho e Edgard Alencar;

Aos colegas do Mestrado pelo companheirismo, solidariedade e amizade;

Aos funcionários do DAE / UFLA e da Biblioteca Central;

Aos colegas da EMATER/RS dos quatro municípios componentes da Área Piloto e do Escritório Regional de Bagé, pela disponibilidade e pelo apoio;

Ao colega da EMATER/RS, Zootecnista Getúlio Villela pelas discussões e informações;

Ao ex-Presidente da EMATER/RS, Eng^o Agr^o Celso Bins, pelo estímulo e viabilização da realização do curso de Mestrado;

Ao colega Diretor Técnico da EMATER/RS, Zootecnista Jair Seidel pelo apoio e pelas oportunidades;

Aos produtores rurais dos municípios que contribuíram para este trabalho;

Aos amigos que sempre ajudaram e apoiaram, mesmo à distância .

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	viii
LISTA DE FIGURAS.....	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xv
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 Desenvolvimento.....	5
2.2 O desenvolvimento rural.....	12
2.3 O desenvolvimento e a pequena produção.....	15
2.4 O desenvolvimento e a participação.....	17
3 METODOLOGIA E ÁREA DE ESTUDO.....	20
3.1 Processos e produtos elaborados pelo pesquisador.....	22
3.2 Elementos produzidos pelo meio.....	24
3.3 Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural onde está inserido o sujeito.....	24
4 A OCUPAÇÃO DA TERRA E A FORMAÇÃO DO GAÚCHO.....	28
4.1 A fixação conturbada.....	30
4.2 A economia.....	36
4.3 O processo de consolidação.....	37
4.4 Novas instabilidades.....	40
4.5 A inversão da riqueza.....	45
4.6 A pauperização de uma região heróica.....	49
5 MUNICÍPIOS DE SANTANA DA BOA VISTA, LAVRAS DO SUL, PINHEIRO MACHADO E CAÇAPAVA DO SUL: SÍNTESE HISTÓRICA E SITUAÇÃO ATUAL ..	57
5.1 SÍNTESE HISTÓRICA.....	57

5.1.1 Pinheiro Machado.....	57
5.1.2 Caçapava do Sul.....	58
5.1.3 Lavras do Sul.....	59
5.1.4 Santana da Boa Vista.....	61
5.2. SITUAÇÃO ATUAL	62
5.2.1 Análise da população.....	62
5.2.1.1 População atual e a sua evolução recente.....	63
5.2.1.2 Estrutura etária da população.....	66
5.2.1.3 Escolaridade da população.....	68
5.2.1.4 Saúde da população.....	69
5.2.1.4.1 Taxa de mortalidade infantil.....	69
5.2.1.4.2 Atendimento à saúde.....	70
5.2.1.5 Grau de Indigência.....	71
5.2.1.6 Breve avaliação de algumas formas associativas.....	72
5.2.1.7 Índice de Desenvolvimento Social.....	77
5.2.2 Análise da economia.....	78
5.2.2.1 Contribuições setoriais.....	78
5.2.2.2 Solos.....	80
5.2.2.3 Estrutura de produção.....	82
5.2.2.3.1 Produção agrícola dos municípios.....	82
5.2.2.3.2 Produção pecuária dos municípios.....	85
5.2.2.4 Comercialização da produção.....	86
5.2.2.5 Estrutura fundiária.....	88
5.2.2.6 Tipos de produtores	96
6 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: PROPOSTAS EM DISCUSSÃO	103
6.1 A questão da industrialização.....	105
6.2 Ações emergenciais.....	108
6.2.1 Alimentação.....	108
6.2.2 Saúde.....	109
6.3 Propostas de políticas públicas.....	110
6.3.1 Ações políticas.....	110
6.3.2 Ações sobre os aspectos culturais.....	113

6.3.3 Ações sobre a estrutura.....	115
6.3.3.1 Posse da terra.....	115
6.3.3.2 Infra-estrutura.....	116
6.3.3.2.1 Infra-estrutura de apoio às atividades agrícolas.....	117
6.3.3.2.2 Infra-estrutura de apoio à vida rural.....	120
6.3.3.3 Ensino e Pesquisa.....	121
6.3.3.3.1 Ensino.....	121
6.3.3.3.2 Pesquisa.....	123
6.4 Integração com a agroindústria.....	124
6.5 Ações de Reconversão das atividades produtivas.....	126
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	132
ANEXOS.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
1	Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul em 1785.....	39
2	Crescimento da receita de municípios do Rio Grande do Sul entre 1912 e 1925.....	49
3	Participação das regiões do Rio Grande do Sul no total da população do estado entre 1890 e 1991.....	54
4	Participação das regiões do Rio Grande do Sul no Produto Interno Bruto total do estado entre 1939 e 1980.....	56
5	População do Rio Grande do Sul, da região sul e dos municípios em estudo em 1991.....	64
6	Evolução da população dos municípios em estudo e do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991.....	66
7	População rural, segundo o sexo e faixa etária no município de Santana da Boa Vista, 1991.....	67
8	Taxa de analfabetismo nas populações maiores de 15 anos de idade no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, 1991.....	68

Quadro	Página
9 Taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, 1991.....	70
10 Número de habitantes por leito no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, 1991.....	71
11 Número de famílias indigentes no Rio Grande do Sul e nos municípios em estudo, 1990.....	71
12 Percentual da breve avaliação de algumas formas associativas dos habitantes da zona rural de Santana da Boa Vista, 1992.....	73
13 Estimativa do Índice de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, da região sul e dos municípios em estudo, 1992.....	78
14 Contribuições setoriais na economia dos municípios em estudo	79
15 Classes de solo dos municípios em estudo.....	81
16 Áreas e produtividades das principais culturas dos municípios em estudo, safra 93 / 94.....	83
17 Participação percentual das propriedades menores de 100 ha na produção agrícola nos municípios em estudo.....	84
18 Áreas ocupadas, rebanhos e produtividades das criações nos municípios em estudo, 1994.....	86
19 Participação percentual das propriedades menores de 100 ha na produção pecuária nos municípios em estudo.....	86

Quadro		Página
20	Destino da produção agropecuária dos municípios de Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul, em percentuais.....	87
21	Estrutura fundiária dos municípios em estudo: número de estabelecimentos e área ocupada, 1985.....	91
22	Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e dos municípios em estudo; percentuais de estabelecimentos e de área ocupada - 1985.....	92
23	Percentual de alteração no número de estabelecimentos nos municípios em estudo entre 1970 / 1985.....	95
24	Tipos de produtores periféricos.....	99
25	Tipos de produtores em transição.....	100
26	Tipos de produtores consolidados.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura		Página
1	Localização dos municípios da Área Piloto.....	27
2	Mapa dos municípios da Área Piloto.....	27
3	A Vacaria del Mar (século XVII).....	29
4	A área de domínio português (século XVII).....	32
5	Delimitações das fronteiras segundo o Tratado de Madri, 1750.....	34
6	Delimitações das fronteiras segundo o Tratado de Santo Ildefonso, 1777..	36
7	A área de domínio português (1801)	39
8	Principais combates da Revolução Farroupilha (1835-1845).....	43
9	Rio Grande do Sul, regiões econômicas da Velha República.....	46
10	Principais combates da Revolução Federalista (1893-1895).....	48
11	Principais combates da Revolução de 1923.....	51

Figura**Página**

12	Percentual de Condomínios Rurais entre a Metade Sul e Metade Norte do Rio Grande do Sul, 1988 / 1995.....	76
13	Percentual das classes de solo dos municípios em estudo.....	82
14	Relação entre a área plantada com cultivos anuais e as áreas não cultivadas com potencial (classe I, II e III), dos municípios de Santana da Boa Vista, Lavras do Sul e Caçapava do Sul.....	84
15	Estrutura fundiária dos municípios em estudo: percentuais de estabelecimentos e de área ocupada, 1985.....	93
16	Percentual dos estabelecimentos menores e maiores de 100 ha nos municípios em estudo.....	94

RESUMO

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento.** Lavras: UFLA, 1996. 141p. (Dissertação-Mestrado em Administração Rural).*

O Rio Grande do Sul é tido como um dos estados brasileiros mais desenvolvidos, apresentando indicadores sócio-econômicos superiores ao restante do país. Embora se coloque em uma melhor posição, não se trata de um estado homogêneo, existindo uma parte Norte e Nordeste mais desenvolvida, e uma parte Sul que apresenta uma economia menos dinâmica e com uma situação de pobreza alarmante. Na parte Sul existem algumas microrregiões diferenciadas. Uma delas é a Serra do Sudeste, onde os indicadores de pobreza são mais graves do que a própria região empobrecida do Sul. Este estudo toma como base os dados de quatro municípios desta região (Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Pinheiro Machado), onde, a partir de um trabalho iniciado, e em andamento, pela EMATER/RS, busca-se discutir a situação atual, seus principais problemas, suas soluções e alternativas dentro do projeto institucional "Área Piloto" que também fornece subsídios a esta pesquisa. Metodologicamente, a atuação das agências de desenvolvimento desprezam os dados de ocupação da terra e da formação do gaúcho que têm se refletido em propostas de ação sem engajamento local e com pouca capacidade transformadora. Partindo desta baixa efetividade das propostas de desenvolvimento, este trabalho busca compreender o passado da região e dos municípios que foi definidor da ocupação da terra e da formação do homem. Tais elementos historicamente constituídos, pelas características econômicas e culturais deles engendradas, têm contribuído para manter esta situação de estagnação e empobrecimento. Este estudo minuciosa esta situação através da apresentação dos principais indicadores sócio-econômicos da região, identificando a importante participação da

* Orientador: Marcos Affonso Ortiz Gomes. Membros da banca: Jovino Amâncio de Moura Filho, Edgard Alencar e Astor Antônio Diehl.

agricultura na economia regional e ainda discute as questões da agricultura, a partir daqueles indicadores, do posicionamento dos produtores e das propostas e teorias predominantes de desenvolvimento. Os resultados sugerem que a questão da formação cultural decorrente da história de guerras e da luta pela sobrevivência naquela região, muito diferenciada do restante do país, é um entrave às iniciativas associativas e à diversificação das atividades de exploração agropecuárias contidas nas propostas técnicas. Como resultado, também se destaca o quadro analítico de identificação dos tipos de produtores rurais existentes nos municípios. Este quadro, partindo de proposições teóricas recentes, além de contribuir para a reflexão científica da realidade rural, aponta para a necessidade da diferenciação do trabalho da extensão rural em atendimento aos diversos atores sociais do campo. Por último, a título de contribuição prática desta dissertação, são discutidas e sugeridas ainda possíveis alternativas a partir da análise daquela realidade regional, sob a luz dos conceitos de desenvolvimento e sob a ótica dos atores envolvidos e do autor.

ABSTRACT

STUDY OF FOUR MUNICIPALITIES OF THE “SERRA DO SUDESTE” IN RIO GRANDE DO SUL STATE AND ALTERNATIVES FOR DEVELOPMENT

Rio Grande do Sul is considered one of the most developed Brazilian states, presenting social economical levels superior to the rest of Brazil. Although it is in a better position, it is not a homogeneous state with the North and Northeast being more developed. The South presents a less dynamic economy with alarming poverty level. In the South area there are some differentiated microregions. One of them is the “Serra do Sudeste” where the poverty levels are more severe than the poor South region itself. This study bases on the data of four municipalities in this region (Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul, Lavras do Sul and Pinheiro Machado). Based on an initiative in progress done by EMATER/RS there, this work tries to discuss the current situation, its main problems, its solutions and alternatives within the institutional project “Área Piloto” (Pilot Area) which provides subsidy to this research. Methodologically, the actuation of the developmental agencies ignore the data on the land occupation and the formation of the “gaúcho” (a native of the state of Rio Grande do Sul) which has reflected in action proposals only at the local level and very little transformation capacity. Based on this low effectivity of the developmental proposals, this work tries understand the past of the region and its municipalities. Its past was the determinant of the land occupation and formation of the inhabitants. These elements historically established, engendered by economical and cultural characteristics have contributed to maintain this situation of stagnation and impoverishment. This study goes into details of this situation presenting the main social economic indicators of the region by identifying the important participation of the agriculture on the regional economy. It also discusses the agriculture issues basing on these indicators, the positioning of the producers and predominant proposals and theories of development. The results suggest that the issues of cultural formation resultant from the war history and struggle for survival, very differentiated

from the rest of the country in that region, is an encumbrance to the associative initiatives and to the diversification of the activities of agriculture exploration included in the technical proposals. Also as a result, the analytical situation of identification of the types of rural producers in the municipalities stands out. This situation, based on recent theoretical proposals, contributes to a scientific reflection of the rural reality and it also points to the necessity of a differentiation of the rural extension work attending the various rural social participants. At last, as a practical contribution from this dissertation, possible alternatives are discussed and suggested based on the analysis of that regional reality, in light of developmental concepts and under the observation of the participants involved and the author.

1 INTRODUÇÃO

A formação cultural e econômica do Brasil apresentou uma série de processos multifacetados em todo o seu território, devido às diferentes formas de colonização e exploração, a partir da chegada dos portugueses.

O Rio Grande do Sul, devido a sua situação geográfica distante do centro do país e próximo dos países do Prata, não possuindo riquezas minerais, integrou-se de forma tardia ao restante do Brasil. Este processo de integração deu-se através de uma enorme instabilidade política local, com inúmeras lutas pela demarcação da fronteira e pela ocupação militar da terra, especialmente na parte sul do estado. Este fato, além de proporcionar a essa região uma formação fundiária diferenciada em relação ao restante do Rio Grande, estabeleceu uma formação cultural e econômica específica. O “gaúcho” desta região se caracterizou pelo espírito de defesa permanente, por ser pouco gregário e associativo e se dedicar à atividade extensiva do gado sem o cultivo intenso da terra.

Ao contrário, a metade norte do estado foi povoada por europeus de origem alemã e italiana no século XIX, partindo de uma formação fundiária diferente. As suas atividades econômicas foram baseadas na agricultura mais intensiva e diversificada, na pequena produção, nos manufaturados e na agroindustrialização. Além disso, a migração organizada de outro país em busca de um futuro melhor e a sua localização distante das fronteiras contribuíram para que o povo tivesse um espírito maior de solidariedade e união. Estes fatos proporcionaram à região norte, com o passar do tempo, maior desenvolvimento, tanto econômico quanto social.

Esta questão histórico-cultural tem causado uma contínua diferenciação que tem se acentuado no decorrer dos anos, entre a parte sul e a parte norte, constituindo-se atualmente o Rio Grande em duas regiões distintas: “o Sul pobre e o Norte rico”.

A metade sul permaneceu com suas atividades extensivas, provocando um processo de estagnação econômica que vem gerando consequências sociais graves e baixa qualidade de vida. Este desequilíbrio regional tem merecido atenção das autoridades, segundo os discursos

Justificativa
Espírito de
solidariedade
na parte sul
e acentuado

oficiais, a ponto de se tornar prioridade governamental a nível estadual e federal, com a destinação de recursos para a região, visando diminuir tal desequilíbrio, como o RECONVERSUL - Plano de Restruturação Econômica da "Metade Sul". A aplicação destes recursos, que vem sendo feita atualmente, deveria considerar esta realidade histórico-cultural e o que se entende por "desenvolvimento". As formas deste entendimento são importantes para definir também a maneira de a população pobre participar dos seus benefícios ou não.

Na Metade Sul encontram-se os municípios escolhidos para este estudo, cujos indicadores sócio-econômicos são muito graves. De acordo com a Fundação de Economia e Estatística/RS (1995) que classifica os municípios do estado a partir do Índice de Desenvolvimento Social, os quatro municípios estudados encontram-se entre os 100 mais pobres, com as colocações 11ª, 20ª, 40ª e 90ª, respectivamente Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul. Estes indicadores de pobreza, por serem preocupantes, têm levado lideranças e autoridades a discutir e propor programas que tenham teoricamente viabilidade técnica e financeira, sem, contudo, considerar os entraves culturais existentes. Assim, raramente têm obtido sucesso.

Este desequilíbrio em um estado como o Rio Grande do Sul, tido como um dos mais desenvolvidos do país, causa estranheza, merecendo, por isso mesmo, um estudo mais aprofundado. Apesar desta diferença as políticas propostas tem sido sempre no sentido de reforçar o descompasso na distribuição de oportunidades políticas e econômicas, aumentar as disparidades em termos de distribuição de renda e fortalecer os sistemas e as atividades de exploração que têm conduzido à estagnação e ao atraso. O entendimento e expectativas das lideranças locais a respeito de desenvolvimento têm contribuído para o agravamento desta situação, pois desenvolvimento tem sido visto apenas sob o prisma do crescimento da economia, sem que sejam consideradas as enormes desigualdades e os indicadores sociais. Assim, algumas questões tomam vulto em uma região que, mesmo em decadência durante quase cinquenta anos, não alterou sua forma de agir e de administrar seus recursos. É necessário entender melhor quais os principais motivos que levaram a esta diferenciação regional e quais são, de fato, estas diferenças. É necessário também compreender melhor de que forma a questão histórica da ocupação da terra e das inúmeras lutas contribuíram para a formação do homem, quais os seus valores e expectativas, e quais são, segundo a sua ótica, as perspectivas para a mudança. E é necessário também buscar os conceitos de desenvolvimento que permitam ajudar a análise da real importância e o verdadeiro papel da economia. Longe de responder todas estas questões, este

trabalho busca ao menos contribuir para que, a partir da reflexão acadêmica, questões como essas possam ser melhor compreendidas no seu sentido prático-teórico.

Esta situação de desigualdade tem preocupado também a EMATER/RS que criou em 1994 o programa chamado “Área Piloto”, visando desenvolver ações diferenciadas na busca do desenvolvimento integral, com a mobilização e a participação dos produtores rurais e lideranças. Este estudo, que faz parte deste Programa estuda os quatro municípios localizados na Serra do Sudeste (Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul) que apresentam uma situação de empobrecimento, evasão acentuada de população, restrições de solos, atividades agrícolas tradicionais e uma formação cultural baseada na exploração extensiva da grande propriedade. Busca contribuir, ainda, para um estudo minucioso desta situação de pobreza e estagnação econômica, que permita até apontar algumas alternativas para o seu desenvolvimento, considerando a questão cultural, os recursos existentes e as potencialidades técnicas e econômicas. A caracterização dos tipos sociais do meio rural originada na análise poderá servir como importante instrumento reflexivo para se chegar à discussão do desenvolvimento vinculado à problemática da participação.

Assim, o presente estudo busca os conceitos de desenvolvimento e de desenvolvimento rural, como forma de embasar teoricamente as análises feitas posteriormente. O capítulo três apresenta a metodologia utilizada para o levantamento dos dados e delimita a área deste estudo e no capítulo seguinte é descrita, como resultado de forma detalhada, a ocupação da terra gaúcha e a formação do homem da região, evidenciando de que forma contribuíram para a consolidação do poder político econômico e, ao mesmo tempo, foram parte do declínio regional. O capítulo cinco aborda uma síntese histórica dos quatro municípios e apresenta os dados sócio-econômicos dos municípios, com algumas interpretações a respeito dos indicadores constituídos pelas agências governamentais. Nesta etapa é mesclada também a visão dos produtores rurais da região a respeito de toda a situação existente e são também identificados e classificados os tipos de produtores que, por suas semelhanças permitem uma discussão mais profunda sobre a sua realidade, bem como uma caracterização teórico-analítica muito importante. Por fim, são apresentadas e sugeridas algumas alternativas de desenvolvimento, a partir da realidade encontrada, sob a luz dos conceitos apresentados e sob a ótica do autor, dentro de uma perspectiva de contribuição prática deste trabalho. Longe de ser uma obra completa e definitiva, busca levantar questões e discutir alternativas que possam, embasadas nos conceitos teóricos, contribuir para o processo de desenvolvimento.

Embarramento
teórico

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O esforço de síntese teórica a seguir tem um objetivo aparentemente ingênuo, porque nele procura-se juntar num só conceito de desenvolvimento de alguns autores de matrizes paradigmáticas opostas. Classicamente deve ser trabalhado numa dissertação acadêmica a classificação dos autores segundo suas linhas, pelo menos no que tange ao paradigma da harmonia ou do conflito como motor da transformação social. Duas razões se apresentam para justificar a configuração deste capítulo como se apresenta: a primeira está na problemática do contexto atual, ou seja, este trabalho está sendo produzido em um momento de crise generalizada de ambos paradigmas quanto ao seu resultado histórico vivenciado. Não há quem se arrisque em demasia, nos meios acadêmicos de hoje, a não ser quem tem motivos pessoais e políticos de sobra em empenhar a bandeira do “Fim da História”, de um lado, ou em fazer a apologia do “Colapso da Modernização”, do outro. O questionamento científico pede muita cautela, pois se passaram mais de cento e cinquenta anos de debates e enfrentamentos, só para ficar no processo de industrialização e a produção do conhecimento na era cibernética ainda oscila no parâmetro dos modismos. A segunda razão vem subordinada a primeira: uma dissertação de mestrado nos moldes atuais leva os trabalhos serem eminentemente bibliográficos ou, se empíricos, exigem uma leitura mais pragmática dos pressupostos teóricos. Isto quer dizer que, mesmo realizando uma leitura crítica das obras à disposição, procura-se na reflexão sobre elas, retirar os pontos concordantes, quando o conceito síntese possível não anula a base conflitante no qual ele mesmo foi gerado. E isto é o que se propõe nesta reflexão teórica. Ao invés de se deter na classificação das ordens paradigmáticas de cada autor, onde o conceito de desenvolvimento foi gerado procurar-se-á demonstrar que as exigências dos próprios conflitos de interesses levaram a uma formação consensual da amplitude deste conceito, muito além da posição de sinônimo de crescimento econômico.

2.1 Desenvolvimento

Desenvolvimento significa fazer crescer, progredir, melhorar, retirar o invólucro, desenrolar. O “des-envolver” significa sair do envolvimento, de uma situação existente para outra situação diferente. Lisboa (1996) afirma que nos principais idiomas o sentido literal de desenvolvimento é o mesmo: descascar, desembulhar, tirar do envelope, ou seja, trata-se de romper com as amarras, os condicionantes naturais ou constituídos culturalmente que impedem o progresso.

conceito
alternativo
ideológico

Embora o desenvolvimento tenha sido confundido com crescimento econômico, na verdade caracteriza-se por ser um processo muito mais amplo que envolve outros fatores. Sobre isso, Leite (1983) afirma que, no pós-guerra, o desenvolvimento era fundamentado no crescimento do produto ou renda por habitante, analisando-se o desenvolvimento ou não de determinada região ao longo de determinado tempo, pelo incremento do produto ou renda “per capita”.

desenvolvimento
fundamentalmente
arraigado nos
“modelos”
de países
desenvolvidos

Por tratarem-se de estudos de certa forma novos, os “modelos” de desenvolvimento existentes eram baseados no exemplo dos países centrais que obtiveram desenvolvimento a partir da industrialização, que tornou-se assim, o principal objetivo dos países “atrasados ou de periferia”.

De acordo com Havens (1972), a classificação dos países em desenvolvidos ou subdesenvolvidos, com base na renda per capita, fez com que se tornasse fácil para os estudiosos definir o conceito de desenvolvimento como ocidentalização, sob o título da modernização. Isto é reforçado por Röpke (1963) quando afirma que por trás do tema desenvolvimento oculta-se a idéia da propagação, aparentemente irrefreável, de uma forma cultural que passou a dominar o mundo, qual seja, a ocidental, à custa da desagregação e dissolução inexoráveis de todas as outras.

Assim sendo, a meta adequada de desenvolvimento era aquela de uma sociedade urbano-industrial, sendo o “moderno” medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que uma sociedade tivesse alcançado, sendo basicamente desenvolvimento o mesmo que crescimento econômico (Caiden e Caravantes, 1982).

*
intelectual
sociológica

Estes conceitos passaram a ser contestados, com a inclusão de outros fatores na definição de desenvolvimento. Cardoso e Faletto (1970) afirmam que às análises baseadas nos esquemas econômicos de desenvolvimento - que pressupõem a viabilidade da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento - somaram-se esforços de interpretação sociológica visando explicar esta transição.

Esta mudança de conceitos (Sousa, 1980) deve se refletir sobre as análises realizadas. Segundo ele, ao entender-se que desenvolvimento é o mesmo que crescimento econômico, a análise restringe-se a uma apreciação quantitativa de dados estatísticos; se for entendido que é melhoria do nível de vida das comunidades, então torna-se necessário proceder-se a uma análise qualitativa do sistema e das instituições.

Alguns conceitos foram desenvolvidos a partir de então. Becker (1989) diz que o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Não esclarece, entretanto, como este processo se torna automático.

Para Schumpeter, citado por Sousa (1980), o crescimento econômico deve diferir-se de desenvolvimento. Crescimento econômico implica em saltos quantitativos e modificações qualitativas no processo econômico os quais derivam de modificações introduzidas por agentes interiores, enquanto que o desenvolvimento é a transformação espontânea e descontínua das artérias de fluxo, distúrbio de equilíbrio que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio preexistente. É o *des-envolvimento*, o rompimento das amarras que mantêm o equilíbrio de determinada situação, em busca de uma nova situação de equilíbrio, supostamente melhor que a situação anterior. Ou seja, o desenvolvimento é um processo complexo que concerne aos aspectos econômicos, sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade, que exige o crescimento econômico com o qual ele não se confunde e que supõe uma transformação profunda das estruturas econômicas e sociais. O desenvolvimento, em resumo, é também um progresso econômico que se insere no progresso mais geral da sociedade.

Todaro, citado por Leite (1983), resume a sua concepção sobre desenvolvimento afirmando que desenvolvimento é o processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas, a partir de:

- aumento dos níveis de qualidade de vida da população, isto é, sua renda e níveis de consumo de alimentos, serviços médicos, educação, etc, através do processo de crescimento econômico relevante;

- criação de condições que contribuam para o aumento do auto respeito da população, através de processos econômicos, políticos e sociais que garantam a dignidade e o respeito humano;

- aumento da liberdade de escolha da população através da ampliação das suas oportunidades.

Sousa (1980) inclui como fator de análise do desenvolvimento ou não das sociedades, além da renda per capita, o nível de consumo e investimento (tipos de produtos consumidos e a propensão marginal à poupança e investimentos); o grau de instrução das populações (níveis de analfabetismo e acesso ao ensino superior); condições de acesso e segurança no emprego; níveis de acesso à assistência de saúde e de participação social. Ou seja, aumenta mais a abrangência do conceito de desenvolvimento, extrapolando definitivamente as noções restritas de crescimento econômico.

Leite (1983) afirma também que é preciso ampliar o conceito global de desenvolvimento para que ultrapasse simplesmente o crescimento do Produto Nacional Bruto. Este crescimento econômico é condição necessária ao desenvolvimento, mas não é suficiente. Segundo Leite, a condição essencial do desenvolvimento consiste em que este abranja as necessidades básicas de milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento como nutrição, educação, emprego interessante, distribuição mais equitativa da renda e oportunidades aceitáveis de melhorar suas próprias condições.

Complementarmente, Tollini (1979) mostra que em qualquer análise de desenvolvimento de uma região deve-se considerar três dimensões:

1) o crescimento que se desenvolve no plano econômico, sendo medido através das variáveis como o PIB, o PIB per capita, o volume de exportações e os vários indicadores de renda e de produção;

2) a equidade que se desenvolve no plano social, observando-se os aspectos de bem-estar da população como distribuição da renda, aspectos de saúde e de nutrição, indicadores de habitação, educação, emprego, etc, que permitem verificar o quanto a geração da riqueza está proporcionando melhorias à sua população;

3) a estabilidade, que se desenvolve no plano político, observando-se as variáveis como abastecimento interno, preservação ambiental e segurança nacional, não se confundindo com rigidez ou imobilidade.

O autor considera ainda que um projeto de desenvolvimento que falhe em qualquer destas dimensões deve ser considerado inadequado ou incompleto. Nesse sentido, reforça-se cada vez mais o conceito de desenvolvimento como sendo muito mais amplo do que uma avaliação de alguns indicadores econômicos isolados. Acrescenta ainda, que a consideração da dimensão equidade, especialmente sobre a questão da distribuição da renda, está ganhando importância,

deixando de ser um tabu político, mas aparecendo como um importante problema a ser considerado para o desenvolvimento.

Pastore (1979) acrescenta outro fator importante a ser considerado, que é a mobilidade social. Segundo ele, uma sociedade sem mobilidade é entendida como uma sociedade estagnada, que simplesmente reproduz a sua estrutura social ao longo do tempo, não sendo possível por isso mesmo, oferecer à sua população condições de promoção humana e progresso social. O tipo de mobilidade que melhor desempenha o papel de indicador é a mobilidade vertical, ou seja, aquela que se refere à passagem do indivíduo (ou de um grupo social) de um nível para outro. Sociedades que não permitem este movimento ou que o possuam de forma descendente mais acentuada que a ascendente, mostram-se pouco desenvolvidas. Stavenhagen (1967) mostra que a mobilidade da população mais preparada para o trabalho nas áreas subdesenvolvidas se dá no sentido da emigração: jovens com um mínimo de educação buscam melhores oportunidades em outras partes, acentuando mais o subdesenvolvimento das regiões que abandonam. De uma certa forma, o desenvolvimento dos “pólos industriais” se dá às custas da transferência de mão-de-obra das zonas mais atrasadas, condenando-as à maior estagnação e ao subdesenvolvimento.

Desenvolvimento, portanto, se caracteriza como sendo muito mais do que a idéia de melhoramento econômico, mas também dignidade humana, segurança, justiça e igualdade.

Por outro lado, não se pode considerar as sociedades ditas desenvolvidas como modelo a ser seguido pelos países subdesenvolvidos. Santos (1976) afirma que considerar o modelo de sociedade desenvolvida é resultado de uma abstração ideológica, pois é anti-histórica. Pretender chegar a um modelo semelhante, repetindo as etapas históricas não tem validade, pois o tempo histórico não é unilinear, não havendo possibilidade de uma sociedade deslocar-se para etapas anteriores daquelas hoje existentes. Segundo ele, as sociedades capitalistas desenvolvidas correspondem a uma experiência histórica completamente superada, tanto em relação ao mercado externo como no que se refere às questões internas dos países. Assim sendo, os modelos de desenvolvimento são irrepetíveis. As experiências dos países são específicas e baseadas na sua própria história. Daí a necessidade, segundo o autor, de definir as questões históricas que constituem o marco possível de desenvolvimento. A ciência do desenvolvimento, de acordo com Santos (1976), é ciência quando lança-se à compreensão do desenvolvimento como processo histórico.

Sobre o aspecto histórico, Carr (1982) afirma que um grupo que desempenha o papel principal no progresso da civilização em um determinado período de tempo, dificilmente

desempenhará papel semelhante no período seguinte, pois estará excessivamente imbuído de tradições, interesses e ideologias do momento anterior para ser capaz de adaptar-se às exigências e condições de um novo período. Isto significa que o processo histórico é extremamente importante para a elaboração de planos de desenvolvimento, mesmo que as condições existentes no passado não sejam repetíveis ou imitáveis.

Cardoso e Faletto (1973) afirmam que, quando se trata de vincular a análise estritamente econômica à compreensão do desenvolvimento político e social de uma determinada sociedade, o problema a ser formulado não é apenas o do caráter da estrutura social mas, principalmente, o processo de sua formação e a orientação e atuação das forças sociais que pressionam para mantê-la ou modificá-la. Acrescentam ainda que, para uma análise global do processo de desenvolvimento é necessário que tal análise considere em sua totalidade as "condições históricas particulares". Ou seja, deve-se buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais, ultrapassando a abordagem de enfoque estrutural, reintegrando-se em uma interpretação feita em termos de "processo histórico". Com isso, segundo os autores, o processo de mudança deixa de ser apresentado como resultante de fatores "naturais" independentes das alternativas e acontecimentos históricos.

sem do
enfoque
estrutural
de enfoque
no "processo
histórico"

Schumpeter, citado por Souza (1980), afirma que o processo de desenvolvimento econômico não se constitui em mais do que um aspecto do processo social e histórico global, sendo que o estado econômico de um povo não emerge exclusivamente das circunstâncias econômicas prévias, mas, sim, de sua situação total precedente. Santos (1976) reforça a importância da questão histórica quando afirma que não se pode aplicar conceitos universais da ciência social aos países subdesenvolvidos, pois estes conceitos são compreensíveis apenas dentro das respectivas realidades históricas.

O crescimento industrial mundial determinou que se acrescentasse outro fator ao conceito de desenvolvimento mais consensual. A visão do desenvolvimento como um processo de longa duração abrangendo as gerações futuras, trouxe a preocupação com a dimensão ambiental, levando ao planejamento do desenvolvimento de forma a considerar os danos ambientais e as possibilidades de sua reprodução no decorrer dos anos. Em outras palavras, os danos causados ao meio ambiente levaram a sociedade a repensar o modelo, especialmente em relação ao seu custo/benefício, considerando-se a sua sustentabilidade em relação ao futuro.

De acordo com Flores e Nascimento (1994), a premissa de que todo o crescimento é bom - e avaliado pela maximização das vendas, garantia de mercado, lucros e crescimento do PIB - sob a justificativa de que os benefícios reais de crescimento deveriam superar os custos humanos e ambientais, é contestado e criticado. Segundo os autores, o sucesso econômico interpretado de forma convencional é falho, ecologicamente comprometedor e injusto socialmente, devendo a melhoria da sociedade pautar-se por uma nova interpretação do sucesso econômico.

Portanto, o desenvolvimento não pode ou não deve ser visto apenas como um processo de crescimento econômico, ou a partir da renda gerada em determinada região ou país, mas sim analisado sob uma visão muito mais ampla que considere a sua formação histórica, os níveis de distribuição da riqueza, além do acesso da população aos benefícios produzidas por ela mesma e a “durabilidade” destes benefícios para o espaço local e global.

De qualquer forma, o processo de desenvolvimento caracteriza-se por ser um processo de mudança. Nesse sentido, Utria, citado por Baptista (1978), afirma que desenvolvimento é um intenso e articulado processo de seqüência de fatos sociais, intimamente ligados, inter-relacionados, no qual cada um é, ao mesmo tempo, efeito e causa e todos exercem ação mútua recíproca. Ou seja, cada mudança se liga, simultânea ou previamente, a outros aspectos de tal maneira que o processo de desenvolvimento opera na prática como um complexo sistema de vasos comunicantes, no qual as mudanças repercutem entre si.

Segundo Piletti (1990), a mudança social é aquela que, além de resultar do trabalho humano, produz modificações na estrutura e nas relações entre os membros da sociedade. Entre os fatores que podem conduzir à mudança social, a difusão - que consiste na passagem de traços de cultura de um grupo social para outro - tem grande responsabilidade em um significativo número de mudanças sociais da humanidade. O contato e a comunicação entre os diversos grupos é que permitem a difusão de valores e padrões culturais.

Segundo Rogers, citado por Fonseca (1985), mudança social é o processo por meio do qual se produzem modificações na estrutura e no funcionamento de um sistema social. Rogers afirma ainda que a mudança pode ser classificada como imanente, quando os membros de um sistema social produzem uma nova idéia com pouca ou nenhuma influência do exterior do sistema, ou por contato, quando os membros se vêem expostos a influências externas e adotam ou rejeitam uma nova idéia dentro de suas necessidades. No segundo caso, a inovação e a necessidade de mudar têm origem fora do sistema social. Uma questão importante no processo de mudança, a partir destes conceitos, passa a ser como um processo de desenvolvimento pode se dar a partir das

mudanças imanentes, embora sem desconsiderar o estímulo externo. Ou seja, como uma determinada população altera os processos de conduta através da mobilização de suas vontades e a partir de sua cultura e de sua história, e quais são as formas mais adequadas de entender, assessorar e “intervir” junto a estas populações, com a sua participação e em direção às mudanças almejadas pela própria sociedade envolvida na busca do processo de “desenvolvimento”. As leituras mecanicistas deste autor no Brasil, a partir da diferenciação da realidade local, levaram a ações de intervenção que desconsideraram os valores, conhecimentos e culturas locais, expondo todo o trabalho a críticas e contestações.

Johnson (1960), por outro lado, expõe sua concepção sobre o tema afirmando que mudança social é alteração da estrutura de um sistema social, sendo as mais importantes aquelas que influenciam o funcionamento do sistema, destacando-se entre elas a mudança estrutural dos valores sociais que pode ser considerada como uma alteração na ênfase relativa a diferentes problemas do sistema social e não ocorre a curto prazo, podendo demorar várias gerações. Johnson (1960) acrescenta ainda que as mudanças culturais em uma sociedade ocorrem continuamente, sendo uma nova combinação de velhos elementos - podendo sobreviver ou não - que podem vir de dentro da própria sociedade ou de fora. A difusão da cultura dentro da sociedade tem sido a grande fonte de mudança social, sendo que, muitas vezes, valores culturais são tomados por empréstimo e transformados em nova cultura adotada pela sociedade. Evidentemente, isto não se dá sem uma seqüência constante de conflitos, o que deve ser considerado e entendido para que uma sociedade se *des-envolva* no sentido da melhoria e do progresso.

Piletti (1990) afirma ainda que mudança e progresso não são a mesma coisa, sendo a mudança uma modificação qualquer, não importando sua orientação, enquanto progresso implica em juízo de valor, em mudança em uma determinada direção, para atingir objetivos desejáveis.

Quesada (1980) define mudança social como sendo o resultado de alterações substanciais na estrutura ou no funcionamento de um determinado sistema social, dependendo da magnitude da alteração, do tempo de duração da alteração e do seu efeito nas partes alteradas. Isto significa que o processo de mudança social em direção ao desenvolvimento e ao progresso depende de algumas alterações no sistema social, que é dinâmico e cheio de conteúdo cultural.

Por outro lado, Pinheiro (1995) afirma que, embora desenvolvimento tenha sido descrito como um processo de mudança normalmente em direção aos conceitos de progresso,

crescimento, consumo, modernização e tecnologia, toda sociedade se desenvolve de uma forma ou de outra. Isto pressupõe que, num processo de desenvolvimento, em algumas situações esta mudança pode resultar em uma decisão de não mudar. Desta forma, o autor questiona o desenvolvimento como processo de mudança “para melhor”, as formas e por quem estas mudanças são definidas. Segundo ele, antes de considerar que determinada situação (de desenvolvimento) necessita ser mudada (para melhor) é necessário que seja considerada pelas próprias pessoas envolvidas, como ruim ou indesejável.

O desenvolvimento necessita considerar o processo de mudança de uma sociedade, sendo necessário, para isso, conhecer o processo de formação histórica que levou à constituição do homem e seus valores, devendo estes serem levados em consideração.

Pinto (1981) conceitua desenvolvimento como um movimento do processo de produção de bens materiais, sua distribuição e consumo em uma sociedade determinada, juntamente com o conjunto de relações sociais que se desenvolvem em torno deste processo. Assim sendo, toda a sociedade tem um processo de desenvolvimento que depende do ritmo, da força, da direção deste processo, justamente do modo como as forças de produção se combinam e do tipo e dinâmica das relações que dela derivam. Isto é o que separa o processo real de desenvolvimento das concepções do tipo ideal que têm fundo ideológico, de um lado, ou apenas simbólico, como orientador do desejo de indivíduos e grupos sociais.

Enfim, o processo de mudança de uma situação para outra ou de desenvolvimento considera a questão econômica como parte importante do processo, mas não substancial. A consideração dos outros valores como indicadores de um real e efetivo desenvolvimento é muito mais importante do que apenas a consideração do crescimento da economia. Este perde a sua importância se não vier acompanhado de melhorias de qualidade de vida (saúde, emprego, ensino, alimentação, etc), distribuição de renda e preservação do meio ambiente. Este entendimento é de fundamental importância para que as propostas para a região estudada contemplem uma visão mais ampla do que apenas a questão econômica.

2.2 O desenvolvimento rural

A região estudada caracteriza-se pela grande importância da agricultura e da área rural. Assim, é importante buscar alguns conceitos sobre o desenvolvimento na área rural que possam agregar-se aos anteriores e proporcionar uma visão mais específica sobre o assunto.

A visão dos países do Terceiro Mundo sobre a necessidade de aumento de produção de alimentos e o interesse na industrialização fez da modernização da agricultura o principal projeto de desenvolvimento destes países. Isto provocou alguns ganhos em termos de produtividade agrícola, mas também causou danos ao meio ambiente e afetou grandemente as relações sociais, com prejuízos ao processo de desenvolvimento rural.

Os esforços de desenvolvimento rural tem se confundido com a necessidade isolada do aumento da produção agrícola pois, à medida em que a população mundial cresceu, a agricultura foi mais exigida para aumentar a oferta de alimentos, em ritmo igual ou superior ao crescimento demográfico e ao crescimento da renda. Esta tarefa fez com que a agricultura inicialmente evoluísse de forma extensiva (espalhando-se por terras férteis e inférteis) e, posteriormente, de forma intensiva (aplicando tecnologias que proporcionassem o aumento de produção por área). Os métodos de agricultura intensiva, na verdade, foram os que se apresentaram como propulsores do progresso da agricultura, devido aos resultados que proporcionaram. A intensificação da agricultura através do apoio dos insumos modernos conviveu e convive lado a lado com a agricultura extensiva, que adota formas de gestão e meios de trabalho mais tradicionais, obtendo resultados diferenciados.

A necessidade de maior produção e de mais eficiência no processo de produção de alimentos, associada aos interesses de expansão da indústria (tanto através do aumento do consumo de produtos industrializados como do fornecimento de mão-de-obra e matérias primas), fez com que o processo de modernização da agricultura tomasse conta dos países do Terceiro Mundo como se fosse a sua vocação.

Na verdade, o crescimento agrícola tem sido tradicionalmente estudado sob a visão de que a economia é composta de três setores - industrial, comercial / financeiro e agrícola - estando vinculado ao desenvolvimento da indústria pela importância crescente das suas atividades tanto no fornecimento de insumos e tecnologias para a agricultura, quanto na aquisição e transformação dos produtos agrícolas pelo setor industrial.

Waterston (1979) diferencia o crescimento agrícola do desenvolvimento rural. O desenvolvimento rural é geralmente conceituado como uma atividade multisetorial que inclui, além do crescimento agrícola e da indústria rural, o estabelecimento de melhorias dos recursos sociais e de infra-estrutura (escola, postos de saúde, estradas, comunicações, água para irrigação, etc) e serviços de bem-estar social que podem ser utilizados para o controle de doenças, melhoria da nutrição, diminuição dos índices de analfabetismo de adultos ou planejamento familiar. E, ainda,

que, enquanto o objetivo principal do crescimento agrícola é o aumento da produção, o objetivo principal do desenvolvimento rural é o enriquecimento do bem-estar social e material da população rural, sempre incluindo os proprietários pobres, os trabalhadores assalariados e outros grupos das áreas rurais.

Julius Nyerere, em discurso em 1979 na Conferência da FAO (Nyerere, 1981), afirmou de forma incisiva que o desenvolvimento rural significa o próprio desenvolvimento nacional, para destacar a importância deste setor no combate à pobreza e obtenção da melhoria econômica. Sobre isso também, Millikan (1970) afirmou que, pelo menos nos países subdesenvolvidos, o desenvolvimento rural é de vital importância, não apenas para as pessoas que estão interessadas nele, mas também para todos aqueles engajados na promoção de um ininterrupto desenvolvimento nacional.

Alvarez (1982) define desenvolvimento rural como o resultado de uma série de transformações quantitativas e qualitativas que têm lugar em uma população rural e de cujos efeitos convergentes resulta uma elevação dos níveis de vida e mudanças favoráveis no modo de vida desta população. Alvarez ainda afirma que o objetivo do desenvolvimento rural deveria ser no sentido de melhorar a qualidade de vida dos pobres do setor rural, exigindo o compromisso deles e com eles no processo, permitindo a sua participação na tomada de decisões e nas suas implementações.

Mazoyer (1991) afirma que a ciência e a tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola foram concebidas como uma simples transferência do modelo de modernização utilizado nos países centrais para as agriculturas tradicionais do Terceiro Mundo. Esta forma de concepção unilateral obteve alguns sucessos, como o aumento da produção de agroexportação, mas não levou ao desenvolvimento amplo e equilibrado das economias agrícolas. O mesmo autor afirma ainda que o modelo ampliou as desigualdades do desenvolvimento, com diminuição das culturas alimentares, aumento da dependência tecnológica, do desemprego, da fome, êxodo e marginalidade, criando instabilidade social e política. Segundo o conceito de Walterston (1979), atingiu o crescimento agrícola mas não o desenvolvimento rural.

Portanto, a compreensão destes conceitos diferenciais entre crescimento agrícola e desenvolvimento rural são de extrema importância para uma região rural atrasada e majoritariamente assentada sobre a pequena produção.

2.3 O desenvolvimento e a pequena produção

Sorj (1980) mostra que as redefinições das relações decorrentes do desenvolvimento do complexo industrial, quando a agricultura passou a se reestruturar a partir de sua inclusão no circuito de produção industrial ou como consumidor de insumos e maquinarias, ou como fornecedor de matérias-primas para a transformação industrial, trouxeram diferentes conseqüências aos produtores rurais. Segundo o autor, a pequena produção, por exemplo, a grosso modo, ou foi marginalizada ou integrou-se ao complexo agro-industrial gerando uma camada de produtores capitalizados. Segundo Sorj, os processos de reestruturação das relações sociais na agricultura pela expansão do capitalismo através da modernização e do maior vínculo com a indústria deram-se historicamente em duas direções combinadas. Uma é a direção clássica (diferenciação vertical) que se caracteriza pela proletarização da maioria dos pequenos produtores e eventual aburguesamento de uma camada destes. A segunda (diferenciação horizontal) determina a modernização tecnológica crescente de uma camada de produtores familiares sem, porém, levar a uma utilização crescente do trabalho assalariado no estabelecimento, ao mesmo tempo em que outro setor de pequenos produtores pauperiza-se e marginaliza-se economicamente. Outras categorias intermediárias existem que, não necessariamente, enquadram-se nessas diferenciações. Assim, o fator que provoca a pauperização e a marginalização de uma camada de produtores não serve como proposta de desenvolvimento, dentro dos conceitos até agora trabalhados que consideram desenvolvimento como a participação de todo o contingente populacional nas melhorias e benefícios gerados pela economia para a sociedade.

Apesar disso, um enorme esforço foi realizado para a implantação deste modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura, sem, contudo, alcançar a maioria da população rural. Segundo Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1994), um quarto da população mundial e cerca de 100 milhões de pessoas na América Latina, sendo um grande contingente no Brasil, permaneceram e permanecem fora do processo, localizados em áreas marginais ou problemáticas que apresentam também esgotamento de solos, perda de cobertura vegetal com conseqüente desintegração econômica, social e cultural, em completa descapitalização e pobreza. A maior parte dos produtores da área em estudo faz parte deste contingente marginalizado, como será mostrado.

Por outro lado, o processo de capitalização da pequena produção tem sido caracterizado pela sua integração ao complexo agro-industrial. O significado dessa associação,

segundo Delgado (1985), é a integração de capitais entre os pequenos produtores e o grande capital, geralmente de maneira subordinada, que viabiliza algum tipo de reprodução ampliada dessa categoria de produtores. Os que fazem parte dessa categoria são pequenos produtores tecnificados, sócios menores do projeto de modernização conservadora, mas que lograram se associar à acumulação capitalista na agricultura. São relações oligopolísticas e oligopsônicas entre grandes empresas agro-industriais confrontadas com uma variedade de pequenos produtores. Para Silva (1981), nesta forma de articulação da agricultura com a indústria, a propriedade privada da terra detida pelo produtor e mesmo o caráter “independente” de sua produção ficam bastante descaracterizados. A existência e o crescimento de um enorme contingente de pequenos produtores “tradicionais” pauperizados, cuja condição comum é a completa exclusão dos meios de associação ao capital financeiro, podem ter na sua relação com a agroindústria, mesmo que em situação desfavorável de “dependência”, uma melhoria dos níveis de qualidade de vida. Neste caso, a dependência seria apenas transferida do intermediário que se apropriava dos seus excedentes para a agroindústria por fornecimento de insumos a montante ou na aquisição dos produtos a jusante do processo produtivo, em uma relação supostamente mais estável. Delgado (1985) acredita na existência de vantagens e até lucratividade para a pequena produção envolvida no processo de integração, embora, segundo Sorj (1980), as pequenas propriedades ingressem (na integração com a agroindústria) num processo em que suas condições de reprodução estão superditadas e subordinadas à dinâmica do complexo agro-industrial. De qualquer forma, a vinculação do pequeno produtor à indústria de beneficiamento pode ser um dos fatores diferenciais na alavancagem para a sua transformação em produtor familiar capitalizado e que, mesmo com dependência, pode alcançar melhores níveis de vida, *des-envolvendo-se* da situação de pobreza e miséria atual. De acordo com Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), para o produtor integrado, a questão básica não é a sua subordinação ao capital industrial, mas a possibilidade de sua exclusão definitiva das mínimas condições de produção, representada fundamentalmente pela ameaça de perda total da terra que se constitui no seu principal meio de produção. Por isso, a integração se apresenta como uma perspectiva, uma possibilidade de desenvolvimento da produção, através de desenvolvimento tecnológico e das condições de realização da produção.

De acordo com Silva (1981), a pequena produção na agricultura brasileira pode ser reunida em dois grandes grupos: um subordinado ao capital comercial e ao proprietário fundiário, e outro subordinado à agroindústria e às cooperativas capitalistas. Em ambas, segundo o autor, o

pequeno produtor não é independente ou desconectado do circuito global do capital, pelo contrário, encontra-se atrelado a ele de diversas formas.

Sorj (1980), reforçando a tese de que a integração com a agroindústria pode ser uma alternativa para a pequena produção familiar, afirma que não existe, hoje no Brasil, alguma camada social que se encontre à margem da sociedade capitalista, pois as suas possibilidades de viabilidade econômica dependem de sua capacidade de se integrar aos circuitos do complexo agro-industrial.

2.4 O desenvolvimento e a participação

Segundo Reijntjes, Haverkort e Waters-Bayer (1994) os sistemas agrícolas que foram construídos ao longo das últimas décadas contribuíram, sem dúvida, para aliviar a fome e elevar os padrões de vida, cumprindo, até certo ponto, os seus objetivos. Entretanto, as novas realidades exigem sistemas agrícolas que dediquem atenção tanto às pessoas, quanto à tecnologia, tanto aos recursos naturais como à produção, tanto ao curto quanto ao longo prazo.

Caporal e Costa Beber (1994) afirmam que o intenso processo modernizador da agricultura brasileira acarretou impactos ambientais e transformações sociais tão amplas que por si só justificam a revisão do modelo de desenvolvimento imposto à agricultura.

Há o reconhecimento, de acordo com a FAO (1992), do esgotamento deste modelo de desenvolvimento, tanto pelo que necessita de recursos financeiros do Estado, cada vez mais escassos, quanto pela sua incapacidade de proporcionar soluções adequadas para a maioria dos produtores (especialmente os mais pobres). A implantação de uma proposta de desenvolvimento em uma região ou país deve contemplar partes de uma teoria e partes de outra. Segundo Hayami e Ruttan (1988), os modelos de desenvolvimento estão incompletos e tampouco apresentam consenso. De acordo com Caiden e Caravantes (1982), percebe-se que as estratégias de desenvolvimento baseadas na ocidentalização não atingiram as raízes do problema da pobreza e do subdesenvolvimento, pois segundo eles, o desenvolvimento deveria se concentrar, não em instituições ou tecnologias, mas nas pessoas, na melhoria de sorte do homem comum, em proporcionar melhores condições para a vida das massas.

Por tudo isso, faz-se cada vez mais necessário adotar um novo modelo de desenvolvimento agrícola e rural, a partir de uma nova visão que contemple a participação e a satisfação dos agricultores, a viabilidade de sua aplicação pelos governos e a sua sustentabilidade

ao longo do tempo. Segundo a FAO (1992) afirma que grande número dos projetos de desenvolvimento agrícola e rural tem fracassado por ter subestimado a importância de desenvolver o potencial humano e a produtividade das famílias rurais, desconsiderando a participação dos envolvidos no processo. Na concepção participativa do desenvolvimento rural, considera-se que os produtores devem organizar-se em torno dos problemas que consideram mais importantes para adquirir uma capacidade coletiva de decisão e de controle quanto à utilização de recursos e de suas prioridades.

De acordo com Alencar (1990), na abordagem participativa, a comunidade é vista como um sistema social internamente diferenciado. Em decorrência da natureza heterogênea da estrutura social de uma comunidade, os teóricos deste tipo de abordagem consideram os grupos com interesses comuns como a unidade social para a ação. Este mesmo autor destaca que, segundo Paulo Freire, na abordagem participativa, o agente externo tem um papel educacional e como função favorecer a conscientização. Neste modelo os indivíduos adquirem a capacidade de diagnosticar e analisar os seus próprios problemas, decidir coletivamente sobre as ações para solucioná-los e desenvolver tais ações sem a interferência tutorial (Alencar, 1990).

Julius Nyerere (1981) afirma que o desenvolvimento rural não se realizará se as comunidades envolvidas não tiverem poder para decidir sobre o seu próprio destino. Afirma ainda que o desenvolvimento rural é o povo desenvolvendo a si próprio, suas vidas, seu meio ambiente, o que não pode acontecer se não tiver poder.

Por outro lado, os programas de desenvolvimento rural concebidos de modo participativo abordam todas as questões de modo conjugado. A difusão de tecnologia, por exemplo, não é abordada sozinha e está inserida de forma conjunta com outros aspectos, como educação, bem-estar, cultura, etc.

A participação comporta diferentes níveis. Pode dar-se no nível econômico, com a presença ativa na tomada de decisões das unidades de produção, sendo possível detectar um, sem número de experiências de co-gestão, empresas comunitárias, cooperativas, etc. A participação na área social e cultural compreende ações em diferentes instituições da sociedade onde se articulam interesses de classes ou grupos, circulam valores, normas, pautas de conduta, manifestação de criatividade artística. Já a participação na área política corresponde à participação no processo de tomada de decisões, desde as estruturas do poder local até o plano nacional.

Sobre isto, Alencar (1990), citando Galjart, afirma que os fundamentos da abordagem participativa inserem-se em um conjunto de teorias denominadas de

“*counterdevelopment*”, que se opõem a certos mecanismos intrínsecos aos processos do chamado “desenvolvimento normal”, incluída aí a superação destes mecanismos de exclusão dos segmentos sociais economicamente marginalizados. Entre os mecanismos de exclusão são citadas as tendências de alguns indivíduos conduzirem as organizações no sentido de seu próprio benefício; de alguns indivíduos aguardarem que o agente de mudança realize paternalisticamente os benefícios pessoais; de abandonarem a organização quando não conseguem os benefícios e finalmente, a tendência de aumento de desigualdade de renda dos indivíduos no decorrer do tempo. Ou seja, considera a participação como um processo que possa superar estes mecanismos, através da aquisição de poder (“*empowering*”).

De acordo com Pinheiro (1995), desenvolvimento ou mudança é um processo de aprendizado, para o qual não existe um único caminho. Sugere que uma relação participativa entre seres humanos no exercício de sua cidadania não acontece apenas com divisão de poder e responsabilidades induzidas de cima para baixo, mas pode e deve ser um processo contínuo e socialmente construído de baixo para cima. Enfim, o mais importante são os objetivos, a filosofia e o espírito, podendo a maneira de se chegar lá variar a cada situação. Estas “maneiras de chegar lá”, dentro desta visão diferente de participação das populações envolvidas nos processos de desenvolvimento, em especial da população rural, têm sido buscadas. De acordo com Chambers (1992), o desenvolvimento de metodologias através da história tem sido fruto de contínuos processos em busca de métodos mais efetivos que questionassem a idéia básica de mundo junto com os envolvidos, em face dos problemas de pobreza no Terceiro Mundo.

Assim, este trabalho enfoca, sob a luz dos conceitos de desenvolvimento rural e de participação, e através da metodologia exposta a seguir, a realidade da região partindo da sua formação histórica e das análises sobre os indicadores sócio-econômicos, buscando apresentar algumas linhas que possam proporcionar o desenvolvimento regional.

3 METODOLOGIA E ÁREA DE ESTUDO

O trabalho de pesquisa foi realizado nos municípios de Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul, localizados na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, de forma complementar e conjunta ao projeto “Área Piloto” que vem sendo coordenado pela EMATER/RS, junto com outras instituições locais (Prefeituras, Sindicatos) e com os produtores rurais.

Este projeto iniciado em 1994 já realizou uma série de atividades, possuindo inúmeras informações sobre a área, que estão sendo utilizadas tanto como forma de contribuir para a pesquisa científica, quanto como tentativa de discutir alternativas para as questões e problemas existentes na região, a partir da aplicação de métodos científicos.

Desta forma, este trabalho está de acordo com o que diz Trujillo, citado por Marconi e Lakatos (1990), isto é, que a pesquisa deve ter como objetivo tentar conhecer e explicar os fenômenos que ocorrem no mundo existencial. Sobre isso, Bunge, também citado pela mesmas autoras, diz que a pesquisa tem como finalidade a acumulação e compreensão dos fatos levantados, tentando responder às necessidades de resolução de certo problema ou fenômeno.

Minayo (1994) define pesquisa como a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade e, embora seja uma prática teórica, vincula pesquisa e ação, e nada pode ser um problema teórico, se não tiver sido antes um problema na vida prática.

Assim sendo, o trabalho se enquadra nas classificações de Ander-Egg (1978) e Best (1972), citados por Marconi e Lakatos (1990). Ander-Egg caracteriza como pesquisa aplicada, aquela em que os seus resultados sejam aplicados ou utilizados imediatamente na solução de problemas que ocorram na realidade. Best acrescenta classificações nas quais também se enquadra este trabalho que são: a pesquisa histórica, que descreve o passado para compreender o presente e prever o futuro, e a pesquisa descritiva, que descreve, registra, analisa e interpreta os fenômenos atuais. A compreensão do presente através da descrição do passado, como afirma o autor, pode

servir para embasar e melhorar as discussões sobre as alternativas para o futuro, tornando-se um exagero a afirmativa de “predizer o futuro”.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se apoia também em dados quantitativos secundários para embasar as suas afirmativas e auxiliar na análise de seus resultados. De acordo com Triviños (1987), toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, desde que os dados estatísticos levantados sejam aproveitados para buscar e analisar a informação de uma forma mais ampla. Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado como motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. E, ainda, que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas em um lado não perceptível e não captável das equações, médias e estatísticas. Entretanto, afirma Minayo (1994), o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem, pelo contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente.

Santos Filho (1995) afirma que o propósito fundamental da pesquisa qualitativa é a compreensão, explanação e especificação do fenômeno, privilegiando uma análise interpretativa que considere como se formam a postura e o comportamento do indivíduo, definindo os elementos ou variáveis que influenciam neste processo, quer relativos a sua socialização, quer relativos a sua atividade individual. Ou seja, a pesquisa qualitativa busca compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos, trabalhando com a vivência, a experiência, a cotidianidade e com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana, mostrando que a linguagem e as práticas são inseparáveis (Minayo, 1994).

A abordagem qualitativa tem, no Estudo de Caso, um tipo de pesquisa dos mais relevantes. Estudo de Caso, segundo Triviños (1987), é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente, sendo determinada de acordo com o tipo e pela abrangência da unidade. Bressan (1995) afirma que o método de Estudo de Caso é indicado para responder às perguntas “como” e “por que”, que são questões explicativas nos estudos que tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo. Neves (1985) considera importante o Estudo de Caso para a análise de situações concretas, capazes de fornecer referenciais das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores políticos,

ideológicos, culturais, do jogo de forças e das representações sociais existentes, possibilitando uma análise profunda.

Triviños (1987), citando os diferentes tipos, mostra que o Estudo de Caso de uma comunidade, definido pelo autor como uma pesquisa complexa, mesmo que setorizando a unidade em exame, não perde a visão integral do foco em análise é o tipo em que se enquadra este trabalho.

A coleta de dados se dá através da combinação de diversas fontes e metodologias, baseando-se na técnica de triangulação. A técnica da triangulação na coleta de dados, de acordo com Triviños (1987), tem como objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo e parte do princípio de que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. A todo momento recomenda-se ter em conta três perspectivas de um mesmo fator, o que ajuda a verificar a informação (comprovação cruzada) e a melhorar a sua precisão.

Triviños afirma ainda que as fontes para a técnica de triangulação provêm dos diferentes processos e elementos, a seguir descritos:

3.1 Processos e produtos elaborados pelo pesquisador

Neste aspecto enquadram-se processos e produtos construídos pelo sujeito (formas escritas e manifestações dos atores: 3.1.1.), as formas que verificam as percepções do sujeito (formas verbais: 3.1.2.) e as formas de comportamento e de ações do sujeito (observações). Dentre estes processos, o trabalho utilizou as seguintes formas de coleta de dados:

3.1.1 Revisão bibliográfica sobre a ocupação da terra e a formação cultural do gaúcho

Segundo Marconi e Lakatos (1990), a revisão bibliográfica, que é uma fonte de informação secundária, é a pesquisa que abrange a bibliografia existente com a finalidade de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi dito ou escrito em relação ao assunto em estudo. Não é, segundo as autoras, uma mera repetição do que foi dito ou escrito, mas o exame do tema sob um enfoque que chegue a conclusões inovadoras. Esta revisão permite

conhecer a história da região em estudo e as influências exercidas no aspecto cultural do homem, o gaúcho.

3.1.2 Entrevista semi-estruturada sobre a história da vida

De acordo com Minayo (1994), a história da vida é uma forma de entrevista semi-estruturada que, utilizada como estratégia de compreensão da realidade, permite retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. Ela permite um diálogo intenso entre pesquisador e entrevistado, além de fornecer um material extremamente rico, onde se pode encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. Marconi e Lakatos (1990) afirmam que a história de vida se constitui em importante fonte de dados, tendo em vista que através dela o pesquisador descobre a concepção que o indivíduo tem de seu papel e de seu status nos vários grupos dos quais é membro. Thompson (1992) afirma que a história oral é uma história construída em torno das pessoas, lançando a vida dentro da própria história e com isso alargando o seu campo de ação. Além disso, acrescenta, traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Thompson afirma ainda que o valor histórico do “passado lembrado” proporciona informação significativa e, por vezes, única daquele momento, podendo transmitir a consciência individual e coletiva deste passado, fazendo com que esta perspectiva histórica permita avaliar o significado a longo prazo da história.

Para este trabalho, foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas com pessoas idosas dos municípios em estudo, de acordo com amostragem não probabilística intencional. Marconi e Lakatos (1990) afirmam que este tipo de amostragem é aquela em que o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, não representativos da mesma, sobre determinados assuntos. Estas pessoas idosas refizeram a sua história de vida, mostrando o passado segundo a sua ótica, como forma de caracterizar e comparar com a revisão bibliográfica realizada sobre o passado. Além disso, teve como objetivo a verificação dos aspectos culturais, de acordo com os valores e opiniões emitidas, permitindo refletir, a partir delas, a evolução da comunidade em estudo. Estas entrevistas foram realizadas seguindo-se roteiro prévio, do qual constaram os itens de interesse da pesquisa (Anexo 1).

3.2 Elementos produzidos pelo meio

Aqui enquadram-se os documentos produzidos pelo meio sobre a comunidade ou região em estudo. O trabalho utiliza para coleta de dados, os seguintes itens:

3.2.1 Pesquisa documental estatística

Marconi e Lakatos (1990) afirmam que a pesquisa documental é aquela em que a coleta de dados está restrita a documentos, constituindo-se em fontes primárias. Os tipos de documentos, segundo as autoras, podem ser dos mais variados, porém o trabalho utiliza dados oriundos de fontes estatísticas (IBGE e Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul), arquivos particulares de instituições privadas (Conselhos e Comissões Municipais de Desenvolvimento) e arquivos particulares de instituições públicas (EMATER/RS e Secretarias de Estado do Rio Grande do Sul).

Uma das fontes documentais utilizada é a Pesquisa Rural - Estudo da Situação. Trata-se de Pesquisa realizada pela EMATER/RS em 1992, no município de Santana da Boa Vista, escolhido como município representativo da região estudada. Esta pesquisa foi feita pelos técnicos locais da EMATER/RS através de entrevistas pessoais, individuais e isoladas, com base em questionário estruturado em uma amostra determinada estatisticamente de 3,37% dos estabelecimentos rurais do município, em um total de 80. O questionário foi de natureza quantitativa, dirigido às unidades de produção que tinham a agricultura como atividade profissional, gerando 115 relatórios com os dados sócio-econômicos dos produtores rurais do município. Embora represente os municípios deste estudo, seus resultados devem ser relativizados ao serem extrapolados para os outros municípios devido as diferentes especificidades de cada um. Trata-se, porém, de importante fonte a ser considerada.

3.3 Processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural onde está inserido o sujeito

Nestes processos se enquadra o estudo chamado Diagnóstico Rural Participativo que vem sendo executado pela EMATER / RS desde o ano de 1995, ainda em andamento.

3.3.1 Diagnóstico Rural Participativo - (DRP)

De acordo com Chambers (1992), as limitações dos métodos de pesquisa - informações deficientes com custos elevados de coleta que não proporcionavam a identificação de soluções adequadas - fizeram com que outras metodologias fossem buscadas. Assim o DRP foi criado, segundo Linzer [199-], a partir da comprovação da importância da participação da população local na planificação e na implementação de programas de desenvolvimento.

A essência do DRP é facilitar aos agricultores a identificação de seus próprios problemas e a avaliação de soluções alternativas, através da abordagem participativa (Linzer, 199-). Alencar (1990), comentando Oakley & Marsden, argumenta que a abordagem participativa é um processo através do qual um indivíduo que anteriormente era um mero objeto receptor passivo do conhecimento, transforma-se em sujeito e criador ativo do conhecimento. Cita, ainda, que a maioria das experiências sobre participação revela ser um processo não diretivo que procura, ao contrário da imposição de conhecimentos e idéias, explorar o ambiente sócio-político com o objetivo de identificar e entender os problemas a serem enfrentados, sendo essencialmente dialógico.

As diferentes técnicas do DRP podem ser utilizadas com flexibilidade, combinando umas com outras, segundo a situação. Esta natureza flexível do DRP permite uma exploração mais a fundo de informações qualitativas, em vez da obtenção de informações quantitativas. Assim, o DRP pode ser um complemento aos métodos mais formais de investigação, podendo constituir-se numa ferramenta que permita identificar os principais problemas não só na agricultura, mas também na saúde e no desenvolvimento comunitário, estabelecendo uma ponte entre eles e ampliando o alcance da discussão do desenvolvimento agrícola até a geração de empregos sustentáveis e o bem-estar social.

Segundo Chambers (1992), o DRP é uma família de métodos e abordagens que permite às pessoas do meio rural avaliarem os seus conhecimentos e condições de vida e, após, planejarem e agirem. É um aprendizado flexível, exploratório, interativo e inventivo, aprendendo sobre e com o homem do campo. É um método que auxilia na identificação dos problemas concretos, na definição das prioridades, na escolha das soluções praticáveis em função das condições sócio-econômicas e do saber popular existente.

Do ponto de vista científico, segundo Thiollent (1985), este tipo de pesquisa é uma proposta metodológica e técnica que oferece subsídios para organizar a pesquisa social aplicada,

sem os excessos da postura convencional a nível da observação, processamento de dados, experimentação, etc. Com ela introduz-se uma maior flexibilidade na concepção e na aplicação dos meios de investigação concreta. Trata-se de um método ou de uma estratégia de pesquisa que agrega vários métodos ou técnicas de pesquisa social (entrevistas semi-estruturadas, elaboração de calendários sazonais sobre a dinâmica dos sistemas produtivos, priorização de problemas por meio de escores matriciais, construção de mapas e diagramas visando identificar e interpretar os processos decisórios e conflitos) com os quais se estabelece uma estrutura coletiva, participativa e ativa para a captação de informação. A metodologia oferece subsídios de conhecimento geral para orientar a concepção da pesquisa e controlar o seu uso.

Este tipo de pesquisa difere da pesquisa convencional pois há a participação dos pesquisadores junto aos usuários ou pessoas da situação observada, tornando o usuário um participante que tem acesso às decisões e ações decorrentes, não sendo um mero informante. Além disso, nesta pesquisa é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação.

Thiollent (1985) afirma ainda que, internacionalmente, existem programas de atividades de desenvolvimento rural junto a populações rurais pobres em vários países do Terceiro Mundo, com aplicação de métodos de pesquisa ativa e participativa, sendo também adotados para complementar o trabalho. Todas as atividades (entrevistas, discussões) e trabalhos que vem sendo realizados pelos técnicos da EMATER/RS como parte do processo de Diagnóstico Rural Participativo nos municípios em estudo são considerados e utilizados como fonte de dados.

Enfim, este trabalho utilizou uma série de diferentes informações. O passado da região foi buscado através da revisão bibliográfica e das entrevistas, procurando compreender parte da realidade atual a partir do conhecimento do passado. Para isso, foram consultados os indicativos estatísticos atuais e informações obtidas pelos Diagnósticos Rurais Participativos em execução. Todo esse acervo de informações foi reunido ordenadamente para que compreendendo a realidade, possa-se discutir propostas alternativas que levem ao desenvolvimento da região.

A abordagem destes dados foi feita analisando-se primeiramente os indicadores da população e posteriormente os indicadores de economia. Esta escolha se deve a prioridade que este trabalho dá ao conhecimento do homem, e seus valores sobre a economia e seus indicadores. O centro deste trabalho é a pessoa humana, sendo, por isso, necessário conhecer-se primeiro o

homem para depois saber onde ele se encontra e o que faz. Faz parte da visão do desenvolvimento como sendo muito mais do que a idéia de melhoramento econômico, mas que inclui a dignidade humana, a justiça e a igualdade.

A área de estudo, portanto, é composta pelos quatro municípios do Projeto Área Piloto em andamento. Estes municípios estão localizados na Metade Sul do estado, na região fisiográfica da Serra do Sudeste (Figura 1). Os municípios são contíguos entre eles (Figura 2), de certa forma homogêneos em termos de topografia, clima, atividades agrícolas, solos e, acima de tudo, em termos de formação histórica do seu povo.



FIGURA 1. Localização dos municípios da Área Piloto.

FONTE: EMATER/RS, 1994a.



FIGURA 2. Mapa dos municípios da Área Piloto.

FONTE: EMATER/RS, 1994a.

4 A OCUPAÇÃO DA TERRA E A FORMAÇÃO DO GAÚCHO

O Rio Grande do Sul, quando do descobrimento do Brasil, não fazia parte do país, pois, segundo o Tratado de Tordesilhas, em 1493, o limite meridional brasileiro era a atual cidade de Laguna, em Santa Catarina. A ocupação do Rio Grande do Sul e sua definitiva posse pelos portugueses ocorreu muito tempo depois, caracterizando sua integração tardia ao Brasil.

Segundo Pesavento (1994), a Província Rio Grande de São Pedro, apesar de descoberta em inícios do século XVI a partir de expedições litorâneas, permaneceu com sua área inexplorada por mais de um século. Fonseca (1983) explica esta ocupação tardia ao afirmar que o Rio Grande do Sul foi praticamente esquecido nos primeiros séculos da colonização portuguesa devido: a) ser desprovido de riquezas minerais, principalmente ouro e prata, valorizadas no período mercantilista; b) possuir um clima semelhante ao europeu, que impedia o desenvolvimento de culturas complementares para atender a demanda européia; c) inexistirem portos naturais e possuir plataforma marítima pouco favorável a navegação.

Veríssimo da Fonseca (1982) confirma que tanto Espanha como Portugal, nada encontrando que pudesse exacerbar a cobiça do homem e associado à hostilidade da costa marítima que impedia a aproximação maior de navios, deixaram esta região abandonada por muito tempo. Lessa (1984) reforça de forma poética este abandono, afirmando que o Rio Grande do Sul permaneceu muito tempo sendo “... *a solidão entregue aos ventos e aos índios...*”

As primeiras ocupações européias no estado deram-se através dos jesuítas espanhóis que, fugindo dos bandeirantes paulistas, estabeleceram-se na parte noroeste do atual Rio Grande do Sul (Pesavento, 1994). Estes jesuítas tiveram papel importante, pois estabeleceram reduções onde dedicaram-se à agricultura e à criação de gado. Por volta de 1640, os jesuítas se retiraram para a outra margem do Rio Uruguai (território da Argentina) levando os índios, mas deixando os animais que criavam, os quais vieram a constituir uma imensa reserva de gado conhecida como “Vacaria del Mar”, lançando, assim, o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a caça do gado xucro (Pesavento, 1994). A “Vacaria del Mar”

Torrenteguy (1994) corrobora com esta afirmativa mostrando que, com a destruição e o abandono das reduções jesuíticas, o gado lá criado espalhou-se e retornou ao estado selvagem, fazendo com que aventureiros espanhóis, portugueses e mestiços se dedicassem à atividade da caça do gado apenas para a retirada do couro e venda nos centros coloniais do Prata e da Colônia do Brasil, caracterizando desde então, essa região como “Terra de Ninguém”, com um forte vínculo com o Prata.

Veríssimo da Fonseca (1982), embora discuta a origem dos bovinos e cavalares, concorda que em 1600 o rebanho era abundante e começava a despertar a cobiça do homem. Esta abundância despertou o interesse português para a “Terra de Ninguém” com a busca de uma saída para o mar, para escoar o contrabando predatório do couro.

4.1 A fixação conturbada

Em 1680, os portugueses fundaram (hoje em território uruguaio) na margem esquerda do Rio da Prata, defronte a Buenos Aires, a fortaleza da Colônia do Sacramento, demonstrando, pela primeira vez, algum interesse pela região e favorecendo a intensificação do contrabando. Assim, o interesse português pelo Rio Grande do Sul se deu muito tempo depois do descobrimento do Brasil.

Conforme Veríssimo da Fonseca (1982), o contrabando através de Colônia exerceu enorme influência no tipo social do gaúcho, a partir do seu crescimento como pólo comercial. Vieram caçar o gado xucro os portugueses, índios aldeados, espanhóis de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, e mais aqueles indivíduos que vaqueavam por conta própria, vendendo couros a quem lhes pagasse mais. Pesavento (1994) define-os como elementos “...*sem rei, sem fé e sem lei...*”, chamados nos documentos da época de vagabundos do campo, que viviam errantes sem fronteiras.

Estas características influenciaram fortemente a formação do gaúcho. Para Veríssimo da Fonseca (1982) este era um povo livre, que vivia em uma faixa territorial ainda sem dono, da caça do gado alçado ainda sem proprietário e que, sem governo ou sociedade organizada, conservava e valorizava a sua independência. O gaúcho foi o “braço executor” de uma política de ocupação que durou um século. O autor afirma, ainda, que este não tinha nacionalidade definida, nem organização social; era simples caçador de gado sem dono, em terras que não pertenciam a nenhuma nação, chamada de “Terra de Ninguém”.

César (1979) refere que a gente andeja, resultante do acasalamento de diversas etnias entre as quais predominava o aborígene, percorria livremente a Campanha nas Vacarias del Mar, a extrair couros de gado bravo para comerciar no litoral. Desse meio nasceu o gaúcho. Sua energia e bravura, segundo César, na fase da courama e das tropeadas, consagraram-no como expoente de uma classe inculta, cuja vida girou por inteiro em torno da liberdade e da pecuária “extrativa”. Já nascia aí o tipo e o espírito do homem que no futuro habitaria a fronteira e teria a tarefa de desenvolver a região. Este é o homem que ocupou a região que é objeto deste estudo, já naquela época com um espírito extremamente comprometido com essa liberdade e independência a um poder centralizador.

Em 1682, os jesuítas retornaram ao Rio Grande do Sul estabelecendo a fascinante experiência comunitária dos Sete Povos das Missões onde, além da agricultura (principalmente a erva-mate), estabeleceram estâncias para criar gado e passaram a se constituir em importante centro econômico de comércio com Montevideu e Buenos Aires. Apesar de colonizada por jesuítas espanhóis e índios (e não por portugueses), as Missões se constituíram, então, em uma importante linha de expansão da ocupação do Rio Grande do Sul. Os jesuítas das Missões estabeleceram estâncias de gado na Vacaria del Mar e na Vacaria dos Pinhais (Campos de Cima da Serra no Nordeste do estado). Torronteguy (1994) afirma que estas estâncias sem bandeiras localizadas nas Vacarias, além do tráfico do couro e de outros produtos, lutavam e disputavam entre si, constituindo-se em núcleos militares. Os próprios moradores eram os responsáveis pela defesa de sua terra e de sua própria segurança, sendo o vizinho muitas vezes visto como inimigo. A atividade extrativa do couro e a constante disputa por território e produtos formaram este gaúcho necessariamente independente de uma proteção alheia que contava apenas consigo mesmo, e que deveria sempre desconfiar de tudo e de todos.

Ao final do século XVII, surgiu um processo de renovação na Colônia brasileira com a descoberta das minas na zona das Gerais, transferindo para lá o pólo econômico da colônia que antes era a região açucareira. A mineração, segundo Pesavento (1994), atividade altamente especializada que concentrava densas massas populacionais, proporcionou o surgimento do mercado interno no Brasil, fazendo com que o Rio Grande do Sul assumisse importância por seus rebanhos de gado e de muares para o transporte. Isto fez com que os colonizadores portugueses voltassem a ter interesse em um outro tipo de ocupação desta faixa de terra e passassem a enviar expedições com o intuito de fundar povoações e cuidar do comércio do gado.

De acordo com Ferreira Filho (1958), o Sul, até então oneroso, passava a ser uma fonte de riqueza. Arrebanhar a gaderia, levar para Minas Gerais e para as estâncias que se fundavam no próprio Rio Grande constituía atividade tão lucrativa como a mineração, no centro do país. Sobre a figura do tropeiro, Pesavento (1994) afirma que era necessariamente um chefe de bando armado, pois tratava-se de uma atividade que se fazia de armas na mão, já que para conquistar os rebanhos, era necessário enfrentar os castelhanos.

A metrópole passa, a partir daí, a agarrar-se fortemente à idéia de conservar a posse destas terras mas, o domínio português, era apenas sobre uma estreita faixa de terra entre Laguna e Sacramento. Além disso, a dificuldade de conservar a Colônia do Sacramento sob a bandeira portuguesa, fez com que a Coroa achasse conveniente a ocupação deste vasto território. A Figura 4 mostra a parte do atual território do Rio Grande do Sul que era ocupado na época.

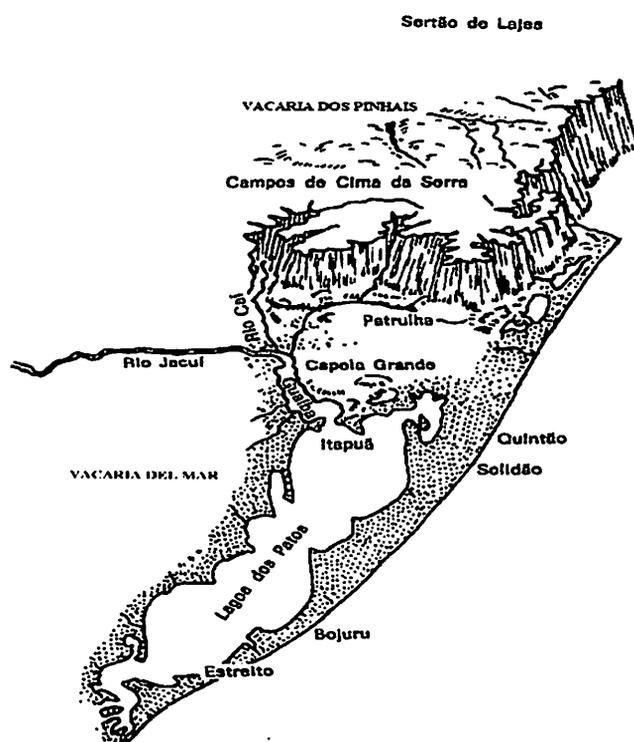


FIGURA 4. A área de domínio português (século XVII).

FONTE: Lessa, 1984, p. 49.

Com esta intenção, inicia-se em 1732 a distribuição de sesmarias no estado. As sesmarias eram terras devolutas (cerca de 13.000 ha) concedidas pela Coroa. Segundo Pesavento, (1994), a distribuição de sesmarias no Rio Grande do Sul ocorreu de maneira diferente da que se fez no Nordeste do Brasil. Enquanto na região açucareira a capitalização prévia era um requisito básico, no Rio Grande a distribuição era feita em retribuição a serviços militares prestados em nome da Coroa, tendo recebido terras tanto tropeiros estabelecidos quanto militares que davam baixa e se afazendavam.

Torrenteguy (1994) registra que a primeira sesmaria portuguesa foi concedida a Manuel Gonçalves Ribeiro, nos campos de Tramandaí, no litoral norte. Posteriormente, novas sesmarias foram concedidas em Porto Alegre e próximo das Lagoas dos Patos e Mirim, não havendo referência, nessa época, a ocupação organizada das Vacarias del Mar, permanecendo esta área como “Terra de Ninguém”. Aliás, pelo Tratado de Paris de 1737, as Vacarias del Mar seriam terras espanholas, porém, como afirma Ferreira Filho (1958), “*como ninguém acreditava no valor dos Tratados...*” Após mais de duzentos anos depois do descobrimento do país, a região dos municípios deste trabalho não possuía ainda ocupação organizada.

Deste modo, a interiorização e a ocupação da terra pelos portugueses se iniciou pelo litoral, no sentido de garantir que os couros das Vacarias del Mar também fossem encaminhados para o centro do país e não mais para o Prata. De 1737 em diante, até o final do século XVIII, o Rio Grande do Sul passa a viver uma gradual interiorização portuguesa associada aos acontecimentos da Europa, que levavam a tratados e delimitações nas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha.

Assim, em 1750 era assinado o Tratado de Madri que estabelecia a entrega da Colônia do Sacramento aos espanhóis, em troca das Missões Orientais do Uruguai que passariam para Portugal (Figura 5). E, para povoar este território missioneiro despovoado, a Coroa portuguesa pensou em aproveitar as famílias açorianas, que continuavam chegando à Ilha de Santa Catarina. Os açorianos chegados para a ocupação da região missioneira, enquanto aguardavam a liberação das áreas das Missões em conflito (e aguardaram por 20 anos), passaram a ocupar núcleos próximos ao Rio Grande no litoral. Portanto, as Vacarias del Mar não foram ocupadas pelos açorianos devido a sua situação de insegurança e instabilidade.



----- Fronteira do Tratado de Madri

..... Fronteira atual

FIGURA 5. Delimitações das fronteiras segundo o Tratado de Madri, 1750.

FONTE: Pesavento, 1994, p. 25.

Sobre este novo tipo de colonizador, Ferreira Filho (1958) afirma que se tratava de gente pacífica, bons agricultores e iniciados nas artes das construções, sobretudo gente de bons costumes e habituados ao trabalho. Não se tratava, porém, de homens combativos, mas não lhes faltava o desejo de se fixar na nova terra e nela trabalhar. *Açorianos*

Barbosa (1983), sobre os açorianos, diz que eles inauguraram nas vizinhanças de Porto Alegre, um “sistema revolucionário” com pequenas propriedades, diferentes do sistema de doação de sesmarias. Segundo o autor, os açorianos eram dotados de vivacidade, eram

trabalhadores, liberais, hospitaleiros, generosos, alegres, expansivos e inimigos da vida militar, tendo contribuído também para a formação do caráter do gaúcho ao mesmo tempo altivo, belicoso, generoso e hospitaleiro. César (1979), também sobre os açorianos, afirma que eram ordeiros, metódicos, apegados à família e, por não terem técnicas requintadas de produção, adaptaram-se melhor ao meio gaúcho. E foram eles os responsáveis pela entrada e desenvolvimento da cultura do trigo no estado, a ponto de aparecer expressivamente nas exportações em 1870. Apesar destas características, segundo Barbosa (1983), o açoriano, espalhando-se pela campanha como criador de gado - há registros de concessão de sesmarias a açorianos em grandes estâncias em municípios da “Vacaria del Mar” - perderia um pouco de suas características ao miscigenar-se com paulistas, lusos, espanhóis e índios, deixando o cultivo do trigo e tornando-se primordialmente um explorador do gado.

Entre 1761 e 1763, os Tratados de El Pardo e de Paris estabeleceram diferentes fronteiras para o Rio Grande, fazendo com que houvessem invasões espanholas no território gaúcho. Segundo Torronteguy (1994), a necessidade de fazer frente às tropas espanholas invasoras fez com que se criassem núcleos portugueses de povoamento, bem como se incrementassem a distribuição de sesmarias a oficiais. Este fato reforçou o costume de ter na estância de gado um proprietário que fosse ao mesmo tempo chefe militar.

Em 1777, um novo tratado, agora o de Santo Ildefonso, estabelece novas fronteiras entre Portugal e Espanha (Figura 6).

Neste tratado, além do estabelecimento dos novos limites, é criada uma área neutra entre as possessões chamada de Campos Neutrais, novamente uma terra de ninguém, que logo transformou-se em área de intenso contrabando, justamente na época em que a pecuária se desenvolveu com o charque (Pesavento, 1994).

A situação das “Vacarias del Mar”, segundo Ferreira Filho (1958), permanecia conflituosa, com castelhanos e índios missioneiros assaltando e saqueando as propriedades situadas em território possuído pelos portugueses, com “rapinagens” nos campos, assassinatos, assaltos às casas de família, violações e incêndios. Em represália, os rio-grandenses invadiam as terras castelhanas e arrebanhavam gado vacum, cavahada e muares. A situação de guerra e de inimigos por todos os lados permanecia nesta faixa conturbada de terra. César (1979) afirma que a criação dos Campos Neutrais provocou exatamente o que se queria evitar, transformando-se em lugar de contrabandistas e aventureiros, onde os assaltos de índios e ladrões de gado atormentavam os “posseiros” instalados.



----- Fronteira do Tratado de Santo Ildefonso

_____ Fronteira atual

FIGURA 6. Delimitações das fronteiras segundo o Tratado de Santo Ildefonso, 1777.

FONTE: Pesavento, 1994, p. 25.

4.2 A economia

*gado de corte
(carne salgada
e arejada)*

A possibilidade de aproveitamento da carne na sua totalidade, a partir do processo manufatureiro de elaboração do charque (carne salgada e arejada), transformou a economia gaúcha e alterou profundamente as atividades criatórias das estâncias. A nova situação, segundo Torronteguy (1994), exigia a existência de um rebanho cativo que deveria ser controlado por peões acostumados aos trabalhos campeiros e de peões-charqueadores que deveriam ser hábeis

no corte das peças, mão-de-obra especializada na salga e no cuidado com a carne. Entretanto, estes peões, além de não serem em número suficiente para o atendimento da demanda, mantinham o costume andejo de vagarem livres, sem vínculo efetivo e definitivo, não oferecendo ao fazendeiro segurança suficiente para a continuidade do trabalho e para o atendimento dos compromissos comerciais de fornecimento ao centro do país (Rio de Janeiro e Minas Gerais). Assim sendo, houve procura por mão-de-obra escrava, estabelecendo-se a importação de negros para os trabalhos saladeiris (preparo do charque), sendo os conhecimentos técnicos da manufatura do charque repassados por ex-trabalhadores platinos. Verifica-se que o espírito gaúcho de liberdade encontra dificuldades em se adaptar à nova realidade da economia, tornando-se o primeiro entrave cultural deste espírito para a “reconversão” das atividades produtivas da região. Segundo Pesavento (1994), isto significava uma desvantagem em relação as charqueadas do Prata, pois estas já trabalhavam com mão-de-obra livre e assalariada.

A enorme demanda pelo charque acarretou também outras conseqüências. Torronteguy (1994) aponta a grande mobilidade dos rebanhos como facilitador da entrada de gados platinos, sendo que os estancieiros não respeitavam os limites fronteiriços, aumentando substancialmente o contrabando. A escassez dos gados fez com que, além do crescimento das fazendas, tanto em população quanto em bens materiais, aumentasse também o banditismo. Os proprietários das estâncias possuíam bandos armados para a defesa de suas terras e de seu gado. O banditismo passou de fenômeno de marginalidade social, a uma prática comum até dos exércitos, uma vez que as “agro-manufaturas” do charque não exigiam fidelidade da origem de sua matéria-prima. A formação do tipo gaúcho se dá de forma embrutecida, com sentido de autodefesa e proteção do inimigo que não pode ser desconsiderada, especialmente nas áreas de fronteira, onde esta situação sempre foi mais grave.

4.3 O processo de consolidação

Ferreira Filho (1958) afirma que, ao raiar do século XIX, já começava a se definir uma sociedade rio-grandense, com o meio impondo aos lagunenses, portugueses, paulistas e açorianos a mudança de hábitos e costumes, tendendo à uniformização. A estância passou a ser a viga mestra da sociedade com os grandes estancieiros agrupando parentes, amigos, protegidos, mestiços, índios que, somados aos negros escravos, formavam um reduto forte. A estância também era, de uma certa forma, o núcleo de defesa, sendo os estancieiros recrutados para

formar os corpos das milícias, que a vizinhança agressiva (espanhóis) obrigava a manter ativos. Embora estes “oficiais” militares durante o período de paz se dedicassem às suas lides pastoris, a eles deve-se a conservação, para o Brasil, desta parte do território sendo a guerra oportunidade de conquistar novas terras (através do recebimento de sesmarias em reconhecimento) e mais gados (por apropriação).

Santos (1984) afirma que a sociedade sulina ia formando-se sob o controle do estancieiro-soldado e que a corrida pela posse da terra, além do aspecto econômico, envolvia um aspecto social, pois possibilitava o acesso à hierarquia social, suprimindo as culpas e superando a ausência de tradições familiares. A estância, como viga-mestra da sociedade não significava apenas exploração da atividade econômica, e da unidade de produção, mas o núcleo de defesa e manifestação de riqueza e poder.

Em 1801, o Brasil retoma as Missões Orientais, expandindo o território rio-grandense em direção ao oeste, estabelecendo-se até o limite natural do Rio Uruguai. Mesmo assim, as “Terras de Ninguém” que constituiriam a fronteira Brasil - Uruguai ainda não estavam definidas, sendo o medo e a desconfiança os seus principais sentimentos (Figura 7).

Lessa (1984) afirma que nesse período, ao contrário das capitâneas de São Paulo ou Minas Gerais, não havia os “ranchos” de beira de estrada, verdadeiros hotéis que recebiam os viajantes. Nas dilatadas campinas e silenciosos caminhos não se cobrava pouso de ninguém, mas havia regras muito bem determinadas. Qualquer forasteiro podia se aproximar do galpão, acercar-se do fogo de chão, tomar os seus mates e ali ficar pousando ao lado dos peões de estância, mas não podendo ultrapassar um tempo, geralmente de três dias. Para se aproximar da casa do patrão devia o estranho gritar pelo dono da casa, mas não se atrever a dar um passo sem a sua expressa autorização. *“Isto se devia a necessidade de precauções de quem vive na solidão e nas lonjuras, ao alcance do inimigo...”* (Lessa, 1984). Estas características mostram um gaúcho militarizado, guerreiro, arredo, desconfiado, que só contava com os seus, que vivia de uma atividade praticamente extrativa, de alta mobilidade e que, pela localização geográfica e o clima constante de guerra, não sabia bem de que lado estava e quem era o seu inimigo.

A ocupação da terra ocorreu de forma militar, com o absoluto predomínio da grande propriedade rural. Houve algumas tentativas de estabelecimento de pequenas propriedades com os açorianos, porém não foram significativas. Dessa forma, verifica-se que a região baseou-se na grande propriedade, na estância como célula das unidades de exploração da região (Quadro 1).



FIGURA 7. A área de domínio português (1801).

FONTE: Lessa, 1984, p. 108.

QUADRO 1. Distribuição da propriedade territorial no Rio Grande do Sul em 1785.

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área ocupada (%)
0 a 200	9,50	0,04
200 a 500	21,05	0,93
500 a 1.000	4,28	0,48
1.000 a 5.000	27,60	12,43
> 5.000	37,57	86,15

FONTE: Santos, 1984, p. 54.

4.4 Novas instabilidades

O século XIX caracterizou-se por um conturbado período no Rio Grande do Sul, com guerras e revoluções se sucedendo e causando prejuízos e devastações às atividades econômicas da região com enorme desperdício de vidas. Assim, a partir de 1809, inicia-se a Guerra da Cisplatina com a tentativa do Brasil de tomar o Uruguai, fato consumado em 1821, com a anexação da chamada Província Cisplatina (Barbosa, 1983). Foi nesse período, segundo César (1979), que a economia gaúcha formou, com a uruguaia, uma espécie de pólo pecuário, mesclando-se os interesses dos estancieiros de ambos os lados, embora a luta uruguaia pela independência tenha causado sérios danos e prejuízos à pecuária da fronteira. Mais uma vez, o território fronteiriço fica submetido aos prejuízos e ao atraso decorrentes da disputa pela terra e pela autonomia política, conseguida pelo Uruguai em 1828, após um período que custou ao Rio Grande do Sul um pesadíssimo tributo de sangue (Ferreira Filho, 1958).

Torrentenguy (1994) afirma que tais lutas barbarizaram e empobreceram as camadas menos favorecidas do interior do estado, porém, fortaleceram a noção de identidade geográfica e política. Os sulistas adquiriram, com as lutas de fronteira, não apenas uma consciência de identidade nacional comparada com de outras populações brasileiras ou platinas, mas uma clara noção de identidade cultural local.

Neste período, inicia-se a colonização organizada no Rio Grande do Sul com a chegada dos primeiros colonos alemães em julho de 1824. Segundo Ferreira Filho (1958), a preocupação com o despovoamento do estado e com o abandono a que estava relegada a lavoura rio-grandense, tornou necessário que se trouxessem colonos. Alguns desses colonos deveriam ser enviados para as Missões, pois segundo o Presidente da Província, José Feliciano Fernandes Vieira, era de interesse nacional intensificar o povoamento da região fronteiriça. A necessidade de diversificar a economia gaúcha quase inteiramente absorvida pelo charque (até os filhos dos açorianos haviam abandonado a agricultura e se tornado estancieiros) foi outro motivo para a vinda dos colonos que se estabeleceram ao longo do Rio dos Sinos, próximo a Porto Alegre. Novamente a Vacaria del Mar não recebeu migrantes, devido a sua situação de instabilidade.

Segundo Lessa (1984), a contribuição dos alemães ao desenvolvimento da província foi significativa. A sua localização privilegiada, próxima do mercado consumidor em potencial (Porto Alegre), sua facilidade de acesso através do Rio dos Sinos (segundo o autor, bastava umas remadas a mais no Rio dos Sinos para ter acesso ao Rio Guaíba e a Porto Alegre),

as habilidades dos germânicos, especialmente nas técnicas de curtição do couro e preparo de arreamentos para os estancieiros e a agricultura colonial contribuíram para um desenvolvimento diferenciado daquele proporcionado por portugueses e espanhóis. Lessa (1984) afirma ainda que, se em etapa anterior a formação luso-rio-grandense se fizera em torno do acampamento militar ou em torno do galpão de estância, este novo aporte se consubstanciou em torno da casa de comércio e através dos caixeiros viajantes. Inicia-se a diferenciação de ocupação da terra e da cultura desta região em relação à área em estudo.

Pesavento (1994) afirma que, ao contrário da ocupação da terra da fronteira baseada em sesmarias (aproximadamente 13.000 ha), os colonos alemães receberam 77 ha naquelas colônias estabelecidas em 1824 e 48 ha nas estabelecidas em 1848. E, devido a isso, os imigrantes só puderam sobreviver às custas de uma agricultura de subsistência, cultivando variados produtos através da mão-de-obra familiar e agregados, socorrendo-se com os vizinhos, nas suas necessidades. Cada família receberia cerca de 78 ha, vacas, cavalos, porcos, galinhas e ferramentas. Ou seja, receberiam estímulos para desenvolver uma agricultura produtora de alimentos, o que realmente realizaram de forma exitosa com geração de riquezas e com o desenvolvimento secundário da industrialização (Ferreira Filho, 1958). Esta colonização caracterizou-se, desde a sua formação, por aspectos de trabalho de auxílio mútuo entre vizinhos, bem ao contrário da ocupação da fronteira, onde cada vizinho ou forasteiro consistia em um inimigo potencial.

Pesavento (1994) mostra ainda que todo o desenvolvimento anterior da agricultura colonial não beneficiou diretamente ao pequeno proprietário, mas sim aos comerciantes que eram quem realmente acumulavam capitais, atuando desde a "picada" aberta na mata até a casa de comércio do núcleo colonial, de onde os produtos eram enviados à Porto Alegre. Esta acumulação de capital decorrente do comércio foi responsável pelo surgimento da indústria, diferentemente da região da fronteira que era apenas produtora de matéria-prima, que era o gado (quer para o couro, quer para o charque).

No Rio Grande do Sul, o período pós-independência foi marcado pelo desenvolvimento da pecuária orientada para o charque, consagrando-se como economia subsidiária e fornecedora para o mercado interno brasileiro. Segundo Pesavento (1994), o conflito da Cisplatina (que se prolongou até 1828) mobilizou novamente o estado numa intensa campanha militar. A perda do território da Cisplatina ocasionou aos gaúchos não apenas a devastação de boa

estímulo de
acumulação
cultivos

parte dos gados das estâncias gaúchas, mas também a perda dos gados uruguaios para as charqueadas platinas que se rearticulavam, corroendo o sistema de ocupação.

O não atendimento ao pedido de ressarcimento dos prejuízos da campanha da Cisplatina feita pelos gaúchos ao Governo Central, a falta de investimentos na província, além da política financeira do Império, são apontadas por Piccolo (1979) como causas da deflagração de mais um conflito, desta vez contra o Império brasileiro, a Revolução Farroupilha. Isto tornava claro para os gaúchos que o Rio Grande era relegado a uma situação de desprestígio. Delineou-se, assim, a Revolução Farroupilha, conflito que duraria dez anos (1835-1845) causando enormes perdas materiais e de vidas, e que traduzia o espírito federativo e liberal além da reação de uma província periférica, dependente, sem participação no poder decisório nacional (Piccolo, 1979). Freitas (1985) afirma que a Revolução Farroupilha foi, basicamente, um conflito surgido a partir dos interesses dos estancieiros, sendo a região das “Vacarias del Mar” a mais afetada e prejudicada por se localizar mais próxima da fronteira com os países do Prata, o que permitia a fuga com mais facilidade. Esta Revolução caracterizou-se por uma série enorme de combates, avanços e recuos de ambas as partes, durante 10 anos causando grandes prejuízos ao homem, à economia e ao Estado (Figura 8).

A Revolução Farroupilha teve um período ascensional de 1835 até mais ou menos 1839, seguindo-se um período de relativa estabilização entre 1840 e 1842, resultando na paz “honrosa” de 1845. Segundo Pesavento (1994), a paz também se deve à preocupação do Império brasileiro com os rumos que tomavam os movimentos no Prata, com a aproximação de novo conflito. Segundo Dacanal (1985), a paz assinada foi, de certa forma, favorável aos interesses dos fazendeiros gaúchos, constituindo-se em uma forma de reconhecimento ao poder do núcleo oligárquico regional. Torronteguy (1994) afirma que a Revolução Farroupilha, além de se constituir em uma guerra de caráter interno do Brasil, também é considerada como uma revolução de caráter interno, no próprio Rio Grande do Sul. A região da Campanha (onde se encontram os municípios em estudo), palco das principais lutas, isolou-se das demais devido à posição, quer política (o Litoral, de origem lusitana manteve-se fiel ao Império), quer geográfica (a Serra com sua escassa população e vegetação fechada afastava os possíveis interessados em lá se estabelecerem). Assim sendo, após a guerra, os estancieiros reforçaram o seu domínio político e econômico com a concentração de terras e o despovoamento dos campos. Segundo o autor, é nesta época que surge o caráter de guerreiro vitorioso do gaúcho, pois depois de todas as lutas armadas, os proprietários saíam beneficiados, enquanto que os trabalhadores e os escravos nada



FIGURA 8. Principais combates da Revolução Farroupilha (1835-1845).

FONTE: Barbosa, 1983; Ferreira Filho, 1958.

recebiam ou conquistavam. Todos, proprietários ou não, foram destemidos e valentes soldados, mas as recompensas foram diferentes. Sem acesso à terra, já com os seus limites estabelecidos pelos alambrados, alguma recompensa o peão-soldado deveria ter. Foi então atribuído a ele o título de herói, que materialmente nada significava, mas que “recompensava” os guerreiros com a ilusão de que a posteridade não os esqueceria. Surge e fica preservado até a atualidade o gaúcho como um termo de significado honroso, embora a solidão da Campanha seja a testemunha do seu esquecimento (Torronteguy, 1994).

Após a Revolução Farroupilha, a economia pecuária prospera, tratando os fazendeiros de repovoar os campos e de melhorar a qualidade dos rebanhos. Entretanto, como afirma Barbosa (1983), no Rio Grande a guerra não cessa. A política dos países do Prata fez com que os gaúchos se vissem novamente envolvidos em conflito. Em 1851, o Rio Grande do Sul organiza um Exército e invade o Uruguai, enfrentando o general Manoel Oribe que, apoiado pelo ditador Juan Manuel Rosas, usurpava o interior uruguaio, onde os brasileiros possuíam fazendas de criação (e freqüentemente ultrapassando a fronteira com o Rio Grande). Após ensanguentar durante 10 anos o país, até 1852 (Ferreira Filho, 1958 e Piccolo, 1979). Segundo Pesavento

(1994), esta guerra desestruturou a atividade saladeiril (exploração do charque) do Uruguai, beneficiando sobremaneira a charqueada do Rio Grande do Sul através da isenção de impostos para a entrada de gado uruguaio no Brasil mas com a taxaço do charque. Novamente, houve progresso na atividade criatória da fronteira gaúcha.

O Rio Grande do Sul volta a se envolver em conflito em 1864. Desta vez foi contra o general uruguaio D. Atanásio Aguirre que repete a agressão aos brasileiros e obriga nova intervenção militar, com intensos combates na região fronteira, chegando o conflito ao seu final em 1865. Ferreira Filho (1958) diz que, mesmo terminada essa sangrenta luta, os rio-grandenses não voltariam à tranqüilidade de seus lares porque ela era prelúdio de outra guerra, a maior que seria travada entre as nações da América, a Guerra do Paraguai.

A Guerra do Paraguai (1866-1870) embora tenha ocorrido principalmente na parte oeste do território gaúcho, envolveu parcela significativa de sua população e de seus recursos, participando com quase uma quarta parte das forças mobilizadas pelo Brasil. Segundo César (1979), a Guerra do Paraguai consumiu muitos esforços, sacrificou a vida de milhares de gaúchos e utilizou muito apoio material fornecido pela Província às tropas da Tríplice Aliança. Apesar disto, o Rio Grande saiu mais fortalecido politicamente, com as colônias de imigrantes (do norte do estado) entrando em uma nova fase de produção

Em 1875, agrega-se à formação cultural do Rio Grande do Sul e à ocupação da terra, o elemento italiano, com a implantação na Encosta Superior do Nordeste, das primeiras colonizações. Os imigrantes provinham do norte da Itália, onde se dedicavam à agricultura. Segundo Pesavento (1994), os italianos chegaram à província em situação de desvantagem se comparada com os alemães. As melhores terras já se achavam ocupadas e coube aos italianos receber lotes ainda menores (25 ha) na encosta da serra, próximos dos alemães e mais uma vez distantes da fronteira conflituosa.

Barbosa (1983) afirma que o crescimento demográfico e econômico do Rio Grande do Sul aumentou de modo expressivo com a imigração. A montanhosa região do Rio das Antas, inteiramente coberta de densa mata virgem, principiou a ser colonizada pelos italianos que fundaram cidades. A rede de comercialização montada pelos alemães facilitava o escoamento do que viessem a produzir, mas também os tornava submissos ao capital alemão e à sua concorrência, fazendo com que os novos imigrantes se especializassem na produção de vinho, dedicando-se ainda à produção de milho e à criação de suínos para a fabricação de banha. Além disso, a região totalmente ocupada com mata virgem, fez com que os colonos italianos explorassem à extração da

Quilómetros
da fronteira

madeira. A localização dos italianos se deu no sentido de ocupar as áreas ainda desabitadas e não tão distantes e desprotegidas, uma vez que a fronteira já estava tomada pelos fazendeiros em constante conflito (e contrabando).

A vinda destes imigrantes que se dedicavam à agricultura serviu para atenuar a economia estadual, já que a pecuária sulina atravessava um período de relativa estagnação. Conforme Fonseca (1983), o Rio Grande do Sul apresentava desde a segunda metade do século XIX, um processo de transformação econômica com a ascensão gradativa do norte do estado com relação à zona sul (Campanha).

Embora com a sua produção voltada para o mercado interno, a economia gaúcha durante o Império pôde sempre contar com protecionismo para o seu principal produto, o charque, a partir da posição estratégica ocupada (a fronteira com o Prata) e da sua participação nas Guerras contra Oribe, Rosas, Aguirre e Solano Lopes, além de sua própria posição econômica fornecedora de gêneros essenciais ao consumo nacional (Fonseca, 1983).

A proclamação da República aconteceu em um momento em que o Rio Grande do Sul (com sua economia pecuarista dominante) apresentava menor capacidade de internalizar capital do que os cafeicultores exportadores, fazendo com que a força política dos gaúchos ficasse diminuída. Assim sendo, os representantes da oligarquia do sul do estado, em decadência econômica, encontravam-se descontentes com a crescente subordinação e dependência à nova ordem nacional.

4.5 A inversão da riqueza

Fonseca (1983) afirma que durante a República Velha acentua-se a diferenciação entre o norte e sul do estado, acabando por separarem-se em Campanha, Serra e Planalto (Figura 9). A Campanha, segundo Fonseca, era a zona mais importante do estado, no século XIX, com suas criações de gado, seus latifúndios e onde apareciam o peão, o agregado, todos vinculados à estância. A Serra era região de colonização dos imigrantes alemães e italianos, com pequenas extensões de terra, com atividade de agricultura muitas vezes associada a criação de suínos, basicamente com mão-de-obra familiar. O Planalto, de colonização mais recente, com pecuária e agricultura lado a lado (até porque os campos eram inferiores para a pecuária), com latifúndios e pequenas e médias propriedades, era considerado o parente pobre da Campanha.

os sulistas
do
RS

través
de
guerra

Neste período, segundo o autor, há um estancamento relativo da região da Campanha em termos de crescimento econômico. Há também o aparecimento de novos grupos sociais, com o surgimento de camadas médias urbanas, comerciantes e industriais oriundos do colonato europeu, que apresentavam interesses diferentes e se encontravam politicamente disponíveis. As formas de perceber os problemas econômicos e de propor soluções diferem a partir dos diferentes interesses regionais, estendendo-se para o plano político e até ideológico. Torna-se cada vez mais evidente a perda de poder dos fazendeiros da fronteira em detrimento do avanço econômico e político de outras regiões e de outras categorias sociais.

O aparecimento do componente ideológico positivista é apontado por Pesavento (1994) como um fator importante para estabelecer as políticas de solução dos problemas diagnosticados. A ideologia positivista norteava a ação dos grupos que estavam no poder, propiciando o progresso harmônico de todas as atividades econômicas, sem distinções ou

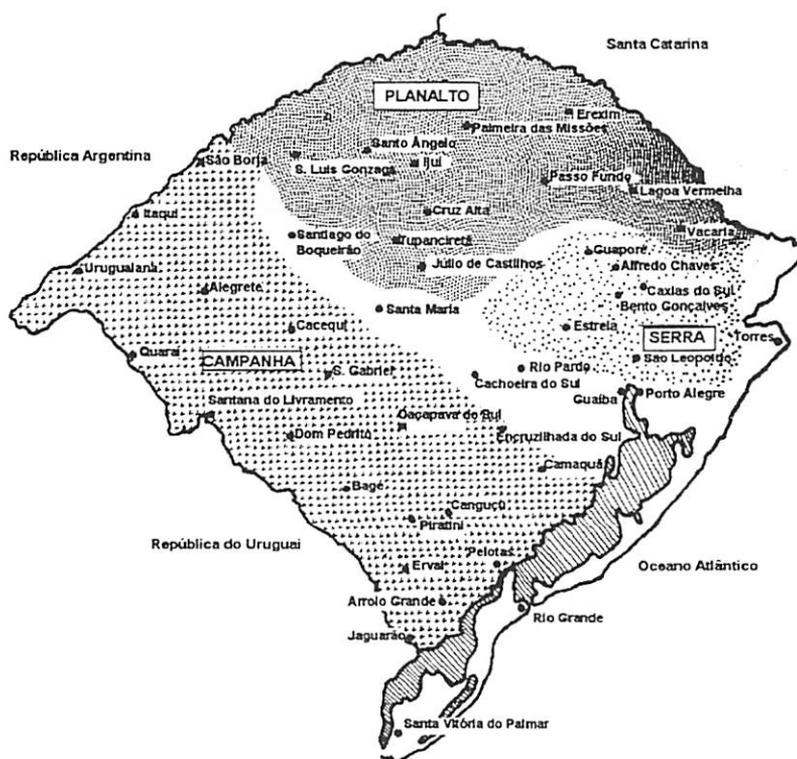


FIGURA 9. Rio Grande do Sul, regiões econômicas da Velha República.

FONTE: Fonseca, 1983, p.28.

favorecimentos. Os partidos da época apresentavam programas econômicos distintos que refletiam a ideologia. O Partido Republicano Rio-grandense (PRR) interpretava a crise econômica estadual como proveniente da estagnação econômica da Campanha, devido à dependência de uma economia exportadora (do charque). A título de solução, apresentava a diferenciação da produção interna agrícola como forma de levar a uma economia auto-sustentada, o que favorecia o desenvolvimento das atividades da Serra e do Planalto (Fonseca, 1983)

O Partido Federalista, com ampla penetração entre os fazendeiros da Campanha, propunha que o Rio Grande se especializasse na economia pecuária, interpretando a crise atravessada na atividade como decorrente da política governamental.

Assim, seguindo os preceitos positivistas e as idéias do PRR, o Governo abandonou a primazia da Campanha. A perda do poder econômico associado às perdas crescentes de poder político, foi um golpe para a classe dos fazendeiros gaúchos e depois de inúmeros conflitos políticos (golpes e contragolpes), volta o Rio Grande do Sul a pegar em armas em 1893, na Revolução Federalista, segundo Flores e Flores (1993) a mais sangrenta das revoluções americanas, que duraria até 1895 (Figura 10). A divisão do estado em maragatos, os rebeldes federalistas, e pica-paus ou chimangos, os governistas republicanos, e o conflito entre eles manchou o Rio Grande de sangue. E, novamente, grande parte dos combates e ações de guerra se localizaram na “Vacaria del Mar”, devido à facilidade de deslocamento para além fronteiras com o Uruguai e ao apoio dos fazendeiros, especialmente aos rebeldes “maragatos”.

Esta revolução se caracteriza mais uma vez por perdas de vidas e de bens materiais, com destruição, roubos e saques. Embora fosse uma luta política entre irmãos e não mais pela posse da terra, constituiu-se na mais sangrenta de todas as batalhas em que o Rio Grande do Sul se envolveu. Segundo Barbosa (1983), a Revolução terminou com mais de 10.000 mortos. Ferreira Filho (1958) afirma que durante a Guerra foram praticados atos de selvageria inaudita, com os instintos maus dos homens se manifestando através de atentados monstruosos que macularam os mais nobres sentimentos da humanidade. Flores e Flores (1993) mostram que a pilhagem em nome da revolução era natural, com assaltos às estâncias e morte de famílias inteiras.

O final do conflito fortalece e consolida a divisão da classe dominante gaúcha entre os “maragatos”, os defensores de políticas governamentais que protegessem e melhorassem a atividade pecuária representada em sua maior parte pelos fazendeiros, e pica-paus, que defendiam uma diferenciação na produção agrícola interna do estado. Pesavento (1980) afirma que a pecuária gaúcha apresentava-se em crise, tanto na atividade da produção quanto na atividade de



FIGURA 10. Principais combates da Revolução Federalista (1893-1895).

FONTE: Barbosa, 1983; Ferreira Filho, 1958; Flores e Flores, 1993.

mercado e das charqueadas. A crise da produção se devia ao pouco avanço do uso de tecnologia, o processo do cercamento dos campos ainda incompletos, além de princípios sanitários inadequados e a ocorrência de altas taxas de mortalidade, associadas ao abate indiscriminado de vacas prenhes contribuindo para a diminuição do rebanho.

Pelo lado do mercado, o pecuarista era fornecedor de matéria-prima para a charqueada, ficando na dependência dos preços oferecidos por ela. As charqueadas, por sua vez, apresentavam-se dependentes das vendas para a região central do Brasil, sendo o produto destinado a atender as classes pobres dos centros urbanos, o que impedia o aumento dos preços. Além disso, houve um grande descompasso tecnológico em relação, aos processos de conservação da carne do Prata. Por outro lado, as altas taxas cobradas pelo governo central sobre a importação de sal de Cádiz e os elevados fretes cobrados pelos transportes ferroviários deixavam aos charqueadores a alternativa de explorar ainda mais os criadores, achatando a sua renda e causando uma crise que se prolongou até a 1ª Guerra Mundial.

Paralelo a isso, o norte do estado (ver Quadro 2), como afirma Fonseca (1983), viria a ser um território bastante povoado e seu crescimento populacional, acompanhado de

QUADRO 2. Crescimento da receita de municípios do Rio Grande do Sul entre 1912 e 1925

1912 = 100

Municípios	Região	Relativo
São Luís Gonzaga	Planalto	1452
Porto Alegre	Metropolitana	816
Caxias do Sul	Serra	597
Pinheiro Machado	Campanha	381
Bagé	Campanha	326
Caçapava do Sul	Campanha	322
Lavras do Sul	Campanha	245

FONTE: Fonseca, 1983.

valorização econômica, o levaria a ter peso mais significativo na economia do estado. A diferenciação entre as metades sul e norte, iniciada com as diferentes formas de colonização, acentua-se com as conseqüências da guerra e a rudimentaridade nas formas produtivas de exploração do gado. Esta situação já se evidencia no início do século com os índices de crescimento diferenciado das receitas dos municípios das distintas regiões, conforme os dados apresentados no Quadro 2.

4.6 A pauperização de uma região heróica

O surgimento dos frigoríficos no Prata e a crise das charqueadas fizeram com que se acirrasse o debate e o interesse de implantação de um frigorífico no Rio Grande do Sul. A sua implantação era fundamental para os pecuaristas, embora demandasse muito capital. O projeto de montagem de um frigorífico local não se efetivou devido a demora em arrecadar o capital necessário, demonstrando a debilidade da capitalização do setor pecuarista, além da sua incapacidade em termos de organização, em busca da resolução de seus problemas.

Novamente nesse período, a estagnação da atividade pecuária é vista pelos grupos políticos gaúchos de forma diferente. Os republicanos entendiam como natural o incremento da lavoura como resposta à estagnação da Fronteira, enquanto que os maragatos entendiam como natural, como vocação histórica do estado, a especialização na pecuária. A crise era percebida

pelos maragatos como fruto de uma política consciente e deliberada do governo estadual (Fonseca, 1983).

Os anos da Iª Guerra Mundial, que criaram demanda para os produtos gaúchos ativando as exportações e melhorando os preços, fizeram com que os interesses da classe dominante (situação e oposição) se mantivessem satisfeitos, constituindo um período de melhorias e investimentos (Pesavento, 1994).

O pós-guerra configurava-se com uma nova crise econômico-financeira, a partir da rearticulação da economia européia e o recuo da demanda mundial, com o retraimento do consumo de carnes, fazendo com que os frigoríficos diminuíssem a matança e baixassem os preços. Este retraimento causou também a retomada do abate para o charque no Prata, desalojando o produto gaúcho no mercado nacional e estrangeiro. Além disso, seguiu-se uma crise financeira, passando para um período de recessão e redução de crédito. Os pecuaristas acuados, sem ter para quem vender o seu gado, voltaram-se para o governo estadual em busca de soluções. Se a pecuária era o setor predominante da economia e se encontrava em crise, o governo devia primordialmente socorrê-lo. Queriam de Borges de Medeiros, o Presidente do Estado, uma política de salvação da pecuária como se a situação fosse fruto das políticas estaduais (Pesavento, 1994).

A situação política se agrava com a eleição estadual de 1922, vencida, pela quinta vez, por Borges de Medeiros em alegadas fraudes, fazendo com que a oposição voltasse novamente a pegar em armas. Eclode a Revolução de 1923, organizada pela oposição que exigia a derrubada de Borges de Medeiros e a revisão da Constituição positivista do estado. Segundo Ferreira Filho (1958), a Revolução de 23, sob o aspecto militar, foi o mais fraco dos movimentos revolucionários do Rio Grande do Sul, não se registrando um combate decisivo que assinalasse o encontro de forças consideráveis. Após o Tratado de Pedras Altas, em novembro de 1923, terminou mais este conflito em solo gaúcho, com a reforma parcial da Constituição estadual, proibindo as reeleições do Presidente do Estado.

Entretanto, segundo Pesavento (1980), os prejuízos de mais um conflito armado foram enormes, especialmente para os fazendeiros que tiveram seus rebanhos devastados e suas propriedades destruídas. Mais uma vez, a Vacaria del Mar e seus habitantes são palco de guerras e destruição, praticamente devastando as áreas de pecuária, tendo a maioria dos combates ocorrido na região da fronteira (Figura 11). Além dos prejuízos econômicos, reforça-se a “vocaçãõ” guerreira do habitante desta região e a eterna expectativa de solução dos problemas da

*algumas
de muitas
instâncias*

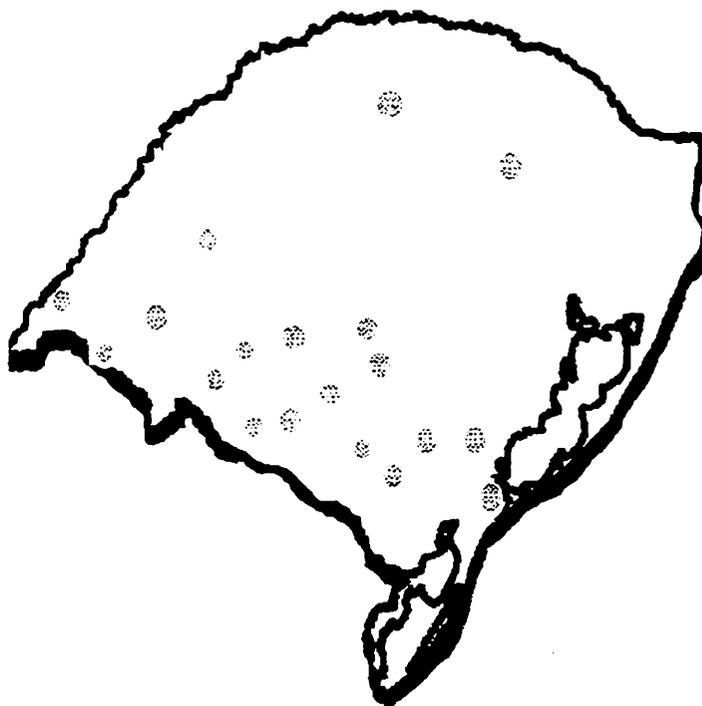


FIGURA 11. Principais combates da Revolução de 1923.

FONTE: Ferreira Filho, 1958.

pecuária através da intervenção do governo, o que acabou sucedendo desde então.

As diferenças entre as ideologias gaúchas sobre as formas de desenvolvimento do estado (os republicanos governistas propunham a expansão natural de toda a economia gaúcha, enquanto o projeto dos maragatos era dar condições ao desenvolvimento da economia pastoril) começam a ser superadas em 1928, com a eleição de Getúlio Vargas ao Governo do Estado, empreendendo uma política orientada para o atendimento direto e imediato dos interesses dos produtores, em especial da pecuária gaúcha. (Antonacci, 1979 e Pesavento, 1994).

Este foi, segundo Ferreira Filho (1958), o fator decisivo para o apoio que os gaúchos, de forma unânime através da Frente Única Rio-grandense, emprestaram à candidatura de Vargas à Presidência da República. As eleições presidenciais, marcadas por uma campanha eleitoral violenta e por um festival de fraudes, provocaram um sentimento de rebeldia e inconformismo que culminou com a Revolução de 30 (Barbosa, 1983).

A vitória de Júlio Prestes, candidato da situação, desencadeou a revolução que, através das forças militares, destituíram o General Washington Luís e entregaram o poder ao gaúcho Getúlio Vargas. Esta revolução, caracterizada com muito orgulho no Rio Grande do Sul como aquela em que os gaúchos amarraram o cavalo no obelisco da Avenida Rio Branco no Rio

de Janeiro, revela o tipo caudilho que se formou no estado. O velho habitante das “Vacarias del Mar”, quando tem seus interesses contrariados, está pronto a pegar em armas. Ferreira Filho (1958), afirma que o caudilhismo surgiu como uma imposição do meio e da necessidade de sobrevivência, pois a sociedade rio-grandense formou-se em um ambiente de perigos, de lutas, de permanentes ameaças, precisando ser forte para sobreviver. A fixação das fronteiras e das propriedades ocorreu com um oficial de milícias apossando-se de sesmarias, enfrentando os bandos de castelhanos e índios missioneiros que punham em perigo constante a sua vida e a sua propriedade, aprendendo a usar as armas para garantir a sua vida e os seus direitos, formando o gaúcho moldado pela seqüência sem fim das guerras e revoluções, especialmente na sua parte sul.

A ascensão de um caudilho gaúcho à Presidência da República significava para a oligarquia pastoril a esperança de uma reorientação da política nacional em favor do estado, especialmente para os fazendeiros. A República Nova, entretanto, procurava de todas as maneiras resolver os problemas econômicos das regiões periféricas, desde que os interesses destes não entrassem em contradição com os “objetivos mais gerais” do país que eram a integração do mercado pela articulação das economias regionais e a diversificação da estrutura produtiva da nação, visando garantir a continuidade do processo de acumulação capitalista no país (Pesavento, 1994). Dentro deste contexto, o Rio Grande do Sul estava destinado a complementar a economia central em seu papel de fornecedor de gêneros de subsistência para o mercado consumidor nacional, para o que, a manutenção da estrutura agropecuária estadual ia de encontro aos interesses do poder central.

Müller (1979) afirma que a industrialização desta época, baseada nos recursos internacionais de caráter mono-oligopolizado, exigia certas dimensões de mercado que só o eixo Rio-São Paulo possuía, atrasando também o processo de industrialização gaúcho. No que se refere aos próprios recursos, Müller afirma que o Rio Grande do Sul, que sempre fora uma economia de papel periférico, desenvolveu internamente uma maneira de acumular riqueza e capital e de organizar o poder nucleado na agropecuária que exigia, para a sua industrialização, a vinculação com os recursos dela oriundos, que se mostraram insuficientes para sustentar o processo. O modelo gaúcho era composto, portanto, de uma economia regional cujo centro nevrálgico repousava nas atividades agropecuárias conectadas às atividades fabris e exportadoras e que possuía limitações de mercado interno, devido exatamente à sua organização agrária. (Müller, 1979).

Começa a se agravar, neste período, a diferenciação econômica entre o sul e o norte do estado, agregando-se à diferenciação cultural que já era significativa devido às migrações e ao processo de ocupação da terra. Se a alavancagem da industrialização do estado dependia da renda gerada pelo setor agropecuário e presença de mercado consumidor, é evidente que a região sul, a partir de uma economia restrita, comportou-se de maneira inferior à metade norte.

Alonso, Benetti e Bandeira (1994), ao analisarem o processo de decadência da parte sul, afirmam que para o desenvolvimento de um parque industrial de qualquer região deve-se considerar, para fins de análise, dois segmentos: o primeiro, composto por estabelecimentos voltados para as demandas externas da região (como exemplo, as charqueadas e frigoríficos gaúchos) e o segundo, composto de estabelecimentos voltados para as demandas locais ou regionais (como exemplo, as primeiras cervejarias ou pequenas metalúrgicas). Os autores mostram, a partir disso, que a região sul, com uma economia baseada praticamente na pecuária extensiva sobre uma estrutura fundiária e de renda concentrada, com grande parte da população urbana de baixo poder aquisitivo, não oferecia um mercado favorável para o surgimento de uma indústria diversificada. Ao contrário, as regiões norte e nordeste do estado, com estrutura fundiária baseada na pequena propriedade colonial e uma distribuição da terra mais uniforme, sobre uma agropecuária diversificada, proporcionavam o aparecimento do mercado interno de consumo.

Além disso, os autores reforçam mais dois aspectos: o primeiro refere-se à questão cultural, a respeito do desenvolvimento dos parques manufatureiros, com os imigrantes e seus descendentes sendo culturalmente mais adaptados aos trabalhos manuais, vistos com preconceito pelo homem da região sul. Trata-se do velho gaúcho da “Vacaria del Mar”, pouco dedicado às lides não relacionadas com as atividades pastoris. Aliás, traço cultural marcante que até os dias de hoje se conserva.

O segundo aspecto se refere à falta de capitais devido à reduzida capacidade de acumulação da pecuária e dos segmentos a ela ligados. Tendo já há algum tempo esgotado sua capacidade de expansão de área e causando um certo “atrofiamento” da capacidade empresarial, os pecuaristas satisfaziam-se com rentabilidade mais baixa, desde que os riscos fossem também baixos, gerando pouco investimento e, por conseguinte, pouca capacidade de produção de excedentes financeiros. É compreensível este tipo de atitude, uma vez que as extensões grandes das propriedades permitiam assegurar um padrão de consumo alto, devido aos altos volumes de produtos (gado e lã) negociados, embora com baixas produtividades por área. Esta mentalidade,

segundo os autores, pode ter contribuído para a disseminação de uma cultura conservadora que se tornou um obstáculo à diversificação do perfil agropecuário da região sul.

Segundo Pesavento (1994), o cercamento dos campos e a introdução de alguma tecnologia nos métodos criatórios contribuíram para a redução da necessidade de braços para a criação. Com isso, acentuou-se o êxodo rural que já se manifestava nos anos 30. Uma vez fora do latifúndio, este trabalhador com habilidades campeiras que nada valiam para a vida urbana buscava as vilas marginais da cidade sem ser absorvido pela incipiente indústria gaúcha. Este fator provocou e vem provocando situações muito difíceis de emprego urbano e de forte migração para fora da região, em busca de melhores oportunidades de vida (Quadro 3). Ao contrário, na zona colonial, o êxodo rural ocorreu em direção aos estados de Santa Catarina e Paraná onde havia disponibilidade de terras.

Além disso, segundo Alonso, Benetti e Bandeira (1994), em 1937 já estava delineado o perfil da indústria da região sul, com um amplo predomínio de atividades voltadas para o beneficiamento de produtos da agropecuária local e quase total ausência de um segmento produtor de bens manufaturados para o mercado regional. Isto contribuiu também para inviabilizar muitos dos empreendimentos que lá haviam se estabelecido nas últimas décadas do século XIX.

Com a implantação do Estado Novo em 1937, inicia-se de forma clara a substituição do modelo de desenvolvimento baseado na agroexportação por aquele baseado na indústria de forma mais acentuada. Tal processo beneficiou o centro do país, mantendo-se a economia do Rio Grande do Sul sem alterações fundamentais.

Já no chamado período populista, de 1945 em diante, a agropecuária gaúcha apresentava-se diferenciada internamente. Havia o latifúndio com pouquíssima rentabilidade

QUADRO 3. Participação das regiões do Rio Grande do Sul no total da população do estado entre 1890 e 1991.

	(%)								
Região	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991
Nordeste	28	30	28	25	27	31	34	40	45
Norte	20	21	31	39	40	39	37	34	30
Sul	52	49	41	36	33	30	29	26	25

FONTE: Alonso, Benetti e Bandeira, 1994, p. 33.

(sendo a criação predominantemente extensiva e com baixa reaplicação de capitais); havia uma agricultura capitalista crescente de arroz e trigo que se utilizou do arrendamento, proporcionando a capitalização de alguns fazendeiros e havia uma agricultura colonial de baixo nível técnico nos minifúndios, com baixa produtividade e por isso mesmo com enorme evasão de população para as cidades e especialmente para o Paraná e Santa Catarina. A industrialização, ainda baseada na transformação de produtos agrícolas, enfrentava dificuldades de expansão.

O decorrer dos anos acentuou cada vez mais as diferenciações internas do Rio Grande do Sul, especialmente sobre o “empobrecimento” do sul. Conforme Alonso, Benetti e Bandeira (1994), as efeitos desta diferenciação se manifestam nos níveis da demografia, economia e política.

As diferenças de intensidade de crescimento da população, segundo os autores, parecem ser os assentamentos de migrantes que tiveram certa importância no final do século XIX, de forma mais numerosa na região norte e nordeste e os fluxos de migrações internas. Essas migrações deram-se em busca de novas terras (emigração de jovens descendentes para áreas da fronteira agrícola no norte do estado) e em busca de empregos na indústria pois a alta concentração industrial no nordeste, fez com que houvesse uma intensa migração. Por outro lado, a parte sul não apresentou nada que pudesse estimular a imigração; pelo contrário, o desenvolvimento de algumas tecnologias de produção na pecuária fez com que diminuísse a necessidade de mão-de-obra rural, fazendo com que as taxas de urbanização atingissem níveis muito elevados de forma preocupante.

Em suma, a região sul, não sendo capaz de gerar empregos suficientes quer na zona rural, quer na zona urbana, passou paulatinamente a expulsar a sua população, que emigrou em busca de melhores oportunidades.

Outro fator que é abordado pelos autores é a questão econômica, que está intimamente relacionada com as demais. O baixo dinamismo das atividades econômicas da região fez com que a sua participação na formação do Produto Total do estado diminuísse, 38% em 1940, 30% em 1950, 29,4% em 1960, 24% em 1970 e 24% em 1980, conforme os dados expostos no Quadro 4.

Estes dados evidenciam ainda um decréscimo maior da região sul no setor secundário. Isto decorre do processo de industrialização mais efetivo ocorrido no nordeste, passando no sul de cerca de 30% da participação total no Estado, para 15% em 1970.

QUADRO 4. Participação das regiões do Rio Grande do Sul no Produto Interno Bruto total do estado entre 1939 e 1980.

(%)

Região	1939	1949	1959	1970	1980
Nordeste	33	36	40	48	51
Norte	29	34	31	28	25
Sul	38	30	29	24	24

FONTE: Alonso, Benetti e Bandeira, 1994.

Finalmente, tem-se a causa política. A estagnação econômica e demográfica fez com que a outrora ativa classe caudilha dos fazendeiros perdesse também o poder político para outras classes emergentes vinculadas aos interesses urbanos ou às regiões coloniais e industriais. Este fato fica evidenciado cada vez mais, com o número menor de representantes dessa área nos legislativos estaduais e federais.

Assim, verifica-se que a região sul gaúcha, a “Vacaria del Mar”, apresentou uma formação diferenciada em relação ao restante do estado. Esta diferenciação e a continuidade das atividades econômicas fizeram com que houvesse um gradativo e acentuado empobrecimento da região e ao mesmo tempo, a estrutura fundiária, a diversificação das atividades e a cultura dos imigrantes da parte norte do estado proporcionaram um maior crescimento, acentuando as diferenças regionais.

Na região sul, que foi sacudida anos a fio pelas constantes guerras e revoluções, encontram-se os municípios da Área Piloto em estudo, os quais tiveram participação ativa nessa fase da história, sendo o terreno das Vacarias, dificultado por suas condições de topografia diferenciadas da fronteira. Estes municípios com estas características de formação cultural apresentam, na agropecuária, atividade de enorme importância nas economias e sociedades locais, devendo ser profundamente consideradas na discussão de programas de desenvolvimento.

5 MUNICÍPIOS DE SANTANA DA BOA VISTA, LAVRAS DO SUL, PINHEIRO MACHADO E CAÇAPAVA DO SUL: SÍNTESE HISTÓRICA E SITUAÇÃO ATUAL

5.1. SÍNTESE HISTÓRICA

5.1.1 Pinheiro Machado

O município de Pinheiro Machado sofreu forte influência em sua história das consequências dos tratados de limites de território estabelecidos entre Portugal e Espanha. O Tratado de Madri, de 1750, teve sua linha divisória passando pelas coxilhas do município, demarcada pelos espanhóis e portugueses. Já o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, também tinha sua linha divisória cortando o município, embora jamais tenha sido marcada ou cumprida.

O primeiro ocupante branco da terra foi o chefe militar Rafael Pinto Bandeira que havia recebido da Coroa a Estância do Pavão, enorme sesmaria doada por sua bravura militar que se estendia pelas terras do município, sem, entretanto, jamais lá estabelecer moradia. Posteriormente, conforme relata Dutra (1985), houve a doação das sesmarias aos açorianos, sendo beneficiados, na chamada “Coxilha dos Veledas”, Thomaz Antonio de Oliveira (Nico) e José Dutra, por volta de 1790.

O município era passagem de carretas que transportavam mercadorias do litoral para a fronteira e vice-versa, estabelecendo pontos de pouso naquele local que era rico em água potável, com inúmeras cacimbas que deram origem ao nome do pequeno agrupamento então surgido: “Cacimbinhas”.

O município foi palco de inúmeros embates. Em 1827 ocorreu o combate de Pedras Altas entre os portugueses e os argentinos comandados por Lavalle. Durante a Revolução Farroupilha, segundo Dutra (1985), combates se sucederam na encosta da Serra do Velleda e às margens do arroio Candiötinha (1837), no Cerro dos Porongos, Arroio Candiöta e Campos dos Fagundes (1844).

Em 1851 foi criada a Capela Curato, passando o lugar a chamar-se Nossa Senhora da Luz das Cacimbinhas, sendo elevada à Freguesia em 1857 e à Vila e Município em 1878, o qual foi instalado em 1879, como município de Cacimbinhas.

Durante a Revolução de 1893, novamente o município foi palco de novos combates, desta vez em sangrenta tentativa de tomada da sede.

Em 1915, o Intendente Municipal muda o nome de Cacimbinhas para Pinheiro Machado, em homenagem ao senador gaúcho assassinado no Rio de Janeiro. Esta decisão provocou forte reação popular contrária.

Na Revolução de 1923, novamente o município foi sacudido pelos combates com a tomada e retomada da cidade pelas forças militares de ambos os lados. O tratado de paz desta revolução foi assinado no Castelo de Pedras Altas, nesse município.

Na Revolução de 1932, o município envolveu-se ativamente no famoso Combate do Cerro Alegre, onde foi aprisionado Borges de Medeiros e derrotadas as suas tropas.

De acordo com Dutra (1985), “...antes do domínio português, no domínio deste, antes da República e na República, todos os movimentos armados, todas as revoluções fratricidas, em suas rajadas de morte, passaram e deixaram testemunho no território de Pinheiro Machado...”

Em termos de população, o mesmo autor afirma que o município, como em outros rincões do Rio Grande, teve uma colonização luso-brasileira, representada em sua maioria por açorianos. Os açorianos, baseados na exploração da agricultura e da pecuária, ocuparam os solos grandemente ondulados em coxilhas características da Serra do Sudeste.

5.1.2 Caçapava do Sul

Os indígenas precursores da ocupação do estado do Rio Grande do Sul já haviam estabelecido suas ocas na “Clareira da Mata”, significado de “Caa-ça-paaba” segundo referência de Abrão (1980).

No século XVIII, a Clareira conhecida como “Paragem de Cassapava” já era utilizada por tropeiros, aventureiros e bandeirantes que arrebanhavam gado xucro na região para reuni-lo e pastoreá-lo nas suas imediações, antes de o levar para o norte do país.

No final daquele século, a necessidade de vigiar o movimento dos espanhóis fez com que uma partida de soldados portugueses, os Dragões, galgasse a serra e descobrisse um

lugar de fácil defesa - uma clareira na mata virgem, cercada de despenhadeiros por todos os lados - e bom para descanso, transformando-o em acampamento militar e dando início à povoação de Caçapava (Cassol, 1995). Em 1780 foi concedida a primeira sesmaria do município a Antônio de Azevedo Saldanha, em campos lindeiros (contíguos) com o Arroio Cassapava, seguindo-se outras concessões (Abrão, 1980).

Em 1800 foi erigida a Capela Curato de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava, que, em 1831, tornou-se Vila.

Caçapava desempenhou importante papel durante a Revolução Farroupilha, através do Regimento dos Lanceiros de Caçapava; com o famoso cerco de Caçapava (1837), e também a transformação do município em Capital Farroupilha em 1839, antes mesmo de se tornar oficialmente cidade, até 1840, quando foi retomada pelas tropas do Império. Em 1885, Caçapava foi elevada à categoria de cidade.

Durante a Revolução Federalista de 1893, segundo Abrão (1980), “...*Caçapava teve o seu território palmilhado pelas forças em luta...*”, em referência aos inúmeros combates e deslocamentos de tropas ocorridos no município. Já no período entre 1923 e 1932, a situação estratégico-militar de Caçapava sempre a manteve em evidência. Destacam-se a ocupação e a desocupação da cidade em 1923, os combates do Passo do Seival e do Passo da Pitangueira em 1926, os levantes na sede e a participação dos caçapavanos no Combate de Cerro Alegre em Piratini, em 1932.

Surgida de um acampamento militar, Abrão (1980) afirma que “...*Caçapava nasceu devido a necessidade que tinham os estancieiros de deixarem a família em lugar seguro, quando partiam para a luta em defesa da terra, contra a invasão dos bandos de espanhóis que percorriam o território, saqueando e abatendo gado...*”.

Localizada em situação privilegiada em termos de estratégia militar, Caçapava sempre se fez presente em todos os movimentos revolucionários, aproveitando-se de suas Serras de Caçapava, Guaritas, Santa Bárbara e Santana, e dos seus vales intercalados entre elas.

5.1.3 Lavras do Sul

Anteriormente povoada por indígenas que já criavam gado por orientação e apoio dos jesuítas, fazia parte da grande Estância de São Miguel onde os jesuítas já haviam estabelecido o povoado de Santo Antônio, o Novo. O Tratado de Madri mantinha Lavras do Sul como

território português e o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, cortava o município em dois, estabelecendo o município como a “Encruzilhada Histórica” (Teixeira, 1992).

Em 1772, foi concedida a primeira sesmaria do município a Domingos Rodrigues Sargento e denominada de Sesmaria de São Domingos.

A região, que por suas características geológicas apresenta veios de ouro teve a primeira descoberta ocorrida em 1796 fazendo com que acorressem ao município, desbravadores e aventureiros, em uma seqüência de ciclos de exploração, que se sucedeu até o século XX.

Alguns achados na primeira década do século XIX fizeram com que a Coroa Portuguesa se interessasse pelo assunto, enviando expedições com especialistas em mineralogia, nomeando inclusive fiscal de rendas. As descobertas e a exploração feitas pelos pioneiros proporcionou o crescimento da população do município, sendo concedida licença à Capela Curato de Santo Antônio das Lavras em 1829, tornando-se o IV Distrito de Caçapava, em 1834.

Com a eclosão da Revolução Farroupilha em 1835, os mineradores pararam o seu trabalho para não ter que entregar ouro para as tropas que periodicamente passavam pelo povoado. Aliás, a Revolução Farroupilha foi mais uma das guerras em que o município esteve envolvido, pois já havia sido palco da Guerra Guaranítica entre índios e os demarcadores das fronteiras do Tratado de Madri, em 1756; da Invasão Castelhana, em 1773 e da Guerra da Cisplatina contra os uruguaiois, em 1825 / 1827.

Segundo Teixeira (1992), “...o município de Lavras é, realmente, um excelente campo de guerrilha...”. Afirmação que se comprova com os inúmeros combates e escaramuças ocorridas durante a década farrapa, como o Combate do Rincão do Inferno, no Passo dos Enforcados, o Combate do Passo do Jaguari, o Combate de Taquarembó em 1843 e o Combate do Ferro Velho, além das ocupações e desocupações da sede por ambos os lados.

Em 1847, Lavras do Sul é elevada a condição de Freguesia e em 1882 à de Vila de Santo Antônio de Lavras.

O município participou, ainda, da guerra contra Rosas (1851/1852) com a constituição do “Corpo de Lavras”, como parte do 2º Regimento da Cavalaria; da Guerra do Paraguai, com o envio de inúmeros lavrenses; da Revolução Federalista de 1893, com tomadas do município por várias vezes e em combates como o do Jaguari (1893) e o Combate do Passo de Dona Flora (1895). Além disso, o constante deslocamento de tropas exigia arrebanhamento de cavaleiros para a guerra e de carne para a alimentação, proporcionando prejuízos aos estancieiros.

As minerações se sucederam com a vinda de empresas estrangeiras e também de grupos nacionais que extraíam ouro com tecnologia rudimentar.

Outro conflito, agora a Revolução de 1923, afetou novamente o município com invasões da sede e o Combate de São Domingos, o Combate no Ulíbio Mariano além dos pequenos combates que permaneceram até 1932, como o combate de Seival em 1926 e a participação de tropas nos episódios de 32.

Teixeira (1992) afirma que “...todas as invasões havidas no Rio Grande do Sul, vindas do lado oriental (uruguaio), cortaram o chão lavrense e em todas as nossas revoluções assistiu Lavras ao entrechoque das facções políticas alçadas em armas...”

Em 1930, segundo o mesmo autor, inicia-se o que seria o último ciclo do ouro, terminando por volta de 1950, quando o filão começou a ficar profundo.

5.1.4 Santana da Boa Vista

Santana da Boa Vista é o município mais novo dos quatro estudados, fazendo parte de Caçapava do Sul até o ano de 1965, sendo, portanto, semelhante a este em termos de ocupação da terra e formação do homem.

Como os outros municípios, Santana da Boa Vista já era habitada por indígenas, antes da chegada dos espanhóis e portugueses. Segundo Arboitte (1977), em fins do século XVIII e inícios do século XIX, os habitantes destas terras “...se abrigavam das correrias dos castelhanos e portugueses...”, sendo o município centro do triângulo dos três pontos das guarnições militares de Rio Pardo, Caçapava e Piratini. Por este centro passavam as guarnições que o usavam como elo entre elas.

Abrão (1980) afirma que, em 1782, Domingos Bitencourt recebeu sesmaria em campos que eram de Caçapava e hoje são de Santana, caracterizando a ocupação a partir da grande propriedade. O autor relata que, no ano de 1819, o fazendeiro Jacinto Inácio da Silva enfrentou uma onça e durante a luta fez uma promessa a Santa Ana, no que foi atendido. Para cumprir o prometido, levantou uma capela em 1822, sendo declarada Capela Curato em 1824, sob o nome de Santana da Boa Vista.

O fazendeiro Jacinto Inácio, de acordo com Arboitte (1977), era descendente de açorianos que foram os principais colonizadores do município.

Enfim, os quatro municípios apresentam entre si uma certa homogeneidade em termos de história e de população. Os municípios totalizam uma área total de 10.105 km², numa topografia com solos predominantemente declivosos.

A sua história está intimamente relacionada com a história da Metade Sul, da Vacaria del Mar, tendo por isso mesmo acompanhado o declínio da região que este trabalho tenta evidenciar. Assim, é importante verificar os indicadores sócio-econômicos, discutindo-se esta realidade.

5.2 SITUAÇÃO ATUAL

A forma de ocupação da Metade Sul do estado e sua especialização nas atividades pecuárias de forma extensiva tradicional tornou-a uma região mais pobre, sob o ponto de vista econômico, sendo chamada de “Metade Pobre”. Esta atrofia e atraso na economia se refletem de forma significativa em todos os setores da sociedade através de outros indicadores, que mostram a situação de diferenciação em relação ao restante do Estado. Os municípios em estudo apresentam indicadores de desenvolvimento que os caracterizam como municípios pobres na região mais pobre do estado.

Como os conceitos de desenvolvimento utilizados por este trabalho são muito mais amplos que os conceitos “econômicos”, é necessário que se considerem também outros indicadores desta região para que se faça uma análise mais completa sobre a sua condição de atraso e subdesenvolvimento.

Assim, a análise feita a seguir demonstra a condição de pobreza econômica e, também, as condições de vida da população e suas atividades nesta região, como forma de compreender melhor a sua realidade e oferecer subsídios aos programas que queiram atingir o *desenvolvimento* no seu sentido amplo.

5.2.1 Análise da população

A população que ocupou estes municípios, como já relatado, foi de portugueses, especialmente açorianos que, mesclados no decorrer dos anos com os descendentes indígenas e com os espanhóis, acabaram formando o “tipo gaúcho” da Vacaria del Mar. Esta população,

embora tivesse atividades agrícolas de subsistência, acabou dedicando-se comercialmente, como forma de garantia de recursos, à criação do gado bovino, com o aparecimento dos ovinos apenas no início do século XX. A atividade da pecuária de corte teve participação decisiva na economia da região. Além disso, teve importância significativa no decorrer dos anos nos movimentos populacionais ocorridos dentro da região e para fora dela. As constantes divisões das propriedades rurais tornando-as menores fizeram com que a atividade pecuária se tornasse economicamente difícil (se não inviável) nestas dimensões, causando uma exclusão de população, sem que houvesse um processo de reconversão para atividades mais rentáveis.

5.2.1.1 População atual e a sua evolução recente

Os dados sobre a população dos municípios deste estudo estão no Quadro 5, onde é feita uma comparação com os dados populacionais do Rio Grande do Sul como um todo e com a região sul que embora tenha divisões sub-regionais, é considerada conforme a divisão apresentada pelo trabalho da Fundação de Economia e Estatística (1995), representando toda a “Metade Sul” do estado, tanto no Quadro 5, quanto nas demais em que aparece citada.

Através destes dados são destacados dois aspectos importantes:

O primeiro refere-se ao fato de que ainda existe um alto percentual de população rural nestes municípios, com índices superiores aos próprios índices da região sul onde estão inseridos (66%, 54,4%, 45% e 41,2%, contra 23,2%), o que demonstra a grande importância e significação que ainda tem a população rural nos municípios estudados. Este aspecto analisado de forma isolada, parece contrariar as afirmações feitas anteriormente por Alonso, Benetti e Bandeira (1994) sobre as altas taxas de urbanização da região sul. Porém, o que se verifica é que, na verdade, exatamente pela pouca industrialização da região, o fluxo migratório da população rural não se dá, em sua maior parte, para as sedes dos respectivos municípios e, sim para outros municípios pólos da região como Pelotas, Bagé, Rio Grande e Santa Maria ou de fora da região, mantendo uma relação percentual alta em relação a zona urbana local.

Nas entrevistas realizadas verificou-se que este processo migratório já havia se iniciado, mesmo que de forma temporária, na década de 50, pela dificuldade econômica da pequena propriedade na busca de fontes alternativas de renda para sustento da família. Entre as alternativas estavam as lavouras de arroz dos municípios vizinhos e a esquila ou tosquia dos

QUADRO 5. População do Rio Grande do Sul, da região sul e dos municípios em estudo em 1991.

	POPULAÇÃO 1991				
	Urbana		Rural		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Rio Grande do Sul	6.996.542	76,6	2.142.128	23,4	9.138.670
Região Sul	1.774.275	76,8	536.387	23,2	2.310.662
S. da Boa Vista	2.857	34,0	5.547	66,0	8.404
Lavras do Sul	4.018	45,6	4.812	54,4	8.830
Pinheiro Machado	8.465	55,0	6.931	45,0	15.396
Caçapava do Sul	20.349	58,8	14.269	41,2	34.618

FONTE: IBGE, 1991.

ovinos que eram em maior número naquela época. A ausência da mecanização das lavouras fazia com que a mão-de-obra migrasse temporariamente na colheita, conforme se constata na entrevista nº 4: “ *Outra migração que acontecia, nem era para a cidade, era para as granjas de arroz em Jaguarão, Arroio Grande, Santa Vitória, Rio Grande e Pelotas ... existia muito serviço de granja e que era manual ... então, necessitava uma quantidade enorme de gente, muita mão-de-obra ... tanto que, na época da colheita, este pobrerio iam tudo para as granja ... e até era uma safra colossal, era melhor que a do esquilador (tosquiador de ovelhas), que era o homem que ganhava melhor ... e aquela safra do arroz era melhor que esquilar ... os negro (refere-se aos homens que iam para a colheita) voltavam de bolso cheio, dava para pagarem a venda ... eles iam para a granja devendo e a família ficava comendo aqui e eles voltavam de lá, pagavam e sobrava dinheiro ... depois, eles seguiam biscateando aqui, até a próxima safra ... mas aqui o que enchia o bolso era aquilo ...*”

Estes trabalhadores acabaram sendo substituídos pela crescente mecanização das lavouras, terminando com esta alternativa de ganho dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados. Por outro lado, também a diminuição do rebanho ovino nos municípios em estudo fez com que a atividade de esquilador, a que se refere o entrevistado como uma atividade rentável, se tornasse cada vez mais desnecessária, diminuindo mais ainda as alternativas de trabalho no meio rural.

Nos Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs) realizados pela EMATER, verifica-se que os produtores entrevistados referem-se a um número maior de pessoas na zona rural e as causas de sua migração. No DRP da localidade de Três Vendas, em Lavras do Sul (EMATER/RS, 1995b), os entrevistados dizem “*o pessoal foi diminuindo no campo ... de 1965 para cá o pessoal foi saindo e as dificuldades aumentando...*”, citando a falta de escola para as crianças como o principal motivo para a ida para a cidade. Outro fator levantado como causa da migração é a questão da inviabilidade da pequena propriedade. Os filhos dos pequenos produtores casavam e não tinham como viver na mesma área, devido à inviabilidade econômica das propriedades. Como “*esta extensão (de terra) não tinha como fracionar e não dava sustento para mais outras famílias ... então iam para a cidade...*”

Levantamento feito em Lavras do Sul (EMATER/RS, 1994b) mostra que o fluxo migratório da população rural daquele município, entre 1990 e 1994, foi de 42% em direção à sua sede. O restante do fluxo se deu em direção a Bagé (33%), outros municípios da região (9%), municípios de outras regiões (4%), Grande Porto Alegre (9%) e outros estados (3%).

O segundo aspecto importante a ser analisado é o de que, sendo a população rural em proporções significativas nos municípios estudados e não tendo alternativas urbanas de emprego (indústria e comércio), é necessário que as propostas de políticas e programas institucionais contemplem a viabilização da atividade agrícola como uma das formas de gerar o desenvolvimento.

Esta intensa migração da área rural desses municípios para outras regiões pode ser comprovada pela análise dos dados evolutivos da população, entre os Censos Demográficos de 1970 e 1991, conforme Quadro 6. Estes dados evidenciam que a mobilidade da população desses municípios ocorre no sentido migratório campo-cidade, conforme têm se comportado as sociedades industriais modernas, chamadas “desenvolvidas”. O Rio Grande do Sul apresentou um alto índice de urbanização (96%) neste período, sendo entretanto, os índices de urbanização dos municípios inferiores aos índices de urbanização do estado, com exceção de Santana da Boa Vista, que talvez por se tratar de município novo (1965) apresentou crescimento de 132%. Isto associado aos percentuais de saída de população do campo (que praticamente são iguais ou superiores aos do estado) comprova que, embora haja um processo migratório do campo, ele não se dá em direção à sua sede, confirmando a afirmação de Stavenhagen (1967) de que a mobilidade da população nas áreas subdesenvolvidas se dá em direção aos pólos industriais, condenando as áreas atrasadas “à maior estagnação e ao subdesenvolvimento”.

QUADRO 6. Evolução da população dos municípios em estudo e do Rio Grande do Sul, entre 1970 e 1991

	Evolução da população					
	Urbana		Rural		Total	
	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%	Nº Pessoas	%
Rio Grande do Sul	+ 3.441.128	+ 96	- 970.540	- 31	2.470.588	+37
S. da Boa Vista	+ 1.632	+132	- 4.886	- 46	- 2.022	- 28
Lavras do Sul	+ 611	+ 14	- 3.288	- 45	- 2.677	- 23
Pinheiro Machado	+ 4.050	+ 92	- 2.928	- 30	+ 1.122	+ 8
Caçapava do Sul	+ 6.790	+ 50	- 6.203	- 30	+ 587	+ 2

FONTE: IBGE, 1991.

Segundo o Programa RS 2000 (Rio Grande do Sul, 1995a), as áreas que tem baixo incremento demográfico, mesmo que com índice positivo, caracterizam-se como “áreas de expulsão”, como é o caso de Pinheiro Machado e Caçapava do Sul. No caso dos municípios de Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, os índices são negativos, mostrando que embora tenha havido uma pequena migração para a cidade, houve perda da população total em 23% e 28%, respectivamente. Essa área “exportadora e excludente” de população, além de comprovar a busca da população por alternativas de sobrevivência em outras regiões, provoca uma baixa densidade populacional, especialmente rural, com 3,8 habitantes por km quadrado rural em Santana da Boa Vista, 1,7 habitante em Lavras do Sul, 2,5 habitantes em Pinheiro Machado e 4,6 habitantes em Caçapava do Sul contra 7,9 habitantes do Rio Grande do Sul e 3,5 habitantes da região sul. Tal fato dificulta e torna mais cara a implantação de benefícios como escola, energia elétrica, telefonia, estradas, saúde, assistência técnica e dificulta, também pela distância, a organização dos produtores, os projetos associativos e até inviabiliza uma série de atividades agrícolas alternativas.

5.2.1.2 Estrutura etária da população

Os dados obtidos pela Pesquisa Rural - Estudo da Situação (EMATER/RS, 1992), sobre população rural e de suas faixas etárias estão no Quadro 7.

QUADRO 7. População rural, segundo o sexo e faixa etária, no município de Santana da Boa Vista, 1991.

Idade da população	Masculino (%)	Feminino (%)	Total (%)
0 - 14	23,0	22,3	22,6
15 - 40	42,3	40,2	41,3
41 - 65	26,6	28,0	27,3
+ 65	8,0	9,4	8,7

FONTE: EMATER/RS, 1992.

Os dados populacionais desse município analisados por outros documentos (Rio Grande do Sul, 1995a) indicam que a sua população rural, representativa dos demais, se sobressai, de duas formas importantes.

A primeira refere-se à alta proporção de idosos existente na área rural, que é superior à média do estado (mais de 8% comparada com a do estado que atinge apenas 6%). Além disso, verifica-se que a população com faixa de idade entre 41 e 65 anos é economicamente ativa em proporções superiores à média do estado.

A segunda é de que este município apresenta percentuais mais baixos de crianças entre zero e 14 anos, em relação aos demais municípios do estado (22,6% de Santana da Boa Vista e 29,9% do Rio Grande do Sul), caracterizando “*uma situação típica de envelhecimento populacional*” (Rio Grande do Sul, 1995a).

Tais dados confirmam os relatos das entrevistas quando mencionam que “*então como o pessoal ia para a cidade ... o pessoal que foi ficando lá, foi ficando envelhecido ...*”. O entrevistado nº 7 afirmou que “*de uns anos para cá também, com a dificuldade de trabalhar aqui e não tem quase assistência ao produtor, a turma nova se escapou toda, foi embora também e ficou os mais velhos ... os mais teimosos ...*” Isto indica que a população rural dos municípios estudados está envelhecendo sem abandonar as atividades produtivas, impossibilitada de se aposentar por não ter jovens para substituí-los, mantendo-se em atividade, porém em ritmo decrescente devido a diminuição de sua força física para o trabalho. As populações jovens migram em busca de melhores oportunidades de trabalho e de vida, além de verificarem desde cedo a inviabilidade das atividades nas mesmas áreas e da mesma forma que seus pais. De uma certa maneira, esta região está “exportando” a população economicamente ativa, mais arrojada,

reforçando o subdesenvolvimento e aumentando as dificuldades para a diversificação do perfil agropecuário da região sul (Alonso, Benetti e Bandeira, 1994).

5.2.1.3 Escolaridade da população

Um dos indicadores fundamentais em uma sociedade, dentro da visão de desenvolvimento deste trabalho, é a taxa de analfabetismo. A busca de taxas baixas deve ser objetivo de qualquer política de educação de uma região ou país, especialmente em relação à população com idade superior a 15 anos, considerando-a como população economicamente ativa e considerando-se que a população em idade inferior ainda está em fase de alfabetização. No Quadro 8 discriminam-se as taxas de analfabetismo nas populações maiores de 15 anos de idade no Rio Grande do Sul, região sul do estado e nos municípios considerados neste estudo.

Estes dados indicam uma taxa de analfabetismo da região sul superior à média de analfabetismo do estado (12,64% e 10,12%). Além disso, os municípios analisados neste estudo apresentam taxas bem superiores às taxas do estado e da região sul acentuando a sua situação de gravidade. Dentre estes municípios destaca-se, o alto percentual de analfabetismo existente em Santana da Boa Vista (de 22,69%), correspondente a mais do que o dobro da média do estado.

Por outro lado, considerando-se o 1º grau como o patamar elementar de escolaridade, verifica-se que um alto percentual da população rural, não chega a concluir esta

QUADRO 8. Taxa de analfabetismo nas populações maiores de 15 anos de idade no Rio Grande do Sul, Região Sul e nos municípios em estudo, 1991.

	Nº População analfabeta	Taxa de analfabetismo (%)
Rio Grande do Sul	646.586	10,12
Região Sul	105.334	12,64
Santana da Boa Vista	1.434	22,69
Lavras do Sul	1.166	18,37
Pinheiro Machado	1.847	16,54
Caçapava do Sul	3.807	15,45

FONTE: IBGE, 1991.

etapa escolar. Enquanto no Rio Grande do Sul, a população rural adulta (maior de 15 anos) apresenta 66,47% de indivíduos sem completar o 1º Grau, nos municípios em estudo, este número é de 82,3 % (EMATER/RS, 1994b, 1994c, 1994d, 1994e; Rio Grande do Sul, 1995a). Ou seja, além de um alto índice de analfabetos, os municípios contam com um alto número de pessoas economicamente ativas com baixa escolaridade, atingindo 97% da população rural em atividade. Os programas de desenvolvimento, ao proporem qualquer “mudança” de atividade e da própria realidade, devem considerar essa situação.

Sobre a escolaridade, o entrevistado nº 3 afirma que a escola rural não prepara o homem adequadamente para viver no campo. Segundo ele *“a escola que tem, ela em vez de preparar o homem para o lugar, só prepara para ... enfrentar a gramática, como se diz né? ... ela devia ensinar as coisas para desenvolver o lugar”*, em uma crítica à escola rural como formadora do homem do campo. Além disso, a escola também tem servido como fator de migração, pois como foi afirmado por entrevistados no DRP de Lavras do Sul, a busca por escolas melhores e a continuação dos estudos dos filhos tem se constituído em fator de migração para a cidade.

5.2.1.4 Saúde da população

As condições de saúde de uma população refletem o seu nível geral de vida, no que se refere à renda, alimentação, habitação, higiene, saneamento e trabalho.

5.2.1.4.1 Taxa de mortalidade infantil

Um dos indicadores das condições de saúde utilizado é a taxa de mortalidade infantil. A taxa de mortalidade infantil é dividida, pela Organização Mundial de Saúde, em neonatal (óbitos de menores de 28 dias) ou tardia (entre 28 e 364 dias), sendo que a segunda reflete diretamente as más condições de alimentação, higiene e saúde.

O Brasil, cujo índice de mortalidade infantil é em torno de 58 / 1000, tem no Rio Grande do Sul o estado com o mais baixo índice de mortalidade infantil (Rio Grande do Sul, 1995a). No Quadro 9, estão os dados sobre mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo.

QUADRO 9. Taxa de mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, 1991.

(óbitos / 1000 nascidos vivos)

	Total	Tardia	Neonatal
Rio Grande do Sul	19,80	8,12	11,65
Região Sul	24,81	10,55	14,22
S. da Boa Vista	14,93*	0,00*	14,93*
Lavras do Sul	25,32	6,33	18,99
Pinheiro Machado	32,61	21,74	10,87
Caçapava do Sul	25,68	12,84	12,84

* Os dados referentes ao município de Santana da Boa Vista provavelmente apresentam erro, pois não condizem com as condições gerais da população e nem com as possibilidades de mortalidade zero.

FONTE: Rio Grande do Sul, 1995a

O fato de as taxas da região sul do estado e dos municípios em estudo serem maiores que a média do estado como um todo reflete, com certeza, as piores condições gerais em que vive a população.

5.2.1.4.2 Atendimento à saúde

O atendimento à saúde é utilizado também como sinalizador das condições de saúde, através do número de hospitais, leitos e unidades sanitárias existentes por habitante. Segundo a Organização Mundial de Saúde, conforme a FEE/RS (1995), o padrão recomendado é de um leito por 200 habitantes.

O Quadro 10 mostra o número de habitantes por leito no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, em 1991. Verifica-se que não há uniformidade entre os municípios, entre os quais destaca-se negativamente Santana da Boa Vista, com taxas bem distantes dos demais e da média do estado, enquanto os outros três municípios apresentam situação melhor do que a região sul. Destaca-se neste item o município de Pinheiro Machado, que possui três hospitais sendo dois deles no interior. Embora seja um indicador limitado quando analisado individualmente serve como mais um indicador da região que deve ser considerado.

QUADRO 10. Número de habitantes por leito no Rio Grande do Sul, região sul e nos municípios em estudo, 1991.

	Habitantes por leito
Rio Grande do Sul	260
Região Sul	303
Santana da Boa Vista	336
Lavras do Sul	252
Pinheiro Machado	280
Caçapava do Sul	254

FONTE: FEE, 1995.

5.2.1.5 Grau de indigência

O trabalho denominado “Mapa da Fome” realizado pela pesquisadora Anna Maria Peliano (Rio Grande do Sul, 1995a e FEE, 1995) aponta o chamado Grau de Indigência, ou seja, o número de famílias indigentes, cujos rendimentos não permitem atender às suas necessidades alimentares básicas, em relação a população total.

A zona rural do Rio Grande do Sul apresentou o maior percentual de famílias indigentes, com 57,07%. O total do estado é de 520.311 famílias, representando 17,02% de grau de indigência. Os municípios estudados apresentam-se conforme o Quadro 11.

QUADRO 11. Número de famílias indigentes no Rio Grande do Sul e nos municípios em estudo - 1990

	Nº de famílias indigentes	Percentual de famílias indigentes (%)
Rio Grande do Sul	520.311	17,0
Santana da Boa Vista	898	43,3
Lavras do Sul	800	33,4
Pinheiro Machado	1.281	30,3
Caçapava do Sul	2.967	32,3

FONTE: FEE, 1995.

Estes dados mostram um índice de indigência bem maior nos municípios em estudo, reforçando as afirmativas que vêm sendo feitas a respeito das condições de pobreza da região.

Em relação à pobreza atual, alguns entrevistados pensam que no passado viviam em melhores condições no que se refere às condições de alimentação. O entrevistado nº 1 afirma que *“se vivia melhor naquela época ... se fazia bastante comida, (tinha) bastante carne...”* O entrevistado nº 4 acrescenta que *“era uma fartura colossal (em termos de comida), mas tudo produzido ali ... carne não faltava na mesa, tinha que ter charque no feijão, carne assada e quem sabe até um arroz com guisado ... só se comprava o arroz, o açúcar, a erva e o café, ah! e o sal ...”* O entrevistado nº 11 diz que *“por um lado se vivia melhor, em termos de alimentos, estas coisas ... se comia mais, eram bem nutridos.”*

Os DRPs também constataram que a alimentação era melhor no passado. Na localidade de São João Batista, em Pinheiro Machado, os moradores afirmaram que *“sempre havia fartura ... sendo as culturas como milho, feijão e batatinha cultivadas em áreas significativas para a subsistência familiar...”* Na localidade de Carro Quebrado, no mesmo município, afirmaram que *“a alimentação era farta com praticamente tudo produzido na propriedade como a banha, a farinha, o arroz, a carne e a canjica ...”* Na localidade de Alto Bonito, os moradores disseram que *“a alimentação familiar era toda produzida na localidade com muita fartura...”*. Já na localidade de Três Vendas, no município de Lavras do Sul, os moradores afirmaram que *“a comida era farta ... havia poucos pobres na localidade”* embora mais adiante afirmem que *“hoje a vida é melhor, pois antigamente passavam muito sacrifício e dificuldade, mas hoje tem muito mais pobre que antigamente”*. Na visão dos produtores entrevistados, as condições de alimentação pioraram com o decorrer dos anos.

5.2.1.6 Breve avaliação de algumas formas associativas

Os habitantes desta região, antiga “Vacaria del Mar”, sempre açoitados por guerras e revoluções, com o inimigo sendo muitas vezes o seu próprio vizinho, tiveram de certa forma poucas experiências e familiaridade com o espírito associativo, especialmente na zona rural. Em pesquisa realizada pela EMATER/RS no município de Santana da Boa Vista em 1992 (EMATER/RS, 1992), obtiveram-se os dados do Quadro 12, a respeito da participação da população rural em algumas formas associativas.

QUADRO 12. Percentual da breve avaliação de algumas formas associativas dos habitantes da zona rural de Santana da Boa Vista, 1992

Entidades associativas	Participação %
Grupos religiosos	42,5
Nenhuma associação	36,6
Sindicato Trabalhadores Rurais	25,1
Associação de Moradores	1,8
Cooperativas	0,7
Clube Social	5,2
Sindicato dos Empregadores Rurais	2,2

Fonte: EMATER / RS, 1992.

Este quadro não procura medir ou quantificar o nível de participação das famílias rurais do município, mas apenas dar uma idéia a respeito das formas de participação informadas na pesquisa realizada. Estas respostas devem ser consideradas com alguma restrição pois, as perguntas realizadas permitiam respostas pouco esclarecedoras sobre este tema. Assim, alguns dados como o alto percentual de “participação” em Sindicatos de Trabalhadores Rurais se referem as relações assistenciais do Sindicato. De qualquer forma parece interessante manter os dados embora devam ser relativizados. Assim, observa-se uma importante participação dos produtores em grupos religiosos, embora na verdade neste aspecto não reflita a realidade regional. Em confirmação destes dados junto a EMATER/RS dos outros municípios constatou-se a pouca presença de religiosos ou participação junto a Igrejas.

Assim, percebe-se ainda o alto percentual de nenhum vínculo e nenhuma participação em qualquer tipo de associação (36,6%). Entretanto, quando se analisam as entrevistas realizadas, verifica-se que houve no passado algum tipo de colaboração mútua. De alguma forma, provavelmente devido às dificuldades de infra-estrutura (ausência de condições adequadas para o trabalho com o gado, ausência de colheitadeiras mecânicas, etc) na execução de algumas atividades, os vizinhos se ajudavam. Os entrevistados se referiram a esta ajuda mútua e explanaram suas opiniões sobre os motivos que fizeram com que houvesse menor colaboração na zona rural com o decorrer dos anos.

O entrevistado nº 1 disse que antigamente *“a gente se reunia para marcação (do gado) para trabalhar, uns ajudavam os outros ... na plantação também, se iam cortar trigo caía*

peso de gente (muitas pessoas) para cortar trigo ... se ajudavam sim". O entrevistado nº 3 afirma que "o pessoal se ajudava mais ... e as organizações foram fracassando muito ... por falta de líderes e da compreensão do povo, principalmente que quer ver o resultado imediato ..." O mesmo entrevistado diz ainda que "antigamente havia menos ocupação com televisão ou rádio, então havia mais expressão verbal", referindo-se a maior disponibilidade de tempo para conversar e colaborar. Conclui dizendo que "o pessoal é muito solidário na Campanha (no interior), quando há uma doença, uma morte, todo mundo visita aquela família ... mas não para trabalhar junto, para trabalhar não". O entrevistado reflete o pensamento dos produtores rurais, em que existe a solidariedade humana, mas não o trabalho conjunto, que é considerado como muito difícil na região.

O entrevistado nº 4, sobre a ajuda mútua no passado, diz que "o pessoal se ajudava e muito ... tinha vizinho que olhava aquilo como um certo compromisso de ajudar o outro ... quando se davam bem, e normalmente se davam bem ... apesar de mais ignorante, que quando brigavam se matavam ..." Outro entrevistado, o nº 6, relata que havia, em determinadas ocasiões, um mutirão para algumas atividades específicas: "os vizinhos se ajudavam, era a tal junção, convidavam assim como se fosse para uma reunião, né? ... eu ia com a minha ferramenta ... e aí depois o dia que eu tinha serviço, eu lhe mandava um convite como se fosse para um aniversário, para trabalhar ... agora nem plantam mais ... porque na Campanha (no interior) não tem a metade do povo que tinha...", atribuindo, em parte, ao êxodo rural a falta de iniciativas comunitárias atualmente.

A entrevistada nº 7 relata que na "lida de campo eles se reuniam, uma turma de homens e se ajudavam no campo ... antigamente se ajudavam muito mais, acho que não tinha tanta ambição pelo dinheiro ... agora é cada um para si ... os vizinhos se davam melhor, se ajudavam muito..." A entrevista nº 8 reforça estas afirmativas, tentando explicar o motivo "acho que antigamente se ajudavam mais ... acho que a gente tinha mais tempo, hoje tem estrada, tem tudo, mas não tem tempo para parar, para bater papo ... hoje a gente não tem tempo. "

Por outro lado, o entrevistado nº 9 afirma que "eu acho que se ajudavam mais ... na lida do gado não! Era mais na colheita ... eu acho que antigamente o pessoal era mais atrasado e mais solidário, porque se ajudavam mais, se vizinhava mais ... parece que (hoje) há uma desunião total". Este entrevistado dá ênfase às formas de ajuda mútua nas atividades agrícolas, ressaltando que nas atividades pecuárias isto não acontecia. O entrevistado nº 13 confirma a diminuição do espírito de ajuda dizendo que "as pessoas se ajudam menos, trabalha-

meio de
muito
solidariedade
na região

se mais sozinho, os campos também diminuiram...”, atribuindo, em parte, à diminuição do tamanho das propriedades a desunião encontrada atualmente.

De qualquer forma, percebe-se que havia trocas de serviços entre os produtores mais antigos para determinadas atividades específicas. Não há, entretanto, registro de iniciativas de cooperação em torno de um objetivo comunitário, nem de iniciativas de compromisso coletivo, como lavouras coletivas, aquisição de insumos ou venda de produtos em conjunto. Os habitantes da “Vacaria del Mar” eram capazes de apoiar os vizinhos em atividades específicas, assim como ajudavam antigamente na caça do gado chimarrão, mas não mais do que isto.

De qualquer forma, os valores e a mentalidade da área em estudo, de forma geral, são pouco associativos, conforme se constata com a declaração dos entrevistados sobre a situação atual. Esta característica é de grande importância quando se pensa em propor projetos de desenvolvimento que contemplem participações e iniciativas coletivas para solucionar os graves problemas enfrentados pela região.

Esta mentalidade é tão forte que tem também dificultado o acesso a alguns recursos creditícios. O governo do estado possui um programa de financiamento de atividades que permite pagamentos vinculados aos produtos agrícolas, denominado Programa de Condomínios Rurais. Este Programa tem como característica principal o financiamento de investimentos coletivos, exigindo para isso uma organização coletiva prévia, em associações ou condomínios, para ter acesso aos recursos. Esta necessidade de organização, além da necessidade de que as pessoas assumam compromissos coletivos (dívidas, aval, trabalho conjunto, etc), tem feito com que os produtores rurais da metade sul, embora mais carentes e mais pobres, encaminhem menor número de projetos e que, recebam menos recursos que a parte norte do estado (apenas 22% do total dos recursos financiados entre 1988 e 1995 foram para a metade sul do estado). É bem verdade que há também outros motivos que devem ser considerados para esta diferença como falta de capacidade de pagamento para as atividades extensivas tradicionais e a falta de interesse de financiamento para a reconversão das atividades.

A Figura 12 mostra o percentual de Condomínios Rurais existentes nas metade sul e norte do estado, no período 1988 / 1995.

Este levantamento mostra, ainda, que na Área Piloto só havia Condomínios no município de Caçapava do Sul, sendo dois para atividade de gado leiteiro (realizados em condições diferenciadas do que previa o Programa a nível estadual, permitindo-se maior individualização dos bens adquiridos) e um para aquisição de trator. Nos demais municípios não

houve interesse ou capacidade de organização para elaboração de projetos e obtenção dos recursos. A tendência maior ao individualismo existente na região é muitas vezes um entrave às possibilidades de mudança das atividades agrícolas, semelhante ao que, como no passado, o espírito aventureiro e livre do gaúcho foi entrave para o desenvolvimento da atividade do charque, conforme já relatado por Torronteguy (1994).

Entretanto, esse “espírito” não pode ser considerado como empecilho definitivo, como consequência da “vocação” desta população, como se fosse uma questão imutável. É bem verdade que se trata de uma herança histórico-cultural que deve ser muito considerada. A grande questão é como, considerando esta formação histórica que constituiu o homem e seus valores e considerando que o desenvolvimento é um processo de mudança social, se pode, a partir da população, e com a participação dela, respeitando a sua cultura e os seus valores atingir níveis elevados de qualidade de vida. E quando se fala em níveis de vida com maior qualidade, deve-se recordar os conceitos de Todaro, citado por Leite (1983), sobre o desenvolvimento como um processo de melhoria da qualidade de todas as vidas humanas, a partir da melhoria dos níveis de vida da população (considerando-se alimentação, saúde, educação, etc.), do aumento de condições

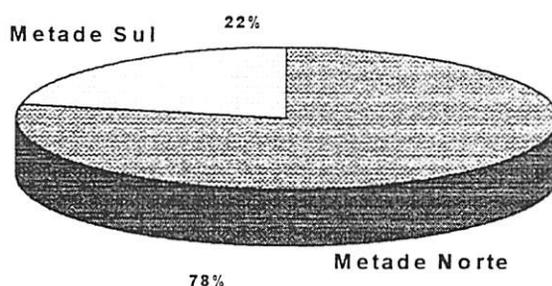


FIGURA 12. Percentual de Condomínios Rurais entre Metade Sul e Metade Norte do Rio Grande do Sul, 1988 / 1995

FONTE: EMATER/RS, 1996

que garantam a dignidade e o respeito humano e aumento da liberdade de escolha da população sobre os seus destinos. A questão do espírito participativo e associativo adquire importância pois constitui-se em fator impulsor ou restritivo da busca dessa melhor qualidade de vida.

5.2.1.7 Índice de Desenvolvimento Social

A necessidade de medir os níveis de qualidade de vida, a partir de indicadores que fujam das questões puramente econômicas, fez com que se buscasse um indicador que pudesse sintetizar de uma só forma os aspectos econômicos e sociais. Este indicador é utilizado pelo trabalho de Silveira e Sampaio (1995) e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS, 1995), a partir da composição de três outros indicadores, segundo os autores, “*definidores de carência social*” das populações:

1 - Saúde: utilizou-se o resultado da média aritmética simples da taxa de mortalidade infantil no período 1990 / 1992;

2 - Educação: utilizou-se uma composição de 80% da taxa de alfabetização (segundo os autores, devido à qualidade desta informação) e 20% da taxa de escolarização simples;

3 - Renda: utilizaram-se os indicadores do Produto Interno Bruto per capita (em US\$) e o grau de indigência com ponderações de 60% e 40%, respectivamente.

Este indicador é construído de tal forma que quanto mais próximo estiver de um, mais favorável a situação de desenvolvimento social da região, apresentando-se conforme os dados do Quadro 13. Estes dados reforçam a situação de sub-desenvolvimento social dos municípios estudados, destacando-se novamente de forma negativa o município de Santana da Boa Vista, com o menor índice entre os municípios pesquisados.

Em resumo, os municípios da região possuem uma população que está em diminuição - alguns municípios até em valores absolutos - caracterizando-se por uma zona de “exclusão”. Esta exclusão tem atingido preferencialmente os jovens, que buscam melhores oportunidades de trabalho, permanecendo no campo a população mais idosa com menor capacidade física para as atividades. Além disso, na zona rural dos municípios há um alto percentual de analfabetos ou semi-alfabetizados dentre a população economicamente ativa. Os municípios apresentam ainda altos percentuais de mortalidade infantil e baixas condições de atendimento à saúde, mostrando qualidade de vida inferior ao restante do estado. Este fato se reflete nos indicadores de indigência (possuem números superiores aos do estado) e pelo indicador

QUADRO 13. Estimativa do Índice de Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, na Região Sul e nos municípios em estudo - 1992

	Índice de Desenvolvimento Social
Rio Grande do Sul	0,883
Região Sul	0,574
Caçapava do Sul	0,595
Pinheiro Machado	0,517
Lavras do Sul	0,467
Santana da Boa Vista	0,420

Fonte: FEE, 1995; SILVEIRA e SAMPAIO, 1995

sinéptico de “Desenvolvimento Social”, no qual os municípios da região apresentam situação inferior ao índice do estado. Tudo se agrava ao verificar que, por toda a sua formação histórico-cultural e pela perda do espírito de solidariedade que ainda possuía, a região tem dificuldades até mesmo para conseguir os recursos que o Estado destina à agricultura, aumentando a concentração dos investimentos na zona mais rica e mais mobilizada.

5.2.2 Análise da Economia

A região sul e os municípios em estudo tiveram, como base da formação de sua economia, a carne e a exploração do charque. Esta persistência na atividade pecuária associada à crescente industrialização das partes norte e nordeste do estado, provocou uma grande diminuição da sua participação no PIB interno do Rio Grande do Sul conforme Quadro 4 (p.56). Apesar disso, a economia da região ainda é baseada no setor agropecuário pouco especializado, sendo este um dos motivos apontados do seu empobrecimento atual (Alonso, Benetti e Bandeira, 1994).

5.2.2.1 Contribuições setoriais

A maioria dos municípios da metade sul do estado apresenta a sua base econômica na agropecuária, sem a existência de grandes indústrias ou de um comércio significativo.

As contribuições setoriais nos municípios estudados dividem-se de forma clara em dois tipos. Os municípios que vivem quase que exclusivamente da agricultura, caso de Santana da Boa Vista e Lavras do Sul, e os municípios que possuem explorações minerais, como Pinheiro Machado e Caçapava do Sul. Os dois últimos possuem atividades de extração e beneficiamento de cimento e calcário respectivamente, com indústrias instaladas que se constituem em importante fonte de recursos para as administrações municipais, aparecendo, por isso, com destaque no Quadro 14.

Os dados deste Quadro evidenciam a importância enorme da agropecuária para Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, sendo, portanto, parte obrigatória nos programas de desenvolvimento destes municípios. Já em Caçapava do Sul e Pinheiro Machado, a participação da extração mineral e da indústria é muito significativa.

Ainda sobre a participação dos setores não agrícolas em Caçapava do Sul e Pinheiro Machado, embora seja significativa em termos de geração de renda, proporciona, entretanto, um pequeno número de empregos. Segundo dados do IBGE (1986 e 1991), o número de empregos da indústria em Caçapava do Sul era de 595 e em Pinheiro Machado era 367 (dados de 1987), enquanto que o número de pessoas ocupadas na agropecuária era de 8.731 pessoas em Caçapava do Sul e de 5.817 pessoas em Pinheiro Machado. Já em 1995, o número de empregados nas indústrias dos dois municípios diminuiu para 514 em Caçapava do Sul e 150 em Pinheiro Machado. A participação da indústria e da extração mineral é indiscutível como fator gerador de recursos que circulam no município, ativando a economia de forma mais efetiva do que nos outros dois municípios estudados, porém, não como fator de absorção de mão-de-obra, especialmente aquela migrante da zona rural, conforme mostram os dados de evasão de população. Suas Prefeituras apresentam maior renda que as outras duas para reinvestimento no

QUADRO 14. Contribuições setoriais na economia dos municípios em estudo.

	Agropecuária %	Extração mineral %	Indústria %	Comércio %	Serviços %
Santana da Boa Vista	68,0	-	4,2	23,4	4,4
Lavras do Sul	85,0	-	0,8	7,2	7,0
Pinheiro Machado	17,3	11,9	52,8	3,2	14,8
Caçapava do Sul	17,3	31,4	19,6	23,2	8,5

FONTE: EMATER/RS, 1994a.

município, porém têm na agricultura e nas pessoas envolvidas nessa atividade, grande importância, tendo em vista a limitação de empregos gerados pela indústria. Embora a indústria seja uma importante geradora de renda para os municípios, um projeto de desenvolvimento não pode ser baseado apenas sobre ela, pois não assegura maior estabilidade econômica a longo prazo. A indústria de cimento em Pinheiro Machado, por exemplo, determina uma situação de dependência incômoda ao município, porque, por ser única, influi de forma determinante na economia, sem que o município tenha a garantia ou ingerência sobre os planos de investimento futuros ou mesmo sobre a continuidade da planta industrial no município. Já em Caçapava do Sul, sempre que há uma queda na demanda de calcário, o município sofre crises consideráveis. Assim, os processos de desenvolvimento, mesmo nos municípios que possuem composição do PIB com participação significativa dos outros setores, devem considerar a agricultura como alicerce de suas propostas.

Lavras do Sul e Santana da Boa Vista que, por sua vez, não possuem esta fonte de renda oriunda da indústria, devem buscar o desenvolvimento da agricultura e das formas de beneficiamento de seus produtos para uma apropriação de parcelas maiores dos recursos gerados no município.

A agricultura destes municípios caracteriza-se como fornecedora de matérias-primas para outras regiões, colocando-se de maneira marginal ao processo de integração aos complexos agro-industriais, transferindo renda, gerando cada vez mais pobreza e falta de oportunidades de trabalho. Embora tenha importância e contribuição fundamental para os municípios, a agricultura, pela ausência das agroindústrias na região, tem tido poucas melhorias tecnológicas no processo de produção, além de, mesmo sendo a principal atividade dos municípios, gerar pouca renda e empregos. Dentro desta realidade agropecuária dos municípios, é necessário conhecer em que ambiente se insere esta agricultura.

5.2.2.2 Solos

Ao referir-se aos tipos de solo encontrados nos quatro municípios estudados, é necessário definir primeiramente a conceituação de categorias e unidades de capacidade de uso.

a) Categoria A: Classes I, II e III.

Compreende terras cultiváveis de forma segura, contínua e intensiva, capazes de produzir boas colheitas de culturas anuais, sem limitações sérias à mecanização. Exige o emprego

de práticas de manejo, visando o controle da erosão, a manutenção ou o melhoramento da fertilidade e a conservação e o controle da água.

b) Categoria B: Classe IV.

Abrange terras que não se prestam ao cultivo continuado, seguro e intensivo com culturas anuais, mas que podem admitir a realização de cultivos por curtos períodos ou, eventualmente, a exploração com culturas especialmente adaptadas, desde que se adotem extremos cuidados para neutralizar as limitações que apresentam quanto ao controle da erosão, manejo da água ou topografia. Suas alternativas de uso são variáveis, de acordo com a natureza do fator restritivo. São terras indicadas para a exploração permanente, através de pastagens e de certas culturas frutíferas perenes.

c) Categoria C: Classes V, VI e VII.

Engloba terras que não são cultiváveis com culturas anuais, devido à intensidade de fatores restritivos ou do risco de destruição do solo. Permitem, entretanto, o cultivo de culturas permanentes adequadas, com pastagens ou mesmo com espécies florestais.

Considerando estas categorias e classes, os municípios estudados apresentam os solos conforme Quadro 15 e Figura 13.

Considerando os conceitos da classificação anterior, constata-se que os quatro municípios estudados apresentam uma alta percentagem de sua área inapta para as culturas anuais com solos de classes VI e VII. De acordo com a Figura 13, pode-se constatar que 74% dos solos dos quatro municípios classificam-se na categoria C, que engloba as classes que apresentam fortes restrições às culturas anuais, adequando-se para explorações pecuárias ou florestais. Por outro

QUADRO 15. Classes de solo dos municípios em estudo.

	I - II - III		IV		VI		VII	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Santana da Boa Vista	21.868	14,0	23.586	15,1	69.509	44,5	41.237	26,4
Lavras do Sul	34.304	12,8	50.920	19,0	170.716	63,7	12.060	4,5
Pinheiro Machado	605	0,2	23.587	7,8	212.285	70,2	65.923	21,8
Caçapava do Sul	41.493	13,6	77.495	25,4	99.157	32,5	86.953	28,5

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

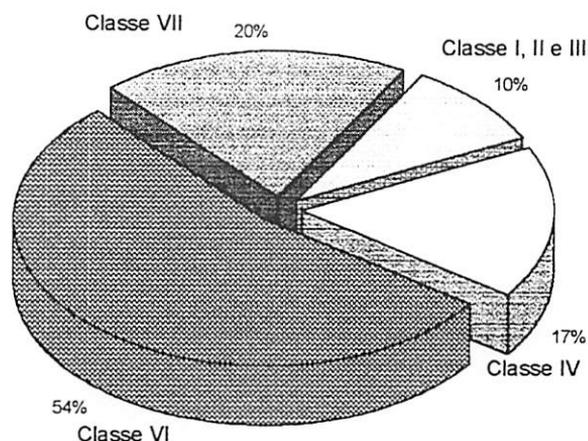


FIGURA 13. Percentual das classes de solo dos municípios em estudo.

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

lado, verifica-se que como áreas aptas para cultivos anuais (classe I, II e III) encontram-se apenas 10% dos solos, tratando-se, portanto, de municípios que possuem severas restrições de solos para algumas atividades agrícolas, especialmente às culturas anuais. Assim, todas as alternativas de reconversão da atividade produtiva devem considerar a questão dos solos como um fator importante, não só nos aspectos de produção, mas também em termos de preservação do ambiente, fator importante para o processo de desenvolvimento.

5.2.2.3 Estrutura de produção

Apesar destas restrições de solos, os municípios apresentam atividades agropastoris que, conforme o Quadro 14, representam uma parcela importante das economias locais. Assim, as principais atividades agrícolas dos municípios são apresentadas a seguir.

5.2.2.3.1 Produção agrícola dos municípios

O Quadro 16 apresenta áreas e principais cultivos dos municípios em estudo. Os dados deste Quadro mostram a existência de poucos cultivos anuais, o que se pode atribuir, além das restrições de solo, à questão da cultura e tradição “pecuarista” existentes nos municípios da

região. Por outro lado, se destaca o fato de que, com exceção do município de Pinheiro Machado cuja quantidade de área cultivada é superior a quantidade de área apta aos cultivos anuais (classes de solos I, II e III), os demais municípios apresentam as quantidades de áreas de cultivo inferiores a quantidade de solos aptos para agricultura intensiva. Este fato evidencia que há possibilidade da expansão dos cultivos, conforme a Figura 14, totalizando a disponibilidade de 68.755 ha ou 70% da área das classes I, II e III de solos com capacidade de uso com culturas anuais, nos três municípios. Ou seja, apenas cerca de 30% das áreas aptas para cultivos anuais são cultivadas nestes três municípios.

Verifica-se ainda que o plantio de culturas anuais são, em sua maior área, de culturas de subsistência como milho e feijão, não ocupando áreas muito significativas as grandes culturas comerciais de arroz, soja e sorgo. Segundo a EMATER/RS (1994b,c,d,e), esta produção agrícola é originada, em sua maior parte, das propriedades menores de 100 ha, conforme Quadro 17.

QUADRO 16. Áreas e produtividades das principais culturas dos municípios em estudo - safra 93-94

	Santana da Boa Vista.		Lavras do Sul		Pinheiro Machado		Caçapava do Sul	
	Área	kg / ha	Área	kg / ha	Área	kg / ha	Área	kg / ha
Milho	5.000	956	1.800	1.800	5.000	1.440	9.000	1.800
Feijão	2.000	412	380	600	1.400	720	2.000	600
Arroz	400	6.000	1.900	5.000	600	4.650	3.500	5.200
Soja	60	1.200	140	1.500	500	1.530	2.000	1.800
Trigo	50	1.200	-	-	300	1.100	450	1.200
Cevada	-	-	-	-	1.100	1.505	-	-
Sorgo	40	1.300	70	2.200	400	2.100	-	-
Mandioca	-	-	20	7.000	-	-	100	11.000
Cebola	-	-	-	-	10	6.000	-	-
Total	7.550	-	4.310	-	9.310	-	17.050	-

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

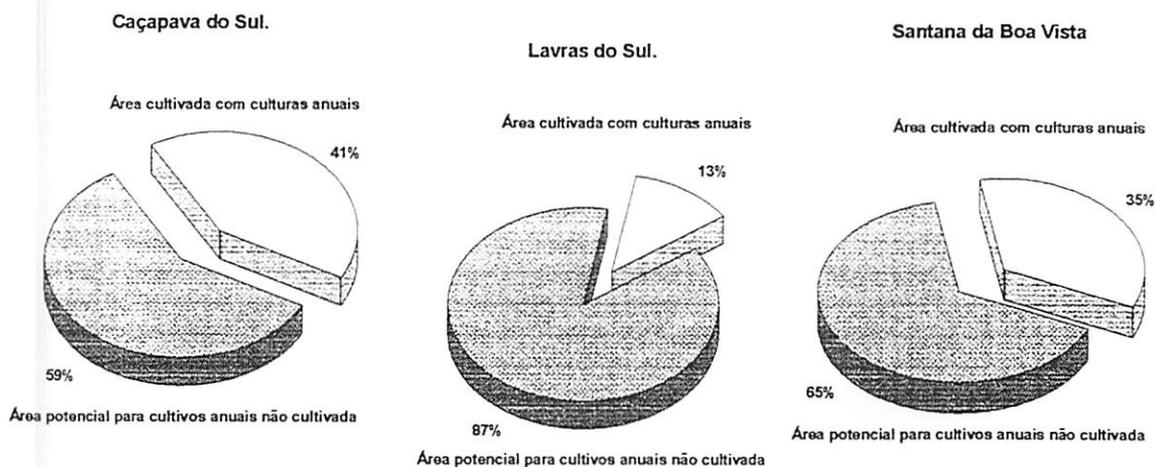


FIGURA 14. Relação entre a área plantada com cultivos anuais e as áreas não cultivadas com potencial (classe I, II e III), dos municípios de Santana da Boa Vista, Lavras do Sul e Caçapava do Sul.

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

QUADRO 17. Participação percentual das propriedades menores de 100 ha na produção agrícola nos municípios em estudo.

	Santana da Boa Vista	Lavras do Sul	Pinheiro Machado	Caçapava do Sul
Milho	90	65	70	85
Feijão	100	55	77	100
Arroz	-	5	5	30
Soja	-	-	5	45
Trigo	-	-	5	80
Cevada	-	-	5	-
Sorgo	-	5	5	-
Mandioca	100	-	-	90
Cebola	-	-	100	-

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

5.2.2.3.2 Produção pecuária dos municípios

As produções de gado de corte e de ovinos são as principais atividades pecuárias dos municípios estudados. O Quadro 18 mostra os dados referentes à exploração pecuária, podendo-se verificar a grande área ocupada por ela.

Já os dados do Quadro 19, se analisados isoladamente, mostram que a participação das propriedades menores de 100 ha em relação ao gado de corte e ovinos é pequena, devido a pouca expressão que estas propriedades apresentam em termos de escala de produção. Entretanto, a análise dos dados da pesquisa realizada pela EMATER/RS (1992) em Santana da Boa Vista mostrou que as atividades pecuárias eram responsáveis por 70,31% do Valor Bruto da Produção das propriedades rurais do município, sendo a pecuária de corte responsável por 40,24% deste total. Desta forma, a pecuária de corte tem grande importância para os produtores rurais em termos de renda, constituindo-se, muitas vezes, na sua reserva financeira para atender as “emergências”, dispondo de uma mercadoria de fácil comercialização em momentos de dificuldade, que apresenta alto valor quando comparada com a renda oriunda da agricultura (embora a sua venda nesta situação se caracterize como descapitalização). Por outro lado, embora seja uma atividade “tradicional” presente desde a ocupação da terra pelos jesuítas no século XVII, adota práticas de manejo e tecnologias rudimentares, refletindo-se nos baixos índices de produtividade obtidos.

Quanto a ovinocultura, verifica-se também que não tem representatividade em termos de participação das pequenas propriedades, em volume de produção. Entretanto, a pesquisa citada (EMATER/RS, 1992) aponta que 9,9% do Valor Bruto da Produção é oriundo da ovinocultura, aumentando em importância conforme os dados do Quadro 20 a seguir, os quais mostram que em torno de 60% da produção dos ovinos é consumida na propriedade, na maioria dos municípios estudados. Embora não apareça como indicador de geração significativa de renda, tem se constituído em importante fonte de proteína para a sua população rural. A ovinocultura aparece também nos DRPs como uma atividade secundária, de maneira praticamente unânime pelos entrevistados, relacionada como quarta ou quinta prioridade. É uma atividade que não é valorizada pelos produtores, identificada por eles como “renda” apenas na época em que a lã tinha bons preços, embora tenha enorme importância como fornecedora de carne para o consumo na propriedade, na maioria dos municípios estudados (60%).

QUADRO 18. Áreas ocupadas, rebanhos e produtividades das criações nos municípios em estudo, 1994

	Bovinos de Corte			Bovinos de Leite		Ovinos		
	Área ha	Nº cab.	Vendas cab.	Área ha	Nº cab.	Área ha	Nº cab.	Vendas cab. / ton. lâ
Santana da Boa Vista	110.230	77.161	9.249	230	162	191.264	99.132	14.870 / 240
Lavras do Sul	254.000	197.313	24.600	290	276	23.250	93.000	16.740 / 245
Pinheiro Machado	239.363	177.587	17.758	457	320	55.813	185.289	37.058 / 463
Caçapava do Sul	245.211	203.389	22.372	504	720	29.250	117.000	17.550 / 327

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

QUADRO 19. Participação percentual das propriedades menores de 100 ha na produção pecuária nos municípios em estudo

	Bovinos de Corte %	Bovinos de Leite %	Ovinos %
Santana da Boa Vista	20	95	30
Lavras do Sul	8	-	8
Pinheiro Machado	15	95	25
Caçapava do Sul	35	60	30

FONTE: EMATER/RS, 1994b,c,d,e.

A bovinocultura de leite, embora tratando-se de uma atividade basicamente localizada nas pequenas propriedades, é uma atividade incipiente, envolvendo um pequeno número de produtores. Trata-se, porém, de atividade que tem viabilidade de crescimento nos municípios, devendo-se considerar, porém, outras variáveis.

5.2.2.4 Comercialização da produção

O Quadro 20 mostra os pontos de comercialização dos principais produtos dos municípios estudados.

Verifica-se que os produtos oriundos das pequenas propriedades (citados na Quadro 17), como milho, feijão e mandioca, apresentam alto percentual de consumo na propriedade e a parte que é comercializada, na sua maioria, é feita com intermediários.

Ressalta-se, mais uma vez, o alto percentual de ovinos consumidos na propriedade rural de alguns municípios (cerca de 60%), sem que o produtor considere esta atividade como comercial, conforme citado anteriormente. Entretanto, trata-se de atividade com a qual o

produtor tem bastante familiaridade nos aspectos de produção, podendo servir de alternativa econômica viável sob outras condições de produção e de comercialização.

Este Quadro evidencia ainda que os produtos da pequena propriedade não são, na sua maioria, absorvidos pelo sistema cooperativista. O feijão, por exemplo, praticamente não é negociado com as cooperativas, forçando uma comercialização com os atravessadores, subordinando os produtores ao capital comercial, comprovando a baixa capacidade de apropriação dos pequenos produtores e sua situação de dependência e subordinação.

Sobre a subordinação dos produtores da região ao capital comercial, convém lembrar Sorj (1980) sobre as possibilidades de viabilidade econômica da propriedade agrícola no sistema capitalista que dependem de sua capacidade de se integrar aos circuitos do complexo agro-industrial. Nos municípios da região, a subordinação ao intermediário, mostra-se como mais um fator que agrava a pobreza, pois o sistema cooperativista, que é fraco na região, atua basicamente na comercialização de grãos das grandes culturas comerciais como arroz, soja e sorgo (em Caçapava do Sul), além da lã cuja principal Cooperativa tem sede em Bagé, município próximo que são produtos, segundo o Quadro 17, produzidos pelas propriedades maiores.

Além disso, a comercialização dos bovinos de corte se dá na sua maior parte com intermediários e diretamente com a indústria que está situada em outros municípios e regiões.

QUADRO 20. Destino da produção agropecuária dos Municípios de Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul em percentuais.

	Santana da Boa Vista (%)					Lavras do Sul (%)					Pinheiro Machado (%)					Caçapava do Sul (%)				
	Cp	Ind.	Int.	Con	Out	Cp	Ind.	Int.	Con	Out	Cp	Ind.	Int.	Con	Out	Cp	Ind.	Int.	Con	Out
Milho	10	-	20	70	-	5	-	-	90	5	-	-	5	85	10	10	-	20	30	40
Feijão	-	-	80	20	-	-	-	-	95	5	-	-	5	90	5	2	-	68	10	20
Arroz	100	-	-	-	-	20	55	23	2	-	20	80	-	-	-	77	20	-	3	-
Soja	-	-	-	-	-	60	20	20	-	-	-	100	-	-	-	50	25	20	5	-
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	80	-	-	-	80	-	-	10	10
Sorgo	-	-	-	-	-	80	-	15	5	-	80	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	2	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	60	25
Bovinos de corte	-	40	60	-	-	15	65	10	-	10	-	30	18	2	50	10	30	30	5	25
Bovinos de leite	70	-	-	-	30	-	-	-	-	-	60	-	-	2	38	-	40	-	45	15
Ovinos lã	100	-	-	-	-	60	-	39	1	-	70	-	30	-	-	100	-	-	-	-
Ovinos carne	-	-	-	-	-	5	5	30	58	2	-	15	10	70	5	-	10	15	60	15

FONTE: EMATER/RS, 1994.

Cp - Cooperativas

Con - Consumo doméstico

Ind - Indústrias

Out - Outros

Int - Intermediário

Com isso, há exportação da matéria-prima para ser beneficiada e transferência da agregação de valor aos produtos, evidenciando a desestruturação comercial deste setor. Também, expõe a dificuldade de organização associativa do homem da região e a baixa capacidade empresarial para investimentos no setor secundário. A inexistência de agroindústrias de beneficiamento prejudica não só os pequenos produtores, mas a economia regional como um todo, não sendo possível separar esta questão dos fatores histórico-culturais.

5.2.2.5 Estrutura fundiária

A “Vacaria del Mar” caracterizou-se pela ocupação da terra a partir da distribuição de sesmarias (enormes faixas de terra) aos chefes militares por seus feitos nas guerras e revoluções. Assim sendo, como já foi relatado, o alicerce da economia foi a grande propriedade, possuindo o Rio Grande do Sul, em 1785, praticamente 98% das suas propriedades com mais de 1.000 ha. Entretanto, com o decorrer dos anos, as heranças e as contínuas divisões das propriedades fizeram com que, gradativamente, as propriedades rurais da parte sul do estado e dos quatro municípios, fossem tornando-se menores.

Os entrevistados deste trabalho, ao serem questionados sobre as propriedades rurais do passado e a evolução da estrutura fundiária dando origem as propriedades menores na região, afirmam que todas as pequenas surgiram das grandes, quer por divisão por herança, quer por doação.

O entrevistado nº 1 afirma que, no passado, as *“propriedades eram grandes, mal cuidadas, tudo aberto...”* e atribui a origem das propriedades menores ao *“aumento do pessoal, vão dividindo, as heranças ... é que as famílias grandes vão dividindo, vão dividindo, no fim, já está lá em terceiro ou quarto grau, cada um tem um punhado de filhos, então...”*. O entrevistado nº 2 explica que *“essas propriedades ficaram pequenas porque as famílias eram muito grandes ... essa família (se refere a família que ocupou a terra de sua localidade na sua origem) eu não tenho certeza, mas talvez fossem 10 ou 12 irmãos ... e aí foi dividindo e hoje está na 4ª ou 5ª geração da mesma sucessão”* O entrevistado nº 3 afirma também que *“as fazendas em princípio eram grandes ... depois elas foram se repartindo aos poucos, porque os filhos eram herdeiros, eles eram a vontade (se referindo ao grande número de filhos que tinham)”*.

*dividindo as terras
em pequenas
propriedades
depois de
muitas gerações
as famílias
eram grandes
e depois foram
se repartindo
aos poucos
porque os
filhos eram
herdeiros
eles eram a
vontade*

Ainda sobre a origem das propriedades menores, outros entrevistados reforçam estas afirmativas. O entrevistado nº 11 diz que *“tinham extensão de campo grande, mas na divisão depois se tornavam pequenas ... uma estância com 2 a 3 mil braças de campo (3.000 a 4.500 ha), hoje está reduzida, com os sucessores deste campo em 100, 200 braças (150 a 300 ha) devido a quantidade de filhos que eles tinham ... tinha família com 15 filhos ... os meus avós tinha 12 filhos”*. Já o entrevistado nº 14 dá o seu próprio exemplo, contando que *“a minha família que tinha 5.000 braças de campo (7.500 ha), quando eu conheci o meu avô tinha 60 braças de campo (90 ha) ... já eu, não recebi nada, porque o meu pai recebeu, mas o meu pai tinha 10 irmãos, então tu divide 60 braças por 10 irmãos, 6 braças de campo (9 ha) e ele vendeu tudo.”* Os DRPs também constatam esta fragmentação, mostrando que além da divisão das áreas por herança, muitos herdeiros que não se interessavam pela exploração da terra também a vendiam.

A outra forma de surgimento das propriedades menores referidas, tanto pelos entrevistados como pelos DRPs, foi a doação a empregados antigos, agregados ou “posteiros”. O entrevistado nº 3 relata que muitas vezes *“os próprios fazendeiros davam para os escravos um pedaço (de terra), às vezes, na abolição da escravatura...”* A entrevistada nº 5 contraria a existência dos escravos, mas confirma a doação para negros agregados, dizendo *“escravos não tinham, mas criavam gente pela família, morenos (negros) ... eles ganhavam terra, às vezes ... mas não ficavam mal no fim da vida ... alguns dos que viveram com a família recebiam terra, dependendo da quantidade ...”* O entrevistado nº 7 relata que muitas vezes as doações não eram diretas, mas através da doação de animais. Diz que, *“um posteiro saiu daqui com uma boa ponta de gado (lote de animais bovinos) e de animal cavalariço, mas sem terra e quando ele saiu, ele comprou do cunhado do meu pai ... ele comprou terra para ele”*.

Os DRPs reforçam estas constatações a respeito dos “posteiros”. Posteiros eram empregados que moravam nas partes mais distantes das grandes propriedades, tendo a responsabilidade de cuidar do gado daquela parte da estância, podendo morar com sua família e realizar pequenas plantações de subsistência. No decorrer do tempo, com a fragmentação das propriedades maiores, normalmente estes eram desalojados e fatalmente iam para a cidade. Entretanto, as entrevistas permitem concluir que muitas vezes os posteiros recebiam algumas áreas como compensação. O entrevistado nº 1 relata que *“alguns posteiros foram para a cidade, outros compraram uma chacinha, outros ganharam uma chacinha”*. Os DRPs relatam que os “posteiros” recebiam vacas de leite, juntas de bois e a oportunidade de plantar e morar com a sua

Posteiros

família, com o que, no decorrer dos anos, iam ficando e formando uma nova pequena propriedade. Os DRPs registram também a premiação dada a antigos empregados, como recompensa aos muitos anos de serviços prestados ao patrão, destinando-lhes áreas em definitivo.

Esta evolução fundiária provocou uma mudança nas atividades, forçando o dono das áreas menores, para sua sobrevivência, a se dedicar a agricultura. Embora a exploração do gado de corte fosse a atividade e fonte de renda mais importante, a diminuição das áreas fez com que os produtores procurassem na atividade agrícola uma alternativa de produção, pelo menos para suprir a subsistência da família. Conforme alguns entrevistados do DRP *“...esse pessoal da sesmaria (o grande) só criava gado ... esse pequeno proprietário, como tinha uma fração pequena e tinha que tirar o sustento para a família ... ele era basicamente agricultor, plantando de tudo...”* Esta agricultura sempre se caracterizou como atividade de subsistência, sem objetivos comerciais. O entrevistado nº 4 afirma que *“eles plantavam para o gasto (consumo) ... ninguém comprava planta de ninguém ... planta não se vendia, era só para comer...”* A entrevistada nº 5 se refere a isto dizendo que o pessoal *“não vendia, o pessoal não dava importância para esse negócio de vender, estas coisas, porque plantavam para o gasto das famílias...”* O entrevistado nº 6 relata que antigamente *“vender era muito pouca coisa (os excedentes de grãos), mais (o restante) ia fora, não tinha para quem vender, não tinha estrada”*. Ao mesmo tempo, os entrevistados referem que a comercialização existente era a do gado (como a mercadoria da época) dizendo que *“o gado era vendido para os tropeiros ... os tropeiros sempre apareciam ... compravam na propriedade e levavam para Bagé ... levavam gado gordo e de invernar também”*. O entrevistado nº 12 enfatiza também que *“trigo plantavam muito, não para vender, não vendiam nem um quilo, (era) para comer ... plantavam pouco, só o que ia consumir no ano, para vender não”* e reforça a afirmativa sobre o gado como mercadoria de comércio *“vendia gado ... que eu me lembre já era para os frigorífico...”*

Entretanto, os produtores são quase unânimes em afirmar que a saída dos filhos, ou em busca do ensino, ou em decorrência da inviabilidade de sobrevivência na mesma área, provocou o envelhecimento da população rural, fazendo com que os produtores fossem adequando às áreas de plantio a sua força e capacidade física. Além disso, há referências à questão climática que, por não proporcionar boas colheitas especialmente devido as secas, tornava a atividade insegura. Com isto, conforme constatação dos DRPs, os produtores foram trocando o chamado “cercado” que são pequenas áreas de subsistência, com uma atividade

trabalhosa, pelo aumento do número de animais, encontrando no gado uma atividade menos trabalhosa e mais segura, tornando-se uma propriedade praticamente semelhante ao modelo tradicional de exploração extensiva do gado das propriedades maiores.

Isto tudo, associado aos aspectos culturais do homem da Vacaria del Mar, a paixão pelo cavalo e pelo gado, além do passado e da tradição, permite compreender a persistência dos produtores na atividade.

Assim, as principais atividades econômicas e comerciais da parte sul do estado e dos municípios em estudo, permaneceram ligadas à exploração da pecuária. Esta atividade agropecuária e a divisão das propriedades gerou a atual estrutura fundiária que segundo a FEE (1995), caracteriza-se por uma situação de maior desigualdade, onde convivem lado a lado, o grande estabelecimento e a pequena propriedade.

Embora a classificação das propriedades rurais por tamanho de área seja considerada bastante falha, conforme Alencar e Moura Filho [198-], ao não considerar outras dimensões crítico-analíticas, constitui-se em importante ponto de partida para a compreensão e caracterização das estruturas produtivas da região.

Os Quadros 21 e 22 e a Figura 15 mostram a distribuição fundiária do estado e nos municípios em estudo.

QUADRO 21. Estrutura fundiária dos municípios em estudo - Número de estabelecimentos e área ocupada -1985

Municípios	<10 ha		10 - 50 ha		50 - 100 ha		100 - 200 ha		> 200 ha	
	nº est.	área (ha)	nº est.	área (ha)	nº est.	área (ha)	nº est.	área (ha)	nº est.	área (ha)
Santana da Boa Vista	604	3.027	959	22.953	273	19.456	171	23.876	138	58.606
Lavras do Sul	169	847	320	7.475	126	9.008	101	14.296	261	206.038
Pinheiro Machado	176	960	640	16.788	281	20.410	240	34.057	320	177.076
Caçapava do Sul	862	4.391	1296	31.255	426	30.451	341	47.647	371	168.638

FONTE: EMATER/RS, 1994a.

QUADRO 22. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul e dos municípios em estudo - percentuais de estabelecimentos e de área ocupada - 1985

	<10 ha		10 - 50 ha		50 - 100 ha		100 - 200 ha		> 200 ha	
	% est.	% área	% est.	% área	% est.	% área	% est.	% área	% est.	% área
Rio Grande do Sul	36,5	3,6	50,0	21,8	6,3	8,7	3,2	8,9	4,0	57,0
Santana da Boa Vista	28,1	2,4	44,7	18,0	12,8	15,2	8,0	18,6	6,4	45,8
Lavras do Sul	17,3	0,3	32,8	3,1	12,9	3,9	10,3	6,0	26,7	86,7
Pinheiro Machado	10,6	0,4	38,6	6,8	17,0	8,2	14,5	13,6	19,3	71,0
Caçapava do Sul	26,1	1,5	39,4	11,0	13,0	10,8	10,3	17,0	11,2	59,7

FONTE: IBGE (1985).

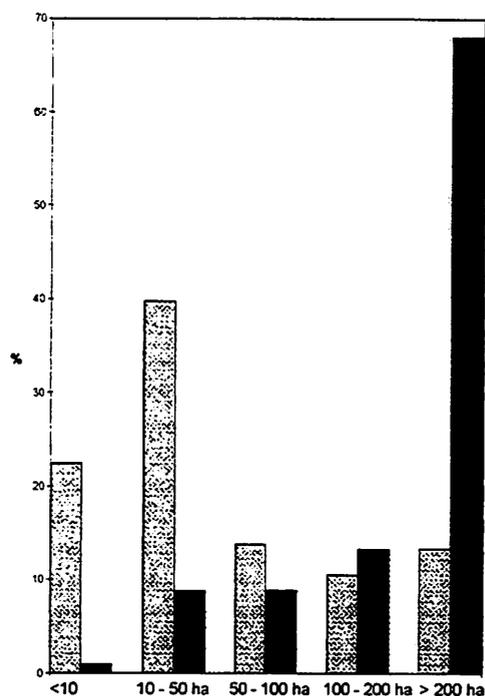
Os dados dos Quadros 21 e 22 permitem realizar uma análise da situação fundiária dos municípios que de uma maneira geral, apresentam áreas médias por estrato de forma semelhante (em torno de 5,0 ha no primeiro estrato; 23,0 ha no segundo; 71,0 ha no terceiro e 500,0 no quarto estrato).

Os municípios de Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul apresentam um percentual de estabelecimentos minifundiários (até 10 ha) maior que os outros dois municípios estudados, ocupando, por isso mesmo, maior percentual de área. Entretanto, Pinheiro Machado e Lavras do Sul possuem um percentual menor de estabelecimentos nesta faixa minifundiária (10,6% e 17,3% respectivamente), diferenciando-se bastante da média do Rio Grande do Sul e dos outros municípios.

O estrato seguinte (10-50 ha) apresenta novamente Santana da Boa Vista com um maior percentual de estabelecimentos que os outros municípios, caracterizando-o como o de estabelecimentos menores.

O outro estrato (50-100 ha) apresenta um percentual maior de estabelecimentos em Pinheiro Machado.

O importante é que nestes três estratos situam-se a maioria das propriedades rurais nos municípios estudados, o que caracteriza que a região, embora oriunda das sesmarias da Vacaria del Mar, possui hoje uma estrutura fundiária cuja maior parte dos seus estabelecimentos tem menos de 100 ha de área. Embora em relação ao restante do estado signifiquem áreas *grandes em tamanho*, são propriedades inseridas em locais de solo desfavorável. Deve-se acrescentar ainda



Cinza = % de estabelecimentos
 Preto = % de área ocupada.

FIGURA 15. Estrutura fundiária dos municípios em estudo - percentuais de estabelecimentos e de área ocupada - 1985

FONTE: IBGE, 1985.

que o módulo fiscal nestes municípios é de 35 ha, o que significa que a grande maioria dos estabelecimentos tem até três módulos rurais. Este dado adquire maior importância na medida em que a região é vista, tanto pelas lideranças da própria região como pelas outras, como uma “região da grande propriedade”. De qualquer forma, a estrutura fundiária mostra a importância que os estabelecimentos menores, que constituem maioria, têm para a região, e mostra a importância da agricultura para a sobrevivência desta parcela da população, o que é um indicativo importante para os programas de incentivo, dentro da concepção de que desenvolvimento deve ser uma melhoria da qualidade de vida de todos do setor rural.

Os dados da Figura 16 evidenciam o percentual dos estabelecimentos menores e maiores de 100 ha nos municípios em estudo, ressaltando que os menores são 6.132 nos quatro municípios, representando 75,9%, portanto, dois terços do total dos estabelecimentos.

Quanto ao estrato dos estabelecimentos entre 100 e 200 ha, verifica-se que o município de Pinheiro Machado apresenta um percentual maior (14,5%) e o município de Santana da Boa Vista um percentual menor (8,0%). Esta faixa soma 853 produtores nos quatro municípios, representando 10,5% do total.

No estrato de estabelecimentos maiores de 200 ha, verifica-se que Lavras do Sul destaca-se dos demais e da média do estado, com um percentual maior (26,7%), caracterizando uma maior concentração da posse da terra, bem como uma área média maior (789,4 ha).

Esta distribuição fundiária, embora indique alguma diferenciação entre os quatro municípios, apresenta de comum entre eles o predomínio de estabelecimentos rurais com pouca área, mesmo tendo se originado da distribuição das sesmarias. Embora ao comparar-se com a estrutura fundiária do norte do estado, verifica-se a existência de estabelecimentos maiores na região em estudo, as suas atividades produtivas vem se mostrando incapazes de gerar riquezas

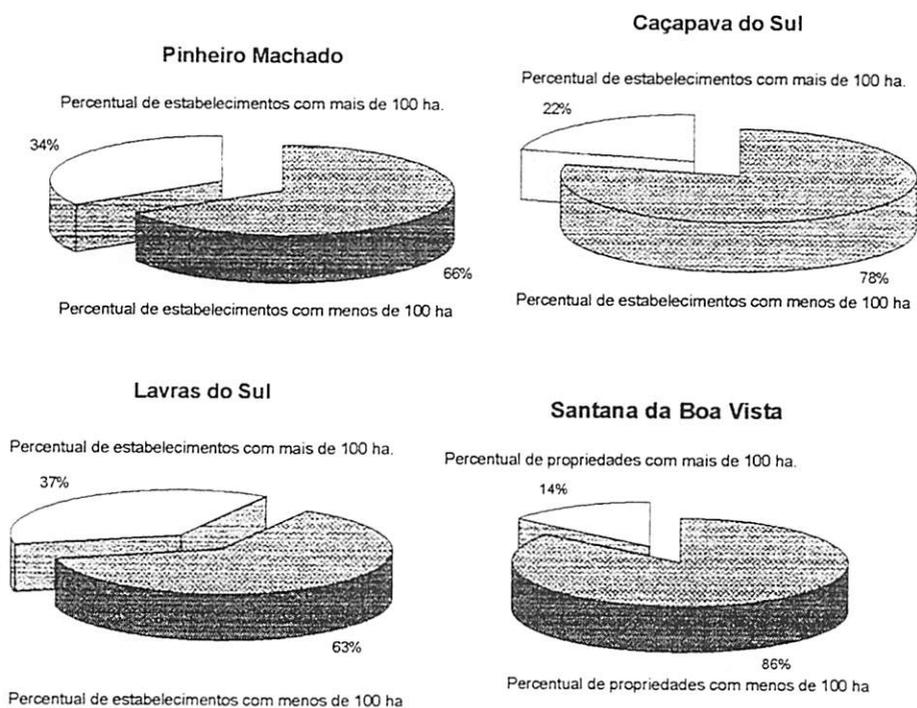


FIGURA 16. Percentual dos estabelecimentos menores e maiores de 100 ha nos municípios em estudo.

FONTE: EMATER/RS, 1994a.

suficientes e na maioria das vezes, incapaz de garantir a sua sobrevivência e reprodução.

Os dados do Quadro 23 demonstram a evolução da estrutura fundiária dos municípios em estudo, entre 1970 e 1985. Nota-se que há um crescimento no número de minifúndios (de área inferior a 10 ha) em praticamente todos os quatro municípios. Com isso aumenta o número de pessoas que vivem em condição de pré-exclusão do campo. Freitas e Konzen (1983) afirmam ainda que a eliminação da pequena propriedade ocorreu especialmente, e de maneira mais efetiva nas regiões em que mais se modernizou a agricultura. Segundo eles, ao contrário, onde predomina a pecuária extensiva, que é o caso dos municípios estudados, a pequena propriedade não apresentou redução, já que para a pecuária, a incorporação de pequenas áreas não representa vantagens de escala, tanto quanto é de interesse do latifúndio pastoril assegurar a oferta de mão-de-obra associada as atividades nas pequenas áreas. Some-se ainda o fato de que a atividade pecuária, da forma como é praticada com baixos investimentos, em relação à agricultura e oferecendo menores riscos, possibilita que os produtores, mesmo dos estratos menores, possam, com a redução de seus gastos, garantir a sua persistência no campo e na atividade.

De acordo com Sorj (1980), os processos de reestruturação das relações sociais na agricultura pela expansão do capitalismo têm se dado através da modernização e do maior vínculo com a indústria. No caso dos municípios em estudo, esta reestruturação tem ocorrido de forma mais lenta, devido ao baixo nível de modernização tecnológica da atividade, além do fraco vínculo com a indústria de beneficiamento e do ciclo mais demorado da atividade pecuária. Entretanto, a reestruturação que vem acontecendo, ao contrário da metade norte do estado, tem tornado a região cada vez mais pobre.

QUADRO 23. Percentual de alteração no número de estabelecimentos nos municípios em estudo entre 1970 / 1985.

Municípios	(Em %)				
	<10 ha	10 - 50 ha	50 - 100 ha	100 - 200 ha	> 200 ha
Santana da Boa Vista	+ 49	+ 15	- 7	+ 4	+ 3
Lavras do Sul	+ 120	- 4	- 23	- 3	+ 0,4
Pinheiro Machado	+ 98	+ 10	- 4	- 4	- 10
Caçapava do Sul	+ 5	+ 4	+ 27	+ 14	+ 10

FONTE: EMATER/RS, 1994a.

5.2.2.6 Tipos de produtores

A estrutura fundiária, apesar de se constituir em um bom indicativo inicial sobre a realidade da região, não se constitui em uma dimensão completa de análise. Alencar e Moura Filho [198-] enfatizam a necessidade de se considerar as unidades de produção sob o prisma multidimensional, isto é, procurando articular vários indicadores. Esta articulação busca relacionar a unidade de produção (área onde a produção agropecuária é realizada) com as variáveis que descrevem o processo de organização da produção (modo como os fatores de produção são combinados dentro da unidade de produção) e o processo de integração com o mercado (relações entre a unidade de produção e o setor urbano-industrial). Segundo os autores, alguns indicadores podem ser utilizados para auxiliar na classificação das unidades de produção, devendo ser utilizados em conjunto para que adquiram relevância analítico-descritiva. Alguns destes indicadores foram adaptados para compor a classificação das unidades de produção existentes nos municípios em estudo, a partir das informações dos técnicos da EMATER/RS (1994b,c,d,e) que irão constituir os tipos de produtores mais homogêneos entre si.

- **Relação com o mercado** - significa a quantidade de produto, em percentual, que é destinado a comercialização em relação a quantidade total produzida, permitindo identificar se a produção está orientada para o mercado (produção do valor de troca) ou para subsistência (produção do valor de uso)

- **Destino da produção:** indica com quem a produção é comercializada e contribui para verificar a relação da unidade de produção com o capital comercial ou industrial.

- **Mão-de-obra:** identifica por quem são realizados os trabalhos da unidade de produção (mão-de-obra familiar ou mão-de-obra contratada permanente ou temporária), além do desenvolvimento de atividades fora da unidade de produção como forma de complementar a renda familiar, permitindo que se identifique a incapacidade da unidade de produção de garantir a subsistência do produtor e sua família.

- **Outras fontes de renda (arrendamentos / parcerias):** identifica a importância econômica dentro da unidade de produção das rendas oriundas de arrendamentos e parcerias.

- **Atividades que desenvolve (diversificação):** permite identificar as atividades desenvolvidas na unidade de produção.

- **Receitas Monetárias Brutas:** refere-se as estimativas das receitas monetárias brutas obtidas pelas unidades de produção com os diferentes sistemas.

Além desses indicadores, outros três itens são apresentados complementarmente para contribuir na compreensão e no entendimento da realidade regional e que são:

- **Áreas onde se encontram:** relaciona as unidades de produção com os estratos de área onde se encontram.

- **Representatividade:** significa, em percentual, qual a participação de unidades de produção daquele tipo de exploração, em relação ao total de unidades de produção do município.

- **Classificação da FAO/INCRA:** refere-se, em parte, à classificação utilizada pelo trabalho FAO/INCRA (1996), de forma adaptada, utilizando a Receita Monetária Bruta e não a Renda Monetária Bruta (Receita Monetária Bruta - Despesa Monetária Bruta) conforme é utilizado naquele trabalho. Entretanto, os parâmetros utilizados foram os mesmos, embora a Receita Monetária Bruta se configure em valores maiores. Segundo a classificação FAO/INCRA (1996), os agricultores são divididos em :

- Periféricos: com Renda Monetária Bruta anual inferior à R\$ 2.500,00;
- Transição: com Renda Monetária Bruta anual entre R\$ 2.500,00 e R\$ 6.000,00;
- Consolidados: com Renda Monetária Bruta anual superior à R\$ 6.000,00;

Este trabalho utiliza a Receita Monetária Bruta por não possuir informações a respeito da Despesa Monetária Bruta, servindo como indicativo da situação em que se encontram os diferentes tipos de produtores da região. Embora seja uma adaptação feita por este trabalho que não pretende esgotar o assunto, o indicador Receita Monetária Bruta tem significado inferior à Renda Monetária Bruta por se tratar apenas do valor bruto apurado pela unidade de produção, sem considerar as despesas para produção e manutenção da família.

Estes grupos propostos, apresentados nos Quadros a seguir, embora não tenham a precisão e a especificidade total a respeito do tema, servem como indicadores que, associados aos demais, podem servir para elaboração de estratégias e alternativas de desenvolvimento regional. Os quadros 24, 25 e 26 mostram os tipos propostos e a sua análise permite algumas constatações. A primeira diz respeito à representatividade, constatando-se que a maior parte das unidades de produção dos municípios da região ou 72,8%, são “periféricas”, enquanto apenas 7,2% são “consolidadas”. Estes números demonstram a gravidade da situação existente, além de permitir a compreensão sobre a intensa migração da população rural dos municípios.

A segunda constatação está relacionada à especialização das atividades da região, restringindo-se a bovinos de corte e ovinos, milho, feijão e, em algumas áreas, arroz (por condições de solo e água) e hortigranjeiros e leite (por proximidade dos centros urbanos).

Em relação aos “periféricos”, verifica-se que as culturas de auto-abastecimento são extremamente importantes para a sobrevivência da família que retira a quantidade referente a manutenção do ano e vende o excedente, que pode variar em quantidade. A manutenção familiar em termos de alimentação, é o que regula a área de plantio, associada as disponibilidades de área e de recursos que, por serem escassos, restringem o uso de tecnologias e faz com que se obtenham baixas produtividades. De uma maneira geral, a comercialização do feijão é maior que a comercialização do milho, pois este é utilizado também para a alimentação de pequenos animais. O gado, nestes casos é importante mercadoria de reserva, embora em pequena quantidade, pois, por sua disponibilidade e valor, serve de solução para as situações de emergência financeira.

Os “periféricos” apresentam, ainda como importante característica, a sua dependência para a composição de receita do trabalho assalariado externo realizado em outras unidades de produção (especialmente maiores). Estas oportunidades de assalariamento em outras unidades de produção vão se tornando cada vez mais precárias, na medida em que as suas atividades agropecuárias vão se modernizando e se tornando menos exigentes em mão-de-obra como trabalhos em alambrados, mangueiras de manejo mais fácil, vacinas e medicamentos mais eficientes e de maior duração, diminuição do número de ovinos para tosquia, mecanização e uso de herbicidas nas lavouras de arroz, etc. Estes produtores, que tem grandes dificuldades de sobrevivência, não possuem a menor capacidade de agregar valor as suas atividades produtivas, sendo as baixas produtividades e a maior descapitalização uma espiral que tem terminado com a sua exclusão da atividade. Além disso, a comercialização dos seus produtos sempre é feita em condições desfavoráveis para os vizinhos, donos de áreas maiores, ou para os intermediários que, além, da melhor condição financeira, dispõem também de melhores informações a respeito do mercado. Um programa de desenvolvimento deve considerar esta “categoria” de produtores nas suas propostas, no mínimo proporcionando-lhes soluções emergenciais.

Os produtores das unidades de produção do Quadro 25, praticamente enquadrados entre os produtores em “transição”, representam 20% do total dos municípios da região, embora sejam menos significativos em Santana da Boa Vista (apenas 4%) e em Pinheiro Machado (15%). São os que apresentam uma disponibilidade maior de área, embora se dediquem, de uma maneira geral, às mesmas atividades produtivas dos periféricos. Estes produtores, embora possuam renda mais alta que os anteriores, o que se reflete nas suas condições de alimentação, moradia e até nas

QUADRO 24. Tipos de produtores periféricos.

	Santana da Boa Vista	Caçapava do Sul	Lavras do Sul	Pinheiro Machado
Relação com o mercado	Retira subsistência e vende algum excedente (entre 10 e 30%) de sua produção de milho e 75 a 80% de sua produção de feijão.	Retira subsistência. A maioria vende os excedentes de feijão (variando entre 70 e 90%). Os maiores vendem parte do gado e toda a lã. Alguns vendem leite e hortigranjeiros.	Retira subsistência e vende parte pequena (10%) da produção agrícola, alguns bovinos e ovinos, e toda a lã	Retira subsistência e vende 10% da produção agrícola, alguns bovinos e toda a lã
Destino da produção comercializada	Intermediários (feijão) Cooperativa (milho e lã)	Intermediários (feijão), vizinhos, cooperativa (lã), indústria (bovinos, leite), consumidor (hortigranjeiros)	Intermediários (bovinos e ovinos) e vizinhos Cooperativas ou intermediários (lã)	Intermediário e vizinhos maiores (bovinos) Cooperativas ou comerciantes (lã)
Mão-de-obra	100% familiar Trabalham fora como safristas nas áreas de maçã, milho, pêssego e reflorestamento em outros municípios.	Praticamente familiar com trabalho fora. As maiores eventualmente contratam mecanização ou mão-de-obra temporária	100% familiar Trabalham fora em propriedades maiores Podem contratar mecanização eventual	Praticamente familiar, contrata eventualmente
Outras fontes de renda	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
Atividades	Milho+feijão (bovinos+ovinos) os maiores	Milho+feijão+ plantas como batata-doce / abóbora / mandioca. Milho + feijão + bovinos+ ovinos. Alguns destes (cerca de 40%) tem arroz+ leite ou hortigranjeiros	Milho+feijão+ plantas como batata-doce / abóbora / mandioca Milho+feijão+bovinos+ ovinos	Milho+feijão Milho+feijão+bovinos+ ovinos
Receitas Monetárias Brutas	R\$ 850 a R\$ 1.200 + renda externa (R\$ 400)	< R\$ 1.000 até R\$ 4000 (os maiores)	R\$ 1300 até R\$ 2500 (os maiores)	R\$ 1500 incluída a renda externa
Áreas onde se encontram	<50 ha 50-100 ha (aqueles que possuem alguns bovinos e ovinos)	Variam entre <10ha até 50 ha	Variam entre < 20 ha até 100 ha	< 50 ha
Representatividade	94%	61 %	63 %	75 %
Classificação FAO / INCRA	Periféricos	Periféricos (60%) e de transição (40%)	Periféricos	Periféricos

QUADRO 25. Tipos de produtores em transição.

	Santana da Boa Vista	Caçapava do Sul	Lavras do Sul	Pinheiro Machado
Relação com o mercado	Vende bovinos e ovinos. Consome ovinos. Produz milho para consumo e alguma venda de excedentes	Vende bovinos e ovinos e 20% do milho. Consome ovinos.	Vende bovinos e ovinos. Consome ovinos	Vende bovinos e ovinos. Consome ovinos
Destino da produção comercializada	Intermediários (bovinos) e cooperativas (lã)	Intermediários, remates (bovinos), cooperativas e comerciantes (lã)	Intermediários, outros produtores (bovinos), cooperativas e comerciantes (lã)	Intermediários, remates (bovinos), cooperativas e comerciantes (lã)
Mão-de-obra	Contrata MO e mecanização	Contrata MO para complementar a familiar	Contrata MO	Contrata MO para complementar a familiar
Outras fontes de renda	Pode ter	Pode ter	Pode ter	Não tem
Atividades	Bovinos+ovinos+milho	Bovinos+ovinos+milho	Bovinos+ovinos+milho	Bovinos+ovinos
Receitas Monetárias Brutas	R\$ 2500 a R\$ 6000	R\$ 1800 a R\$ 6000	R\$ 3000 a R\$ 5000	R\$ 4000 a R\$ 5000
Áreas onde se encontram	+200 ha	50 - 500 ha 500 ha até mais de 1000 ha	50 ha até 500 ha	50 ha até 500 ha
Representatividade	4%	30 %	30 %	15 %
Classificação FAO / INCRA	Transição	Periféricos e de transição (os maiores)	Transição	Transição

QUADRO 26. Tipos de produtores consolidados.

	Santana da Boa Vista	Caçapava do Sul	Lavras do Sul	Pinheiro Machado
Relação com o mercado	Vende bovinos, ovinos/lã e arroz	Vende bovinos, ovinos/lã arroz, soja e leite	Vende bovinos, ovinos/lã e arroz	Vende bovinos
Destino da produção comercializada	Intermediários, remates (bovinos) Cooperativas e comerciantes (lã) Intermediários e indústria (arroz)	Frigoríficos, remates, feiras (Bovinos) cooperativas e comerciantes (lã) Intermediários, indústria, cooperativas (arroz e soja)	Frigoríficos, remates, feiras (Bovinos) cooperativas e comerciantes (lã) Intermediários, indústria, cooperativas (arroz)	Frigoríficos, remates, feiras (Bovinos)
Mão-de-obra	Contrata MO	Contrata MO	Contrata MO	Contrata MO
Outras fontes de renda	Pode ter	Pode ter	Pode ter	Pode ter
Atividades	Arroz + Bovinos + Ovinos + Milho	Arroz + Soja + Bovinos de corte + leite	Bovinos + Ovinos + Arroz	Bovinos
Receitas Monetárias Brutas	+ R\$ 6.000	+ R\$ 6.000	+ R\$ 6.000	+ R\$ 6.000
Áreas onde se encontram	+ 200 ha	+ 500 ha	+ 500 ha	+ 200 ha
Representatividade	2%	9%	7%	10%
Classificação FAO / INCRA	Consolidados	Consolidados	Consolidados	Consolidados

formas de produção e na produtividade, são aqueles que estão “*permanentemente bloqueados*” na sua capacidade de investimento (FAO/INCRA, 1996). Sua renda não permite uma reestruturação que lhes possibilite investir de maneira constante, quer na melhoria das atividades a que já se dedicam, quer para tentar atividades de conversão produtiva, sendo este um dos seus grandes desafios.

A participação de assalariamento externo praticamente não existe. Há ainda uma comercialização “subordinada” ao capital comercial, com grande dependência dos intermediários. Trata-se de um sistema de produção que exige algum apoio operacional nas suas atividades (mecanização, sementes, adubos), além de estabelecer mecanismos que permitam agregar valor tanto na aquisição dos insumos, quanto na comercialização (e até beneficiamento) de seus produtos.

Já os produtores das unidades de produção do Quadro 26, onde se enquadram os “consolidados”, caracterizam-se por serem os que se encontram nas áreas melhores, em termos de solo e topografia (o que lhes permite atividades como arroz e a soja), ou por serem produtores, que mesmo em áreas piores, possuem áreas maiores que lhes permitem obter uma renda mais alta. São os produtores cuja mão-de-obra é basicamente assalariada, e que em sua maioria, por terem rendas mais altas que lhes permitem sobrevivência mais razoável, enquadram-se no que referem Alonso, Benetti e Bandeira (1994) como aqueles de comportamento conservador, caracterizado pela acomodação e pela pouca disposição de enfrentar riscos inerentes às novas atividades de exploração. São os agentes econômicos definidos como *satisficer*, agentes decisórios que buscam soluções satisfatórias para uma determinada situação e não necessariamente as soluções ótimas, dependendo do nível de aspirações do indivíduo e da sua formação cultural. Estes diferenciam-se do *optimizer*, correspondente ao “homem econômico”, que sempre escolhe a melhor das opções existentes.

Assim sendo, estes produtores preferem uma rentabilidade mais baixa, desde que associada a menores riscos, explicando em parte as resistências “culturais” a novas atividades produtivas.

Há também, neste grupo, os empresários rurais modernos que utilizam altas tecnologias e realizam investimentos especialmente nas lavouras orizícolas e no melhoramento do rebanho bovino, embora em percentuais muito pequenos e com pouco emprego de mão-de-obra.

Sobre esta realidade social e econômica é que este trabalho discute, a seguir, algumas alternativas de desenvolvimento.

6 ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO: PROPOSTAS EM DISCUSSÃO

A discussão de alternativas de desenvolvimento baseia-se na formação histórica e na realidade que foi exposta, à luz dos conceitos de desenvolvimento que foram apresentados. Segundo estes conceitos, o desenvolvimento só se consolida quando a população, como um todo, tem acesso às melhorias das condições de vida, sendo considerado um processo muito mais abrangente do que apenas melhoria e crescimento econômico. O desenvolvimento deve ser visto de uma forma muito mais ampla, que considere toda a situação histórica de formação, os níveis de geração e distribuição da riqueza, além do acesso da população aos benefícios produzidos por ela mesma e a possibilidade da continuidade destes benefícios com o decorrer do tempo. Assim sendo, as alternativas propostas consideram estes conceitos, respeitando a população e a sua realidade.

Esta realidade, quando analisada através dos indicadores apresentados, pode ser caracterizada como situação de “subdesenvolvimento”. Os dados evidenciam que a economia é baseada numa agricultura que proporciona baixos rendimentos, com conseqüente baixa qualidade de vida que se manifesta através de indicadores inadmissíveis em uma sociedade como, por exemplo, o analfabetismo e a mortalidade infantil que são, pelos seus altos percentuais, preocupantes e exigem ações imediatas.

A discussão de alternativas para a agricultura, por sua importância para a região, significa a busca de alternativas que viabilizem a própria região.

De qualquer forma, as alternativas discutidas a seguir partem do princípio da população como agente do seu próprio destino, sendo a participação um processo contínuo e indispensável. De acordo com a FAO (1992), grande número dos projetos de desenvolvimento agrícola e rural tem fracassado por ter subestimado a importância de desenvolver o potencial humano e a produtividade das famílias rurais, desconsiderando a participação dos envolvidos no processo.

Dessa forma, este estudo de alternativas considera a necessidade de que a população rural se organize em torno dos seus problemas e adquira a capacidade coletiva de

decisão e de controle quanto à utilização de recursos. As alternativas não são propostas externas que desconsiderem a realidade e a vontade das populações envolvidas, mas o levantamento de algumas linhas de ação que possam inverter o próprio processo de decisão e aumentar a capacidade da população de diagnosticar e analisar os seus próprios problemas.

Dentro desta concepção, o processo participativo já vem sendo, em parte, desencadeado através da realização nos municípios da Área Piloto, do Diagnóstico Rural Participativo, conduzido pela EMATER/RS desde 1994, em parceria com outras entidades e, acima de tudo, com a participação dos produtores e das famílias rurais. O DRP é utilizado como uma forma de fazer com que a população rural identifique os seus próprios problemas e discuta soluções alternativas. Este trabalho iniciado em algumas localidades dos quatro municípios objetos deste estudo, caracteriza-se como uma forma incipiente de inversão dos fluxos decisórios da população rural, proporcionando a participação, identificação, discussão e elaboração de propostas para a resolução de suas dificuldades. Os dados e os resultados das discussões e das propostas levantadas pelo DRP já estão sendo considerados neste trabalho como importante complemento aos demais métodos utilizados.

Este diagnóstico tem permitido também a compreensão do caráter cultural decorrente do processo de formação histórica das populações dos municípios da região e da necessidade de se estabelecerem estratégias diferenciadas. A situação conservadora e tradicional da região faz com que estas estratégias adquiram enorme relevância, tornando-se tão importantes quanto a discussão e a busca de alternativas tecnológicas e econômicas para as unidades produtivas. A “cultura do gado”, tão arraigada nas pessoas, tem dificultado sobremaneira a diversificação das atividades da agricultura da região. Por isso são necessárias estratégias diferenciadas que torne evidente e estimule a constatação, pela população, desta realidade, de suas causas e de suas origens.

O processo participativo, por seu caráter dinâmico e evidentemente submisso às decisões da população envolvida, pode tomar rumos que se diferenciem das perspectivas que têm sobre o assunto os políticos, os técnicos, os cientistas, os agentes de governo, etc. Embora tenha consciência e clareza sobre estas possibilidades, este trabalho não se furta de apresentar algumas propostas de alternativas que possam servir de subsídio dentro do objetivo maior de desenvolvimento participativo. Assim sendo, as alternativas propostas discutem formas de desenvolvimento agrícola e rural, a partir de uma visão que contemple a participação e a satisfação dos agricultores e a sua sustentabilidade ao longo do tempo, abordando as questões de modo

conjugado, da tecnologia às questões econômicas, ambientais e de bem-estar (educação, saúde, alimentação, lazer, etc).

Por outro lado, não se pode desconsiderar também, que algumas propostas alternativas dependem, para sua implantação, de uma mudança muito mais ampla nos setores públicos, inclusive de definições de atribuições, responsabilidades, valores e recursos entre os poderes constituídos, alcançando até o âmbito de discussão sobre a Federação. Estas questões, como se tratam de intervenções públicas, exigem uma discussão maior, o que não é objeto deste estudo, podendo ser fonte de discussão de novas pesquisas. Apesar disso, este trabalho, mais uma vez não se furta de levantar algumas alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento.

As propostas são apresentadas a partir de uma rápida discussão sobre as possibilidades da industrialização da região, a indicação de algumas ações emergenciais, algumas propostas de políticas públicas e formas alternativas que possam alavancar a mudança que se espera de um processo desta natureza.

As propostas contemplam aspectos de curto prazo, como também de longo prazo. Aponta, ainda, algumas linhas que podem servir de referência para as unidades de produção da região, sob o ponto de vista técnico e cultural.

6.1 A questão da industrialização

A maior expectativa das lideranças municipais é a de que seus municípios venham a se industrializar. A implantação de indústrias, especialmente de grande porte, é vista como a solução definitiva para os problemas de desemprego e de geração de renda, especialmente nos pequenos municípios, onde é considerada como o principal projeto de desenvolvimento. Nos municípios da Metade Sul do Rio Grande do Sul, com pouca industrialização, tal expectativa é muito maior.

As diferenças regionais no processo de industrialização no Rio Grande do Sul são explicadas por Alonso, Benetti e Bandeira (1994). Segundo os autores, desde o início deste século, a falta de mercado consumidor na região, devido a uma economia baseada na pecuária e na concentração da renda, aos preconceitos culturais em relação aos trabalhos manuais e a falta de rede de transportes adequada, fizeram com que a Região Sul tivesse um crescimento industrial inferior ao que teve a Região Norte. Houve, isto sim, no sul, um crescimento da indústria de beneficiamento de alguns produtos agropecuários. Ou seja, à pouca diversificação da produção

agrícola, correspondia também uma pouco diversificada indústria de beneficiamento, tornando o setor muito vulnerável e dependente das possibilidades de mercado de poucos produtos. Segundo os autores, não há nada de *errado* ou *anômalo* no fato de uma região apresentar uma estrutura industrial deste tipo, porém, ela cria pequeno número de empregos e não possui poder de indução sobre o crescimento de outras atividades manufatureiras. A consequência disso é que a região passou a caracterizar-se pela falta de dinamismo que tem beirado à estagnação. (Rio Grande do Sul, 1995a).

Alonso, Benetti e Bandeira (1994) afirmam que, se as condições foram desfavoráveis no passado, continuam na atualidade a ser desfavoráveis para o desenvolvimento industrial da região. Enfatizam que a região sul está menos aparelhada para atrair investimentos industriais do que outras áreas concorrentes, dentro e fora do Estado, devido a condições de:

- ausência de um parque industrial expressivo e diversificado, reduzindo a possibilidade da implantação de estabelecimentos que dependam da proximidade de fornecedores e clientes;

- carência de serviços de apoio às atividades industriais;

- perfil especializado da produção primária local, com pouca variedade de matéria-prima para processamento.

Os autores afirmam ainda que só um fato novo, cujo impacto seja capaz de transformar radicalmente as condições da região tornando-a mais competitiva em termos de capacidade para atrair investimentos, poderá acelerar a industrialização da região.

A esse respeito, o trabalho da Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento intitulado “Novas Alternativas Econômicas para a Metade Sul do Rio Grande do Sul” (Rio Grande do Sul, 1995c) levanta a possibilidade da industrialização da Região, condicionando-a às melhorias do Porto marítimo de Rio Grande, ao processo de consolidação do Mercosul e a suposta presença de investidores externos interessados em implantação de novas fábricas, especialmente automobilísticas. Até que isto venha a ocorrer, na área próxima ao porto, para posteriormente se difundir progressivamente para outras áreas da região sul, o documento sugere que as medidas de industrialização devem voltar-se para atividades de processamento de produtos agrícolas e para a exploração de recursos naturais locais.

Em relação à possibilidade de que o Rio Grande do Sul (considerando o estado como um todo e não apenas a região sul menos qualificada, para este tipo de investimento) venha a receber investimentos de montadoras de automóveis, convém transcrever a declaração dada pelo

Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Dagoberto Lima Godoy em reportagem denominada “Extremo Sul não atrai montadoras”:

“Apesar de sermos o segundo pólo metal-mecânico mais importante do Brasil e de possuímos uma adequada infra-estrutura industrial, somos, infelizmente, um Estado excêntrico. Distante do principal eixo do país que se localiza entre São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. ... O interesse de uma montadora não é o de desenvolver determinada região ou de gerar empregos em determinado Estado, mas sim o de atender a seus próprios interesses estratégicos ... As escolhas (dos locais de instalação) até agora realizadas obedeceram a uma conjugação de fatores ... Pesou, com certeza, a proximidade de centros consumidores de alta densidade populacional, em regiões que propiciem também o rápido deslocamento de matérias-primas e insumos necessários à produção automobilística .” (Jornal Correio do Povo, 14/09/96, p.16)

Tais colocações deixam claro quais as reais possibilidades de industrialização da região a curto prazo. Embora esta industrialização seja possível, tendo em vista o processo de implementação do Mercado Comum do Cone Sul, as expectativas neste sentido devem ser reduzidas. Assim sendo, os programas de desenvolvimento regional devem contemplar esta possibilidade, como distante, não podendo, contudo ser descartada, devido a alta dinamicidade da economia mundial atual. Entretanto, as expectativas de instalação de indústrias de grande porte, a curto prazo que venham a resolver os problemas dos municípios da região devem ser colocadas como secundárias. Assim sendo, os programas de desenvolvimento devem concentrar-se inicialmente em questões ligadas à agricultura e à agroindústria.

Sobre a questão da instalação de grandes indústrias, ainda de forma taxativa, o documento FAO/INCRA (1996) afirma que o projeto de desenvolvimento de pequenas cidades baseado apenas no setor urbano / industrial está falido. O sonho comum de atrair indústrias para as pequenas cidades distantes dos grandes centros urbanos, e apostar todos os recursos municipais em projetos de geração de emprego e aumento da arrecadação fiscal, através deste caminho, torna-se cada vez mais difícil.

Assim sendo, este trabalho discute as alternativas de desenvolvimento regional baseadas principalmente no setor agrícola, não descartando a possibilidade vista como remota da implantação de indústrias não ligadas à produção agrícola. Por outro lado, a possibilidade de que indústrias ligadas ao beneficiamento de produtos agrícolas venham a se instalar na região está intimamente vinculada ao aumento de oferta e de diversificação dos produtos. A agroindústria já existente nos municípios em estudo e na região está ociosa ou desativada, como as indústrias

beneficiadoras de carne, leite e grãos, quer por falta de produtos, quer por inviabilidade econômica devido ao seu tamanho. Ou seja, as alterações na agricultura são necessárias e fundamentais para o desenvolvimento da região, inclusive para favorecer a industrialização. Segundo o que afirma Sorj (1980), a integração ao complexo agro-industrial tem sido uma forma de capitalização da pequena produção e que uma enorme quantidade de produtores, que não teve esta oportunidade, permaneceu descapitalizada e à margem das “modernas” formas de produção. Nos municípios da região, a inexistência de integração forte ao complexo agro-industrial de beneficiamento foi também, em parte, responsável pela situação de marginalização. Assim, embora os anseios das lideranças políticas de industrializar a região, a agricultura se apresenta ainda como uma das principais alternativas para o seu desenvolvimento.

6.2 Ações emergenciais

Os indicadores apresentados mostram que grande parte da população rural vive em situação de pobreza e miséria, exigindo ações emergenciais. As condições de alimentação, higiene, saneamento e habitação se refletem nas más condições de saúde da população que apresenta altas taxas de mortalidade infantil, conforme Quadro 9, superiores à média do estado. Isto é reforçado pelo alto Grau de Indigência apresentado no Quadro 11, onde os municípios da região apresentam índices de famílias indigentes bem superiores aos do estado (17% do Rio Grande do Sul e valores que variam entre 32,3 e 43,3% nos municípios em estudo). Além disso, associa-se a estes indicadores o baixo Índice de Desenvolvimento Social (ver Quadro 13) que demonstra definitivamente a situação de gravidade desta região.

A maior parte desta população insere-se no grupo de produtores “periféricos” que representam 72,8% das unidades de produção dos municípios da região, demonstrando ainda mais a necessidade de ações emergenciais para o socorro imediato e início de um processo de “re-cidadanização” desta população, indispensável ao processo de desenvolvimento como um todo.

6.2.1 Alimentação

A debilidade de uma população em termos de saúde inicia-se com a inadequada e insuficiente alimentação. A necessidade urgente de que a população carente passe a se alimentar

de forma adequada exige um fornecimento de alimentos, mesmo que gratuitos, por um tempo determinado. Assim, há a necessidade do fornecimento de cestas básicas a famílias previamente catalogadas, temporariamente, dentro de um programa que contemple também a educação alimentar sobre o aproveitamento alternativo de alimentos, ou parte deles, além de contemplar o apoio (físico e operacional) às famílias ditas “periféricas” para o cultivo de alimentos de subsistência (batata, mandioca, arroz do sequeiro, hortigranjeiros) e criação de pequenos animais (aves).

Antes de qualquer programa que trate das questões de melhoria da produção e da produtividade, é necessário um programa que permita a mínima satisfação alimentar dessas pessoas.

6.2.2 Saúde

Os indicadores, na região, referentes às questões de saúde são alarmantes, especialmente em relação à mortalidade infantil. Um programa preventivo especial para atendimento às gestantes e bebês deve ser associado ao programa alimentar de emergência anteriormente citado, para diminuir estes índices. Além disso, Programas Educativos visando reduzir a mortalidade infantil nos meios de comunicação complementariam o processo emergencial.

Outras medidas a mais longo prazo, como o treinamento e capacitação de agente comunitário de saúde - pessoa da própria localidade capacitada para orientar na prevenção de doenças, educação alimentar, higiene básica e primeiros socorros - e a montagem de farmácias comunitárias, por localidade, que garantam o fornecimento gratuito de medicamentos básicos, são mecanismos que tem se mostrado eficientes. É bem verdade que tais medidas não substituem o atendimento e acompanhamento médico adequado, porém tornam-se eficientes em termos de práticas de prevenção. Para o atendimento médico adequado, as Universidades podem ser chamadas a participar, através de um programa, chamado pelo Projeto ASSUL/UFLA (Gomes e Souza, 1996) de “médico de família”, onde os universitários da área de saúde “ficariam responsáveis por visitas a determinado número de famílias, contribuindo ainda mais na prevenção de doenças” sob a supervisão de um profissional. A existência de Universidades próximas com cursos nas áreas de saúde em Pelotas, Santa Maria, Rio Grande e Bagé, facilitariam este projeto.

Por outro lado, a água tem grande importância para a manutenção da saúde da população, em especial da população rural que provê a sua própria água de consumo, ao contrário da população urbana. A pesquisa realizada em Santana da Boa Vista (EMATER/RS, 1992) mostrou que apenas 3% da água que abastece as residências vem de poços artesianos (que é o meio mais adequado quando não se dispõe de rede de abastecimento), sendo que 67,5% provêm de “fontes” de água e 23,75% de poços rasos ou fundos. É necessário uma ação de emergência para levantar as reais condições dessas “fontes”, bem como dar apoio material e financeiro para que, de forma rápida, sejam melhoradas e adequadas, como fator de preservação e melhoria da saúde da população.

As ações emergenciais são alternativas temporárias e provisórias que tem como objetivo amenizar uma situação de dificuldade vivida por determinada população, não podendo e não devendo permanecer de forma definitiva. Há a necessidade de que estes beneficiários, no decorrer do tempo, passem a ter condições de participar dos direitos e benefícios da sociedade “moderna” como cidadãos. Estas ações devem ser consideradas como um passo intermediário e inicial ao processo de desenvolvimento, aqui considerado como o acesso de toda a população às melhorias de condição de vida.

6.3 Propostas de políticas públicas

As alternativas discutidas partem do princípio de que é necessário e indispensável que *todas* as parcelas da população rural possam participar dos benefícios da sociedade. Assim sendo, as formas de intervenção e de políticas públicas devem se adequar a esse propósito.

6.3.1 Ações políticas

Conforme a FAO (1992), um grande número dos projetos de desenvolvimento agrícola e rural fracassaram por terem desconsiderado a importância da participação dos envolvidos no processo. A necessidade de que a população envolvida tenha oportunidade de decidir sobre os seus problemas, suas soluções e sobre a utilização dos recursos disponíveis exige o estabelecimento de mecanismos que, de forma efetiva, possibilitem esta imprescindível e necessária participação. Alguns destes mecanismos são sugeridos a seguir:

- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural -

O estabelecimento de um mecanismo de representação dos interesses dos atores sociais do campo, onde estes possam apresentar as suas demandas, planejar, discutir, propor, sugerir, acompanhar a execução de ações, direcionar esforços e priorizar recursos disponíveis, concretiza-se na criação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural.

Os Conselhos devem ter garantidas a presença e o direito a voz e voto dos atores sociais da zona rural, bem como de alguns representantes do meio urbano. Para isso, os Diagnósticos Rurais Participativos, a partir do desenvolvimento de suas atividades, podem ser um instrumento que possibilite a organização rural e o estímulo para o surgimento de representantes que possam participar deste fórum decisório. Os Conselhos têm como objetivo definir, em conjunto com a administração municipal, as formas de desenvolvimento da agricultura e do meio rural. Esta representação deve considerar o que Alencar (1990) alerta sobre a superação dos mecanismos intrínsecos de exclusão dos segmentos sociais e economicamente marginalizados com a aquisição de poder, processo que se aprimora à medida em que se desenvolve, sendo necessário exercitá-lo.

Estes Conselhos devem ser consolidados através do seu estabelecimento por lei pelas Câmaras de Vereadores, como forma de formalizar esta estrutura de participação e evitar as modificações decorrentes dos episódios eleitorais. Por outro lado, à medida em que os Conselhos, por terem reconhecimento e força política, passam a definir prioridades a partir da vontade e da decisão dos atores sociais envolvidos, tornam-se um fator de estímulo à participação. A gradativa implantação e valorização dos Conselhos e de suas formas de representação, podem desencadear um lento processo de aprendizado e de “mudança” nas características culturais de individualismo e pouca participação do gaúcho da Vacaria del Mar.

É indispensável, porém, garantir a participação das populações mais carentes e desorganizadas, estabelecendo mecanismos e formas que garantam esta representação, evitando-se o que Alencar (1990) define como a tendência de alguns indivíduos mais esclarecidos ou com mais recursos, de conduzir as organizações de acordo com seus próprios interesses.

De qualquer maneira, o simples estabelecimento de Conselhos e mesmo o seu funcionamento não é garantia de participação. Embora o Conselho seja uma proposta relevante, a maior ou menor participação dos atores sociais vai depender da sua compreensão sobre a importância do assunto, da sua efetiva participação nas organizações formais e informais e do espaço a ser dado e conquistado junto aos órgãos de decisão.

Nos municípios em estudo, a partir da criação da área piloto já existem iniciativas da criação desses Conselhos, aceleradas que foram pelas exigências formais de sua existência no momento atual, de forma a permitir que os municípios se habilitem ao recebimento de recursos estaduais e federais.

- Diagnósticos da realidade por localidade e Plano Municipal de Desenvolvimento

Conforme o Projeto ASSUL/UFLA (Gomes e Souza, 1996), o conhecimento da realidade através da realização de um diagnóstico sócio-econômico e cultural por localidade rural dos municípios permite que vários importantes subsídios sejam colocados ao dispor das Prefeituras, dos Conselhos de Desenvolvimento e dos próprios produtores envolvidos. Esse diagnóstico - que não deve ser apenas um levantamento de demandas e problemas, mas também de oportunidades para a agricultura, para o aumento da renda e do bem estar geral, para a agroindústria, para novos mercados, etc, deve ser realizado, preferencialmente, com metodologias participativas, permitindo o envolvimento das comunidades e divisão de responsabilidades.

Estes diagnósticos devem ser utilizados para dar suporte e embasamento ao Plano Municipal de Desenvolvimento, a ser aprovado pelo Conselho Municipal. Este Plano deve contemplar as prioridades e as ações a serem desenvolvidas nos municípios, a partir de definição que conte com a participação dos envolvidos fator imprescindível conforme afirma Julius Nyerere (1981): *“o desenvolvimento rural não se realizará se os povos envolvidos não tiverem poder para decidir sobre o seu próprio destino”*.

- Planejamento Microrregional de Desenvolvimento -

As possibilidades de desenvolvimento de um município estão intimamente ligadas às possibilidades de desenvolvimento da região. Assim, os esforços locais podem ser compatibilizados com os esforços dos municípios vizinhos, elaborando um Plano Microrregional de Desenvolvimento, com o objetivo de que determinadas ações e esforços possam ser desenvolvidos de forma conjunta (por exemplo, campanhas de diminuição da mortalidade infantil, programas de aproveitamento e preservação de recursos hídricos, produção de material didático adequado, programas de combate ao analfabetismo). Além disso, este Plano Microrregional proporcionaria o aumento do poder político reivindicatório da região sobre recursos ou sobre o

reconhecimento da importância de seus problemas. Nos municípios da Área Piloto, um Plano Microrregional serviria como fator de agregação e de associação de metas e esforços.

6.3.2 Ações sobre os aspectos culturais

A questão cultural na região em estudo se apresenta como um fator da maior importância, tendo sido, durante a sua história, fator estimulante ou limitante para o seu crescimento econômico e o desenvolvimento. A história de ocupação recheada de guerras e revoluções, com atividades extrativas do couro, da carne, sem alambrados e fronteiras, as tropeadas, o espírito de liberdade, bravura e independência, o inimigo desconhecido, a arma, a luta e o cavalo como forma de resistência ao invasor castelhano, a estância como unidade agregadora em torno do chefe militar, a falta de aptidão e vontade com os trabalhos manuais forjaram uma cultura que tem que ser considerada e respeitada.

Esta cultura de bravura e tradições reconhecidas levou também ao declínio da região no bojo da sua conservação pela sociedade local, que não foi capaz de diversificar-se e adaptar-se às dificuldades enfrentadas pela pecuária. Os indicadores que hoje apresentam a situação de “subdesenvolvimento” são, em muito, consequência desta cultura e dialeticamente esta cultura se apresenta como consequência do próprio processo de formação daquela sociedade.

A existência desta cultura, presente de maneira tão forte, não deve e não pode significar uma “vocaçãõ” inarredável da população. O aparecimento de novas circunstâncias históricas pode levar ao aparecimento de transformações econômicas de determinado país ou região (Rio Grande do Sul, 1995c). Os indicadores sócio-econômicos apresentados evidenciam o esgotamento do modelo de exploração agropecuária da região, consequência de sua formação histórico-cultural. Há a necessidade de que, frente a uma nova realidade, haja uma nova postura, sem desconsiderar os seus valores. Não é possível que o gaúcho da região viva do seu passado de glórias em um presente de miséria.

A dificuldade está em valorizar esta cultura e, a partir dela, buscar alternativas que proporcionem a melhoria de sua vida. E elas têm que ser encontradas pela própria população envolvida. Santos (1976) afirma que pretender chegar a um modelo de sociedade desenvolvida a partir da repetição dos seus modelos não tem validade e é resultado de uma abstração ideológica. Segundo o autor, os modelos de desenvolvimento são irrepetíveis. As experiências de outros países ou regiões são frutos da sua experiência histórica completamente específicas e superadas. O

desafio é descobrir metodologias que mobilizem as vontades de uma determinada população, a partir de sua cultura e de sua história, e as formas mais adequadas de assessorá-las e apoiá-las em direção às mudanças almejadas pela própria sociedade envolvida neste processo de desenvolvimento.

Os meios de comunicação de massa, assim como atuam para a alteração cultural em direção ao consumismo e à valorização do urbano, podem também ser utilizados, em nível microrregional, para conscientizar e motivar a sua população, visando:

1. levar à população rural e urbana a divulgação da realidade, como forma de possibilitar uma tomada de consciência sobre a situação de decadência e de suas origens. Isto significa mostrar que há decadência e que esta se deve ao esgotamento do modelo de exploração da região e não a políticas deliberadas dos governos, contra a “vocação natural” da região;

2. divulgar ações e iniciativas de diferentes alternativas da área rural que deram certo e obtiveram sucesso, especialmente aquelas que representem melhorias no sistema tradicional de exploração ou de atividades de reconversão. O objetivo é recuperar a credibilidade e esperança mostrando que, apesar das dificuldades, há alternativas viáveis na agricultura. Podem ser utilizadas também como divulgadores das atividades associativas que tiveram sucesso, como forma de motivar ações coletivas de outros produtores.

3. valorizar, perante a sociedade urbana, as atividades agrícolas, mostrando a importância econômica para os municípios (sua participação nos PIBs municipais, número de empregos que gera, alimentação que produz, sua importância na sustentação da economia local, etc). Além da questão econômica, recuperar do ponto de vista sócio-cultural a valorização do setor agrícola perante a sociedade como um todo, destacando as condições adversas da atividade e a sua participação fundamental como alavanca do desenvolvimento local e regional, tendo em vista as dificuldades da industrialização.

Uma outra forma interessante que motiva as pessoas sob o ponto de vista cultural são as visitas e excursões dos produtores a outras regiões do estado. A visualização de outras atividades agrícolas e o contato com outros produtores faz com que haja uma ampliação da visão da realidade, mostrando outras formas de superar as dificuldades.

Da mesma forma, um Programa de Capacitação de Produtores Rurais e de Mão-de-Obra é importante, não só para a melhoria das atividades tradicionais como também fundamental para programas de reconversão que venham a ser implantados a partir dos Planos Municipais de Desenvolvimento. Este Programa deve contemplar os empregados rurais e também os produtores

rurais, sobretudo aqueles “periféricos” e de “transição”, como uma das formas de superar barreiras culturais e de tradição, e capacitá-los melhor para a aplicação de tecnologias e para a reconversão do processo produtivo.

6.3.3 Ações sobre a estrutura

A situação apresentada pelos municípios em estudo evidencia que há, sob o ponto de vista da estrutura, necessidade de ações que a modifiquem. Estas ações são extremamente necessárias, sob pena de o projeto de desenvolvimento tornar-se apenas um projeto de assistência social (ações emergenciais) ou de motivação e valorização da atividade agrícola (ações sobre os aspectos culturais), sem alterar a realidade.

6.3.3.1 Posse da terra

Os dados evidenciam que nos municípios estudados há concentração da posse da terra, gerando um grande número de unidades produtivas com pouca capacidade de sobrevivência e reprodução - os periféricos - e um pequeno número de unidades produtivas que, por sua extensão e atividade, concentra renda e gera poucos empregos.

Nesse aspecto, cabe rever o trabalho Alívio à Pobreza (Rio Grande do Sul, 1995a) que ressalta a pobreza encontrada na zona rural do estado, onde se constata que dos produtores mais pobres (de menor renda), 44% estão localizados nas unidades de produção de até 10 ha de área e 27% nas unidades com área entre 10 e 100 ha. Nos municípios estudados, constata-se que os produtores “periféricos” são cerca de 72,8% do total, associados às más condições dos solos onde, na sua maioria, estão assentados. Portanto, estes produtores tem necessidade de aumentar o tamanho do seu negócio agrícola para se manterem na atividade e para a sua reprodução. Associado a isto, estão os fatos de que estas unidades de produção periféricas estão aumentando em número (ver Quadro 24), crescendo as situações de pré-exclusão do campo, proporcionando uma grande migração, especialmente da população jovem.

Diante desta situação, fica evidente a necessidade da existência de um Programa de Reestruturação Fundiária. O estabelecimento de um Crédito Fundiário para que produtores deste estrato possam incorporar áreas até, pelo menos, o limite de um módulo é uma das alternativas propostas. Este Crédito teria uma linha especial, aqui denominada de Juvenil, que seria dedicada a

jovens, especialmente filhos de produtores rurais, para a aquisição de terras e formação de infraestrutura para as atividades agrícolas, e poderia interferir com vigor na evolução da estrutura fundiária, estimulando a instalação de novas unidades de produção, promovendo a geração de novos pontos de trabalho e ajudando a rejuvenescer o meio rural dos municípios. Os recursos do Programa Reconvertul poderiam ser utilizados através de financiamentos a longo prazo, numa oportunidade de proporcionar a redistribuição da renda beneficiando a população como um todo e não apenas uma pequena parcela de empresários.

Outra alternativa seria o estímulo e assessoria para formação de associações ou cooperativas de produtores e trabalhadores deste estrato para que realizassem parcerias e / ou arrendamentos com produtores com maior área de terra. A intervenção se daria no estabelecimento, fiscalização e apoio às regras, os valores e às condições em que seriam realizadas estas parcerias, a fim de proteger esses produtores que sempre estabelecem suas atividades em situação desfavorável em relação ao parceiro. Este trabalho está intimamente ligado às ações sobre os aspectos culturais, pois se baseia em motivar ao trabalho conjunto e cooperativo, preferencialmente sobre o individual. Além disso, auxílio material como implementos, fertilizantes e sementes também seria interessante, a título de alavancagem do Programa.

Entretanto, um Programa de Restruturação Fundiária, assim como contempla o reagrupamento de áreas, deve contemplar também o fracionamento de áreas maiores com baixas produtividades, classificadas como latifúndios, quer por extensão, quer por exploração. O estabelecimento de critérios claros e a sua contínua aplicação são necessários e indispensáveis. Existem inúmeros trabalhos sobre a questão da redistribuição fundiária, não sendo, entretanto, o objetivo principal deste trabalho, embora não se possa deixar de referir-se à importância desta questão.

Não deixam de ser motivo de preocupação e questionamento, entretanto, os sistemas de produção a serem adotados nas áreas oriundas desta redistribuição, bem como as estruturas de apoio a serem colocadas disponíveis para estas novas unidades produtivas.

6.3.3.2 Infra-estrutura

Retornando ao trabalho Alívio à Pobreza (Rio Grande do Sul, 1995a), verifica-se que nas unidades de produção do estrato de área entre 0 ha e 10 ha encontra-se a maior faixa de pobreza. No estrato posterior (10 a 100 ha), a quantidade maior de terra permite uma maior

produção, tanto para subsistência quanto para comercialização. Entretanto, à sua área maior não corresponde uma maior renda de forma proporcional, e as atividades são limitadas pelas dificuldades de mecanização e pela capacidade física do produtor e da família. Com isso, a parte de sua terra que não possui condições de cultivar é explorada com outras atividades pouco exigentes de mão-de-obra, especialmente o gado de corte e alguns ovinos, com baixa tecnologia e rentabilidade, representando os animais uma reserva de valor para emergências ou investimentos extremamente necessários. Nestes estratos se enquadram os produtores “periféricos” e alguns em “transição”. Além disso, a Restruturação Fundiária, ao criar novas unidades de produção ou transformar aquelas menores em áreas maiores, estas enfrentariam as mesmas dificuldades destes estratos. Assim, algumas ações sobre a infra-estrutura na zona rural devem ser realizadas para ajudar a tornar viáveis este grande contingente de unidades produtivas.

6.3.3.2.1 Infra-estrutura de apoio às atividades agrícolas

A ação pública de apoio às atividades agrícolas é importante para oferecer aos produtores, especialmente periféricos e de transição, formas de superar as dificuldades de produção. Este apoio pode ser realizado de modo direto pelas Prefeituras ou pelo Governo do Estado, ou ainda, através da intermediação. Algumas ações são sugeridas a seguir:

a) Apoio com mecanização: a baixa renda das atividades agrícolas desses produtores tem impedido a mecanização. Uma alternativa seria a formação de Patrulhas Agrícolas Mecanizadas, equipes completas de máquinas e implementos que realizariam trabalhos aos produtores organizadamente, mediante sua contrapartida em recursos ou em outras formas discutidas e negociadas com os produtores como troca por produtos que possam ser utilizados em escolas, creches e asilos municipais, por exemplo. Incluem-se aí a prestação de serviços destinados às atividades pecuárias, como preparo de silagens e a limpeza dos campos. Outra alternativa que atenderia às unidades produtivas que, por restrições de solo, não podem mecanizar, seria a utilização de implementos movidos a tração animal. Em muitos casos, se deveria fornecer também o animal de tração, tendo em vista as restrições de área dos beneficiados. De qualquer forma, quer para aumento das áreas de cultivo para produção de grãos, quer para o aumento das áreas de pastagens para a pecuária, essas alternativas se constituem em um importante apoio.

b) Apoio às formas de aproveitamento da água: as atividades agrícolas da região caracterizam-se pelas pequenas áreas cultivadas e pelas baixas produtividades obtidas, devendo-se

em muito às condições climáticas, especialmente as estiagens de verão. A irrigação, embora vista como um insumo caro e de alta tecnologia, pode alavancar as produtividades agrícolas sem necessitar o aumento das áreas cultivadas. A construção de pequenos reservatórios (açudes) e a utilização de tecnologias simples de irrigação podem ser realizadas dentro de um programa de prazo maior, associado ao programa de Capacitação de Produtores Rurais e de Mão-de-Obra Rural, podendo representar muito em termos de resultados técnicos e econômicos.

c) Apoio às atividades de aquisição de insumos, comercialização e armazenamento de produtos: de acordo com Sorj (1980), não existe hoje, na agricultura do Brasil, alguma camada social que se encontre à margem da sociedade capitalista, pois as suas possibilidades de viabilidade econômica dependem de sua capacidade de se integrar aos circuitos do complexo agro-industrial, dando-se esta integração de maneira mais ou menos efetiva. Desde o momento em que o produtor rural de todos os sistemas utiliza formas “modernas” de produção, ele se vincula ao capital industrial. O fato de não estar vinculado diretamente a uma indústria não significa que o produtor esteja imune à transferência de recursos para o setor industrial, pois mesmo aquele produtor que ocupa terras marginais e que trabalha com culturas de subsistência e alguma criação de animais, à medida em que utiliza adubos químicos, sementes híbridas, vacinas e vermífugos na tentativa de aumentar o seu excedente, está vinculando-se ao setor industrial. Dentro deste contexto, algumas formas de intervenção podem tornar mais favorável ao produtor esta vinculação, tentando diminuir a transferência de recursos do setor agrícola, como por exemplo:

- Aquisição de insumos em grande quantidade a partir da implantação de uma Central de Compras, estabelecendo-se com os produtores mecanismos de troca por produto ou equivalente produto (troca-troca). Assim, programas de aquisição de calcário, adubos, sementes de grãos e de forrageiras, vacinas e vermífugos podem favorecer os produtores periféricos e de transição e mesmo os consolidados, diminuindo o desembolso imediato de recursos, bem como diminuindo em parte a transferência dos escassos recursos ao setor comercial e industrial de insumos. Este programa pode ser realizado também para aquisição de instrumentos que possam incrementar a produtividade e que são de difícil acesso aos produtores referidos. Por exemplo, a aquisição de cercas elétricas, equipamentos de inseminação artificial para grupos de produtores, aquisição de reprodutores bovinos e ovinos, caixas e outros equipamentos para apicultura, etc, podendo se estender a outros implementos e atividades, a critério das necessidades dos produtores, das disponibilidades de recursos e do nível de organização dos envolvidos.

- Estímulo à organização da comercialização de produtos agrícolas: conforme se verifica no Quadro 20, os produtos como o milho, feijão e mandioca, e mesmo alguns bovinos, são em sua maior parte comercializados com intermediários, sem a participação do sistema cooperativista. A atuação nesta fase pode se dar de diversas formas:

1) estímulo à formação de grupos, associações e até cooperativas de comercialização de produtos agropecuários;

2) apoio operacional de transporte, local ou eventos que permitam a comercialização mais organizada de pequenas quantidades de produtos o mais diretamente possível ao consumidor;

3) organização de formas de divulgação tanto de produtos em disponibilidade quanto de interessados em aquisição como por exemplo, uma pequena Bolsa de Mercadorias que permita colocar vendedores e compradores em contato, com orientações aos vendedores sobre preços e condições de mercado. Desta forma, mesmo que as aquisições venham a ser feitas por intermediários, o vendedor recebe uma série de informações que, teoricamente, lhe permitem negociar o seu produto em melhores condições.

- Estabelecimento de programas de armazenamento: o armazenamento em condições adequadas na própria propriedade permite que os produtos sejam aproveitados durante o ano para o autoconsumo ou que sua comercialização seja realizada em momentos mais adequados. Neste sentido, se destaca o Programa de Armazenamento já em andamento no município de Caçapava do Sul, com a construção de paióis de tela, responsável pela diminuição das perdas no milho pós-colheita em cerca de 150 unidades de produção.

Essas alternativas não desconsideram a existência e as possibilidades da aplicação de agricultura e pecuária alternativas de baixo uso de insumos. Entretanto, isto deve ocorrer juntamente com os trabalhos de pesquisa e de experimentação que serão abordados mais adiante. As propostas não são “modernizadoras” no sentido único da recomendação do uso abundante de insumos e de mecanização - até porque os efeitos danosos desta proposta já são conhecidas - porém, procuram proporcionar uma melhor relação de troca para os produtores. Não descartam também, as alternativas associativas que permitam diminuir fatores que restringem a produção, a aquisição, a comercialização, o beneficiamento e o armazenamento, considerando apenas que esta organização se dará a mais longo prazo, a partir dos trabalhos de motivação realizados.

6.3.3.2 Infra-estrutura de apoio à vida rural

As formas de vida nas cidades tem se distanciado enormemente, em termos de conforto e melhorias, das formas de vida da zona rural. Embora nem toda a população das cidades tenha acesso a tais benefícios (pode-se ver pelo enorme número de favelas das cidades), este fator tem se constituído em um fator de atração da cidade e expulsão do campo de uma enorme massa de população. Assim, considerando o desenvolvimento como a melhoria da qualidade de vida, alguns itens de infra-estrutura básica para a zona rural também devem ser contemplados por políticas públicas, como:

a) **Energia elétrica**: fator de extrema importância que pode não só melhorar a qualidade de vida da população, mas também permitir a utilização de equipamentos para a atividade agrícola. O entrevistado nº 2, ao ser perguntado sobre o que precisaria para melhorar a vida do homem do campo, afirmou que *“tem que melhorar a infra-estrutura ... aqui eu já tenho luz, mas nessas região que não tem luz, é uma das necessidades básicas ... o cara sem luz não funciona nada ...”* O entrevistado nº 3 afirmou que *“eletrificação em primeiro lugar, para melhorar...”* Mesmo aqueles, cujas propriedades já possuem energia elétrica, registraram a sua importância decisiva para a sua permanência no campo, como os entrevistados nº 5 e 6. A implantação de redes de energia elétrica no interior dos municípios em estudo tem sido preocupação dos governos municipais, apesar dos enormes custos em consequência das distâncias entre as propriedades.

b) **Transportes e comunicações**: enormes distâncias representam problema também em termos de deslocamento e comunicação das pessoas que vivem no meio rural. Assim, a manutenção dos muitos quilômetros de estradas municipais, embora signifique altos custos, é de fundamental importância para a população rural, não só para o estabelecimento de transporte pessoal (linhas de ônibus) como de transporte de mercadorias. Quanto à questão econômica, toda a produção da zona rural depende do escoamento rodoviário, sendo necessário que, além das distâncias, o produtor não seja penalizado com maiores custos devido às más condições de transporte. Outro fator importante está nas possibilidades de reconversão das atividades produtivas. A mudança para atividades de exploração de produtos perecíveis como leite e hortigranjeiros por exemplo, dependerá, sobretudo, da condição de retirada e recolhimento destes produtos com qualquer condição climática, sem o que se tornam inviáveis.

Ainda em termos de comunicação, a Telefonia Rural Comunitária seria outra forma de romper o isolamento do homem do campo, especialmente aqueles das localidades mais afastadas, proporcionando facilidades de contatos familiares, comerciais, em momentos de emergências e para informações de um modo geral.

c) **Habitação:** segundo os dados da Pesquisa Rural - Estudo da Situação (EMATER /RS, 1992) sobre as habitações encontradas na zona rural do município, verifica-se que 27,66% são de madeira. E ainda que 30,7% destas estão localizadas em estabelecimentos com até 10 ha e 61,5% em estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 ha, totalizando 92,2%. Ou seja, nos estratos de propriedades menores se encontram as piores habitações, mostrando a necessidade de um Programa de Melhoria das Habitações Rurais que permita a construção e a reforma de casas, com especial destaque às melhorias das instalações hidrossanitárias e fontes de abastecimento de água. Conforme o Projeto ASSUL/UFLA (Gomes e Souza, 1996), não há distinção de classes quando o assunto é sentir-se bem onde se mora, o que na verdade é necessidade de qualquer pessoa. Os recursos que vem sendo destinados a construção de casas populares nas periferias das cidades podem ter, ao menos em parte, destinação para o meio rural.

6.3.3.3 Ensino e Pesquisa

6.3.3.3.1 Ensino

O ensino é visto como um importante e valioso instrumento no processo de desenvolvimento. A formulação de um sistema educacional para o meio rural, que considere as necessidades, os anseios e a cultura do homem do campo pode promover mudanças significativas nas comunidades rurais e para sua inserção no contexto global.

Entretanto, o que se constatou nas entrevistas realizadas foi uma descrença na escola rural como geradora de desenvolvimento e preparadora dos alunos. O entrevistado nº 3 já citado, afirma que a escola rural serve apenas para “...enfrentar a gramática...” numa referência a inadequação desta escola ao preparo para a vida. Por outro lado, a sua inadequação tem sido apontada como fator de migração da população, pelos próprios produtores. Pode-se associar a isso, os altos índices de analfabetismo e de pessoas adultas que não completam o 1º grau (82,3%). Diante deste quadro, algumas propostas podem ser feitas para nortear a discussão das mudanças e das melhorias da escola rural.

A - Estabelecer uma discussão sobre a escola rural com os envolvidos; o desenvolvimento rural concebido de modo participativo deve abordar as questões de modo conjunto. Assim sendo, uma ampla análise do sistema educacional deve contemplar a visão e as expectativas que pais e alunos, professores, funcionários, Secretarias de Educação, especialistas e extensionistas tem a respeito da escola rural, de qual o perfil que pretende formar e da sua inserção no processo de desenvolvimento.

B - Alteração dos currículos escolares: uma discussão necessária é a alteração de currículos escolares, pois é importante inserir nos conteúdos da escola rural elementos que estejam ligados à produção e ao trabalho, numa forma de despertar o aluno a participar e aprender com base no que para ele é conhecido, trazendo a educação também para a prática. De acordo com Azevedo (1984), isto torna o aprender e o ensinar mais fáceis, estimula a criatividade e permite tocar em aspectos sócio-econômicos relevantes, preparando uma consciência crítica do aluno. O importante deste enriquecimento curricular, segundo Whitaker (1993), é que sejam iniciativas que estejam de acordo com o saber dos indivíduos do meio rural, que sejam respeitados os seus interesses, seus valores, sua cultura e sua participação em um processo de troca e não de imposição. Deve, portanto, considerar a realidade local, os objetivos e expectativas a respeito da escola. A alteração do currículo deve estar vinculada ao preparo de docentes e associada à assessoria de outras entidades na abordagem de determinados assuntos como educação ambiental, que deve contar com acompanhamento e capacitação de técnicos da área, como agrônomos ou biólogos. Sugere-se, ainda, a introdução de disciplina sobre cooperativismo como mais uma forma de "diluir" o espírito individualista nas novas gerações e a cultura de isolamento do gaúcho da "Vacaria del Mar". Complementarmente, pode ser estimulada a constituição de cooperativas entre os alunos, como forma de exercitar o espírito associativo, bem como atividades nas disciplinas já existentes que dêem ênfase a técnicas e metodologias associativas.

C - Material didático adequado: os materiais didáticos a serem utilizados nas escolas rurais devem ser adaptados à realidade da região, aos currículos, à linguagem local e às atividades econômicas dos municípios. Conforme Whitaker (1993), o material deve ser produzido a partir de dados e da realidade das comunidades rurais, sendo exclusivos para cada escola rural. Esta proposta pode ser adaptada para cada município ou para a região da Área Piloto, dentro do Plano Microrregional de Desenvolvimento.

D - Plano de alfabetização de adultos: os altos índices de analfabetismo encontrados nos municípios deste estudo, que variam entre 15,45% e 22,69% exigem programas específicos de alfabetização de adultos.

E - Utilização da escola rural como pólo das ações comunitárias: a escola rural, por suas características geográficas do meio em que está inserida, deve se constituir em uma unidade de referência não apenas cultural e educativa, mas em um pólo demonstrativo na região. Este se constituiria na aplicação prática, como forma demonstrativa, de todas as ações desenvolvidas formal ou informalmente. Por exemplo, a implantação de pomares demonstrativos para serem utilizados como forma de repasse pelos alunos das informações e tecnologias da atividade, estabelecendo-se a partir daí a referência para a comunidade. A escola, assim, se tornaria muito mais ligada à realidade local, aproximando a questão prática da questão teórica. Haveria a necessidade de reforçar o apoio aos professores, através de profissionais das ciências agrárias, saúde e nutrição.

F - Escola Familiar Rural: trata-se de experiência pedagógica que permite a alternância do aluno entre a casa da família e a escola. Segundo a FAO/INCRA (1996), esta experiência promove a integração entre o processo educativo e a perspectiva de trabalho e gestão na unidade de produção agrícola, proporcionando - com períodos em casa alternados com períodos na escola - a vinculação do conhecimento teórico e da prática. Além disso, desenvolve também a capacidade de discutir a sua própria realidade, levantando problemas e buscando as soluções com a própria família, aplicando e irradiando, indiretamente, técnicas e alternativas locais.

6.3.3.3.2 Pesquisa

A atividade de pesquisa deve, também, ter participação ativa nos processos de desenvolvimento regional. Os municípios encontram-se próximos de dois Centros de Pesquisa Agropecuária da EMBRAPA, em Bagé e Pelotas, além de Estações Experimentais da FEPAGRO (Fundação de Pesquisa Agropecuária da Secretaria da Agricultura do Estado) em Hulha Negra, Dom Pedrito e São Gabriel, todos municípios próximos da Área Piloto. Assim sendo, a região está bem servida em termos de estrutura de pesquisa. Algumas sugestões são feitas a seguir para aumentar a participação da pesquisa no processo de desenvolvimento:

A - Pesquisa a partir dos diagnósticos: os diagnósticos rurais participativos permitem identificar uma série de problemas tecnológicos que existem nas comunidades rurais. A consideração destes problemas e a busca de soluções técnicas através da elaboração de novos trabalhos de pesquisa ou adaptação de outros já existentes, que sejam adequados à realidade econômica e cultural dos produtores da região é de fundamental importância. Para isso, é necessário estabelecer mecanismos que permitam que se realize, de forma constante, o fluxo de informações entre produtores, extensionistas e pesquisadores.

B - Fornecimento de subsídios à região: a elaboração de estudos, como por exemplo, mapas dos solos da região, levantamento dos dados meteorológicos, zoneamento microrregional sobre aptidões de culturas, potencial hídrico, levantamento de custos de tecnologias, potencial de diversificação e de mercado de novas culturas, etc são importantes na definição de necessidades e potenciais.

C - Redes de validação: os resultados de pesquisa obtidos nas Estações de Pesquisa devem ser validados e demonstrados nas unidades de produção. Isto significa que as tecnologias recomendadas e utilizadas pelos pesquisadores nas Estações seriam aplicadas em um grupo de unidades de produção espalhadas pelas diferentes localidades dos municípios em estudo, com o objetivo de experimentar as tecnologias desenvolvidas.

D - Busca de tecnologias alternativas: a busca de tecnologias que utilizem de forma mais equilibrada os insumos externos à propriedade e causem menores danos ao meio ambiente.

6.4 Integração com a agroindústria

Na região estudada, a ausência de integração de forma mais efetiva entre a pequena produção e os complexos agro-industriais, especialmente de beneficiamento, é, em parte, responsável pela situação de descapitalização e pobreza encontrada. A associação com a agroindústria é, segundo afirma Delgado (1985), a integração de capitais entre os pequenos produtores e o grande capital, geralmente de maneira subordinada, que viabiliza algum tipo de reprodução ampliada dessa categoria de produtores. Esta associação, como afirma Silva (1981), mesmo que em situação desfavorável de “dependência”, pode representar uma melhoria dos níveis de qualidade de vida do novo “campeño tecnificado”. Neste caso, a dependência seria apenas transferida, do intermediário que se apropria dos seus excedentes.

Assim sendo, na região a ausência desta “integração” e o caráter de “independência” dos produtores parece ter sido uma das causas de sua pobreza. A parte norte do estado, ao contrário, apresenta grande parte da sua economia agrícola relacionada com o processo de integração, especialmente com a suinocultura e a avicultura. Desta forma, o estabelecimento deste processo de associação com a indústria, mesmo com todos os seus inconvenientes (subordinação, dependência, vinculação, etc) pode se constituir em mais uma alternativa de desenvolvimento, tendo em vista o capital que aplica nas unidades de produção, a modernização tecnológica, o número de empregos que gera e a melhoria nos níveis de vida que proporciona aos envolvidos.

Entretanto, considerando as condições culturais, econômicas, de localização e de matéria-prima alimentar disponível, a repetição do modelo de exploração da parte norte do estado com suínos e aves exigiria uma enorme aplicação de capital e a adaptação dos produtores locais às novas atividades. A ovinocultura parece ser, no momento, a atividade mais adequada para esta “aproximação”.

Alguns razões podem ser apresentadas para fundamentar esta proposta para a região:

- a) grande área com condições de solo inadequadas para as atividades de agricultura intensiva, porém apropriadas para a exploração de ovinos;
- b) boa tradição dos produtores da região na atividade;
- c) momento desfavorável para a comercialização de lã, com alta desmotivação da atividade laneira; por outro lado, há um crescimento da exploração da carne ovina, especialmente com a maior criação de raças produtoras de carne;
- d) interesse de frigoríficos no aumento de abates de ovinos de melhor qualidade para atender um mercado interno e externo com alto potencial e disposição para estabelecer a integração;
- e) baixa capitalização e baixa produtividade dos ovinocultores, o que deveria torná-los receptivos a investimentos;
- f) alta percentagem de pequenas propriedade periféricas e em transição, que seriam indicadas para este tipo de integração.

Embora este processo de integração receba inúmeras críticas, especialmente no que se refere à “subordinação” dos produtores, Sorj (1980) afirma que pode ser o fator diferencial na alavancagem para a sua transformação em produtor familiar capitalizado e que, mesmo com

dependência, pode alcançar melhores níveis de vida, *des-envolvendo-se* da situação de pobreza e miséria atual. De qualquer forma, a vinculação do pequeno produtor à indústria de beneficiamento, de acordo com Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), não se apresenta ao produtor, de imediato, como fator de exploração, uma vez que sempre estiveram subordinados ao capital comercial tradicional. Por isso, a integração se apresenta como uma perspectiva, uma possibilidade de melhoria da produção, através de desenvolvimento tecnológico e da garantia da comercialização.

Assim, a integração com ovinos, embora subordine os produtores aos interesses da agroindústria, pode se constituir em uma alternativa viável de desenvolvimento regional. Isto não significa uma única opção, nem a definitiva alternativa das pequenas propriedades da região em relação ao complexo agro-industrial. A constituição de associações e cooperativas de produtores que possam, de forma conjunta, beneficiar os seus produtos (como, por exemplo, pequenos abatedouros de ovinos) podem também se constituir em uma alternativa. Entretanto, a atual situação cultural, na qual 36,6% da população não participa de nenhuma associação; a situação educacional, com 97% da população rural adulta analfabeta ou com o 1º Grau incompletos; a faixa etária, com um alto percentual de população idosa economicamente ativa; e por fim a questão gerencial, com a mudança de atividade dos produtores tornam esta proposta menos viável a curto prazo. Entretanto, não se pode desconsiderar a implantação de agroindustrialização de forma cooperativa como uma das alternativas possíveis e viáveis para a população da região a longo prazo.

6.5 Ações de reconversão das atividades produtivas

A identificação da especialização das atividades produtivas como uma das responsáveis pelo atraso da região evidencia, além da necessidade da melhoria das atividades tradicionais, a necessidade de que haja um processo de reconversão para alavancar o desenvolvimento.

Inúmeras alternativas se apresentam como viáveis, do ponto de vista técnico, com condições de solo e clima favoráveis e do ponto de vista econômico, com um bom potencial de mercado disponível. Entretanto, o que existe é a resistência cultural à mudança de atividades. Em todas as entrevistas realizadas foi colocada a possibilidade da reconversão das atividades através do estímulo por intermédio de créditos específicos. O entrevistado nº 2 animou-se afirmando que

“eu ia investir em lavoura irrigada ... ia começar pelo milho que é o que eu sei fazer ... pomar de laranja? Eu acho que sim ...” O entrevistado nº 3, sobre os produtores de sua localidade, disse que *“eles não acreditam nisso (plântio de frutíferas), eles não querem obrigação ... eles querem criar ovelha, querem criar gado que não dá muito trabalho né? ... eu acho que a coisa deve ser mais natural ... deve ser feito por eles mesmos, limpar campo, comprar mais uma ovelha, mais natural ...”* A entrevista nº 6 aborda a questão da insegurança na comercialização como fator limitante às novas atividades, demonstrando a prioridade que ainda é dada à pecuária, mesmo nas pequenas áreas. O entrevistado afirma que *“eu plantava fruta se tivesse incentivo e comércio para vender ... segurança de comércio ... florestamento para quem tem pouco campo não dá ... pouco campo são 18 braças (25 ha) para baixo ... aí as árvores tomam conta da pastagem da gente ... se plantar 5 ha ocupa muito espaço...”*

Estas entrevistas, embora tenham sido realizadas com pessoas de mais idade pois tinham também como objetivo rever o passado da região, são extremamente significativas em termos de expectativas de reconversão. Conforme os dados apresentados, a população mais idosa é, ainda e por ser economicamente ativa, a responsável pelas decisões sobre os investimentos e pela aplicação de recursos nas diferentes atividades. Sobre isso, a entrevista nº 8 constatou uma situação característica quando a pergunta girou sobre a possibilidade de novas atividades, obtendo a seguinte resposta:

“Plantar outras coisas? ... eu acho muito difícil, gostaria que tivessem outros que topassem a parada, eu acho bonito plantar e criar, fazer aparecer do nada, eu acho muito lindo ... mas cada um de nós tem um dom e esse dom não está na nossa vontade, nós viemos com ele, e nós temos que seguir ele ...eu acho bonito mas o meu dom é para a criação e para a plantação (de grãos), nada é igual para mim ... porque andaram, a turma da Emater mesmo, andaram conseguindo um financiamento para plantação de uva, e os guri (os filhos) estiveram meio influido (entusiasmados) e eu desinflui (desestimulei) eles ... não vamos deixar o nosso ramo que a gente conhece mais ou menos, para pegar um que a gente não sabe, que vai aprender, então eu não concordei com eles ... mas é interessante que haja pessoas que gostem e tentem ...”

Esta situação permite perceber o poder de decisão do pai sobre os filhos e a sua firme decisão de não partir para outras atividades. Por outro lado, verifica-se o interesse de que outros corram o risco com a nova atividade. Com isso, pode-se afirmar que o processo de reconversão não depende da existência de alternativas técnicas e de mercado, nem de linhas de crédito ou de assistência técnica (segundo o entrevistado havia o crédito conseguido e havia a

EMATER). O processo de reconversão se enquadra como parte, ou até mesmo como consequência, de todo o trabalho aqui proposto, não podendo ser visualizado como uma única forma de execução. Algumas linhas são citadas a seguir como alternativas com potencial técnico e econômico, devendo sempre ser considerada esta questão cultural e inserida dentro da proposta como um todo:

- Programas de Produção e Abastecimento / Hortigranjeiros: a região importa aproximadamente 90% dos hortigranjeiros consumidos, havendo a possibilidade de produção, especialmente para propriedades próximas das cidades. Algumas medidas são necessárias para incrementar esta atividade como programas de apoio à irrigação e à plasticultura, à organização da comercialização em feiras e controle da qualidade e de preços.

- Programas de Produção de Pequenos Animais: algumas atividades que não substituem as atividades principais da unidade de produção, podem porém incrementar a renda, como a criação de aves (galinhas, marrecos, patos e gansos), peixes, abelhas e caprinos.

- Programa de Florestamento: a grande quantidade de solos inadequados para as atividades agrícolas intensivas tem no florestamento uma alternativa interessante para reconversão. Esta atividade pode também integrar-se com a agroindústria como forma de proporcionar a agregação de renda. Já existem em municípios próximos, algumas áreas com florestamento e serrarias gerando inúmeros empregos. Entretanto, a alternativa de integração ou de produção em pequena escala por um número maior de produtores redistribui melhor a renda e não exclui, por venda das áreas, os produtores da região.

- Programa de Fruticultura: trata-se de uma boa possibilidade pois, além de favorecimento climático, há a possibilidade de beneficiamento na pequena propriedade, na fabricação de doces e compotas. Algumas culturas como o figo, o pêssego, a uva e a pêra apresentam bom desempenho em termos de produtividade e possuem tecnologia disponível para a região, inclusive com a existência do Centro de Pesquisas em Frutíferas da Embrapa, em Pelotas.

De qualquer forma, o processo de reconversão depende muito mais da alteração dos aspectos culturais do que propriamente de opções técnicas e econômicas. Enfim, reconversão não se concretiza de um momento para outro, mas é necessário começar. Algumas iniciativas de pequeno porte devem ser iniciadas a partir das discussões com os produtores envolvidos, devendo ser implantadas de forma gradativa. E, a não ser que haja a implantação de uma nova agroindústria que sirva de alavanca imediata para a mudança, trata-se de um processo lento que necessita de estímulos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Rio Grande do Sul tem sido caracterizado por uma divisão em duas partes, uma, a Metade Sul, considerada a metade pobre, e a outra, a Metade Norte considerada como a metade rica. Este estudo buscou abordar uma área composta por quatro municípios localizados na parte sul, onde vem sendo realizado um trabalho diferenciado dentro do Programa Área Piloto.

A existência deste Programa “Área Piloto” que se constitui na busca de alternativas conjuntas de desenvolvimento, caracteriza-se como uma nova experiência, como uma tentativa diferenciada de tudo que já foi realizado na região. Este Programa se diferencia pela busca constante da participação dos envolvidos e de parcerias que possam contribuir com as populações, além da busca da história para, compreendendo o passado, entender melhor o presente. Acima de tudo, diferencia-se pelo respeito aos valores, à cultura, às expectativas e aos anseios dos envolvidos, o que representa a maior dificuldade, pois são estes valores que, entre outras causas, têm levado à estagnação e ao declínio a sociedade da região, sem que haja uma compreensão própria desta realidade pela população local e pelas suas lideranças. A expectativa de soluções externas e verticais associadas a uma expectativa de retorno às situações de um passado glorioso e rico, de que finalmente haja uma “política do governo” que resolva os problemas, têm sido um entrave à mudança. Entretanto, no conflito dos interesses da sociedade local estes são os valores predominantes e devem ser tomados em conta pelas políticas públicas.

Por outro lado, porém, o estudo não considera que estes valores e esta situação sejam imutáveis, mas fruto de uma caminhada da sociedade como um todo. E o Projeto Área Piloto é parte desta caminhada em busca de algo novo. Este trabalho parte do princípio de que as ditas “vocações” ou “tendências” não são inevitáveis ou imutáveis como uma espécie de destino social de atores e grupos. Na verdade, ele parte do princípio de que a sociedade em sua dinâmica tem condições de alterar as suas condições e o seu curso a partir de suas próprias decisões e de seu próprio esforço, dependendo, acima de tudo, da descentralização de poder. O fato de ter um

passado heróico e glorioso, e de que uma atividade econômica desempenhou papel importante em determinada época, não significa que deva ser assim indefinidamente, sem mudanças. Segundo afirma Carr (1982), “...o passado ilumina o futuro” o que significa não um retorno ao que já foi, mas, a partir dele, uma projeção do futuro sem restrições ou limitações decorrentes da “vocação natural”, freqüentemente utilizada para diminuir as possibilidades de transformações estruturais da região estudada.

Assim, embora considerando-se a relevância da iniciativa do Projeto Área Piloto, deve-se ter o cuidado de que ele realmente permaneça de forma “diferenciada” na busca das alternativas de desenvolvimento. As possibilidades de que venha a repetir fórmulas fracassadas anteriores devem ser evitadas constantemente. Assim, a identificação de grupos homogêneos de produtores feita por este trabalho, se constitui em uma busca para esta diferenciação. O conhecimento das diferentes unidades de produção, suas formas de produzir, seu processo de integração com o mercado e o seu agrupamento por características homogêneas permite discutir e propor com mais clareza alternativas de desenvolvimento. E, acima de tudo, permite realmente identificar qual o sistema predominante na região estigmatizada como a região do “latifúndio”.

Por outro lado, as expectativas a respeito de seus resultados devem ser colocadas no seu devido lugar. O Projeto provavelmente obterá bons resultados em algumas comunidades, evoluindo em termos de melhorias econômicas, sociais e políticas. Em outras, é possível que não tenha o mesmo sucesso, o que não pode ser considerado como fracasso, mas como parte da sua própria caminhada.

Assim, deve-se considerar o desenvolvimento como um processo dinâmico na sociedade, que está constantemente em mudança. A caminhada da sociedade, seja em que sentido for, faz parte desta dinâmica no qual o Projeto Área Piloto e este trabalho estão inseridos. Os aspectos discutidos nesta dissertação são vulneráveis ao tempo, não se constituindo em um trabalho pronto, em uma receita, uma fórmula definitiva ou em um modelo pré-concebido. Constitui-se, isto sim, num trabalho aberto que procura apenas oferecer subsídios que permitam compreender melhor a região, sua população, seus valores e suas reações. Algumas questões ficam ainda sem resposta e é importante que outros trabalhos sejam realizados como forma de aprofundar alguns aspectos, como por exemplo, as relações entre Município e Federação em um processo participativo de desenvolvimento, sobre os seus papéis, seus recursos, suas atribuições, etc. Há ainda a necessidade de rever a redistribuição de poder em um processo participativo, quais os seus mecanismos e suas dificuldades, como se dá a “participação” dos atores sociais na

definição dos recursos públicos e qual a sua verdadeira influência. Além disso, outras inúmeras questões podem ser levantadas sem que tenham sido abordadas e respondidas por este trabalho.

Cabe ainda destacar os agentes que devem servir de alavanca para o desenrolar deste novo processo, no qual a extensão rural desempenha um importante papel, não como agente de intervenção, mas como um agente catalisador das ações, como um agente assessor e motivador. Sobre esta importância, o entrevistado nº6 atribui à extensão muitas das conquistas obtidas, quando declara que *“tem estrada boa, luz, telefone ... que todas as melhorias que nós tivemos, quem levanta a lebre (levanta o assunto para discussão) é a Emater...”* Assim, a atuação da extensão é importantíssima, desde que seja adequada a essa sua nova postura, onde a participação é fundamental. A capacitação dos extensionistas em metodologias participativas, a conscientização para a importância da função que desempenham, a visão do Estado e da sociedade sobre o verdadeiro papel que está destinado a esse serviço, devem ser melhor elaborados e discutidos. De qualquer forma, o papel da extensão, especialmente no trabalho de assessoria aos produtores periféricos que têm sido excluídos do campo sem serem “incluídos” nas cidades, parece ser uma das funções mais importantes que cabe à extensão.

Enfim, este trabalho busca o entendimento da situação regional a partir do conhecimento da formação histórica da região e a sua evolução até a atualidade, e aborda o desafio de uma nova forma de desenvolvimento que considere os envolvidos como importantes definidores do seu futuro. Embora seja um caminho que exige esforço e criatividade, necessitando de mudança de posturas e de alguns valores, parece ser uma importante possibilidade e alternativa para um futuro que permita incluir mais a população nos benefícios e melhorias da sociedade, em vez de tornar-se um processo de exclusão contínua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRÃO, N. **História do município de Caçapava do Sul**. 2.ed. Santa Maria: Pallotti, 1980. 97 p.
- ALENCAR, E. Intervenção tutorial participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de Administração Rural**, Lavras: v.2, n.1, p.23-43, jan./jun.1990.
- ALENCAR, E.; MOURA FILHO, J.A. **Caracterização sócio-econômica da unidade de produção a campo**. Lavras: COOPESAL, [198-]. 27 p. (Apostila).
- ALONSO, J.A.F.; BENETTI, M.D.; BANDEIRA, P.S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994. 227 p.
- ALVAREZ, H. **Notas sobre “La caracterización y la planificación del desarrollo rural integrado”** Salvador: s.ed., 1983. (Curso Internacional de Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado, 2, jun 82 / jan 83).
- ANTONACCI, M. A. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.229-254. (Documenta, 2)
- ARBOITTE, E. **Santana da Boa Vista**. Porto Alegre: CORAG, 1977. 55 p.
- AZEVEDO, E.P. de; GOMES, N.M. A instituição escolar na área rural em Minas Gerais: elementos para se pensar uma proposta de escola. **Cadernos CEDES**, São Paulo, n.11, p.31-41, 1984.
- BAPTISTA, M.V. **Desenvolvimento de comunidade: (estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global)** São Paulo: Cortez e Moraes, 1978. 170 p.
- BARBOSA, F.D. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1983. 248 p.
- BECKER, M.B.C. **Agroindústria e desenvolvimento**. Porto Alegre: União Brasileira dos Escritores, 1989. 180 p.
- BRESSAN, F. **O método do estudo de caso**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. 22 p.

- CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, jan / mar. 1982. p.4-16.
- CAPORAL, F.R.; COSTA BEBER, J.A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.24, n.3, p.70-90. set / dez. 1994.
- CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 143 p.
- CARR, E.H. **Que é história?** 3.ed. Trad. de Lúcia Maurício de Verga, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.75-111.
- CASSOL, A.L. **Poder legislativo de Caçapava do Sul**. Santa Maria: Pallotti, 1995. 64 p.
- CESAR, G. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 07-28. (Documenta, 2).
- CHAMBERS, R. **Participatory Rural Appraisals: past, present and future**. Forests, trees and people newsletter. Rome: FAO, n.15/16, feb.1992. 63 p.
- DACANAL, J.H. Réquiem, ainda que tarde, para os farroupilhas (ou: O Grande Sul era Coisa Nossa!) In: DACANAL, J.H. (org.) **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p. 122-127. (Documenta, 20).
- DELGADO, G.C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone, 1985. 239 p.
- DUTRA, O. P. **Monografia histórica do município de Pinheiro Machado**. Pinheiro Machado: [Lions Clube], 1985. 110 p.
- EMATER / RS - Escritório Central / DPLAN **Pesquisa Rural (Estudo da Situação) do município de Santana da Boa Vista**. Porto Alegre, 1992. 115 p.
- EMATER / RS - Escritório Central / DPLAN **Dados sócio-econômicos da região e dos municípios da Área Piloto**. Porto Alegre, 1994 a. 28 p.
- EMATER / RS - Lavras do Sul. **Projeto Área Piloto - levantamento sócio-econômico do município**. Lavras do Sul, 1994 b. 31 p.
- EMATER / RS - Pinheiro Machado. **Projeto Área Piloto - levantamento sócio-econômico do município**. Pinheiro Machado, 1994 c. 61 p.
- EMATER / RS - Santana da Boa Vista. **Projeto Área Piloto - levantamento sócio-econômico do setor primário**. Santana da Boa Vista, 1994 d. 14 p.
- EMATER / RS - Caçapava do Sul. **Sumário do diagnóstico sócio-econômico do município**. Caçapava do Sul, 1994 e. 24 p.

- EMATER / RS - Pinheiro Machado. **Relatório do DRP das localidades de Carro Quebrado, Alto Bonito e São João Batista.** Pinheiro Machado, 1995 a. 30 p.
- EMATER / RS - Lavras do Sul. **Relatório do DRP das localidades de Três Vendas e Passo do Lagoão.** Lavras do Sul, 1995 b. 25 p.
- EMATER / RS - Escritório Central / DPLAN **Resumo Geral dos Projetos contratados do FEAPER - Condomínios.** Porto Alegre, 1996. 22 p.
- FERREIRA FILHO, A. **História Geral do Rio Grande do Sul:1503-1957.** Porto Alegre: Globo, 1958. 184 p.
- FLORES, M.; FLORES, H.A.H. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993. 124 p.
- FLORES, M.X.; NASCIMENTO, J.C. Novos desafios da pesquisa para o desenvolvimento sustentável. **Agricultura sustentável**, Jaguariúna, v.1, n.1, p. 10-17, jan / abr. 1994.
- FONSECA, M.T.L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.
- FONSECA, P.C.D. **RS: Economia & conflitos na República Velha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. 144 p. (Documenta, 18).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) - Oficina Regional de la FAO para América Latina e Caribe. **Desarrollo agropecuario: de la dependencia al protagonismo del agricultor.** 2.ed., Santiago: FAO, 1992. 126 p. (Serie Desarrollo Rural n.9).
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO) / INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) - **Relatório do Projeto UTF / BRA / 036 / BRA A agricultura familiar da região Sul.** Brasília: 1996. 65 p.
- FREITAS, D. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, J.H. (org.) **A Revolução Farroupilha: história e interpretação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.110-121. (Documenta, 20).
- FREITAS, C.L.; KONZEN, O.G. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul: origens e mudanças. **Revista de Economia Rural**, Brasília, v.21, n.3, p. 399-427, 1983.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER (FEE). **Região Sul / RS Indicadores econômicos.** Porto Alegre, 1995. 36 p.
- GODOY, D.L. Extremo Sul não atrai montadoras. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 14 set 1996. p. 16.
- GOMES, M.A.O.; SOUZA, A.V.A. **Projeto ASSUL / UFLA: Fortalecimento da agropecuária e desenvolvimento da agroindústria no Sul de Minas.** Lavras: UFLA, 1996. 45 p.

- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais.** Brasília: EMBRAPA, 1988. 583 p.
- HAVENS, A. E. Questões metodológicas no estudo do desenvolvimento. **Sociologia Ruralis.** University of Wisconsin - Madison, v.12, n. 3/4, p.252-272, 1972.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **Censo Demográfico 1991.** Brasília, 1991. 203 p. .
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Censo econômico 1985 - Tabelas de resultados segundo as mesorregiões, microrregiões e os municípios do Rio Grande do Sul.** Brasília, 1986. p.88-107.
- JOHNSON, H.M. Mudança social. In: **Introdução sistemática ao estudo da sociologia.** Rio de Janeiro: Lidaador, 1960. Cap.22, p.720-744.
- LEITE, P.S. **Novo enfoque do desenvolvimento econômico e as teorias convencionais.** Fortaleza: Imp. Universitária, 1983. p. 26-29, 68-69, 82-83.
- LESSA, L.C.B. **Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1984. 212 p.
- LINZER, A.K. **El diagnóstico participativo: un método para la planificación de proyectos con comunidades rurales.** Santa Cruz, Bolívia: CIAT, [199-], 88 p.
- LISBOA, A.M. Desenvolvimento, uma idéia subdesenvolvida. **Cadernos do CEAS,** Salvador, n.161, jan / fev, p.11-21, 1996.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. Pesquisa. In: **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1990. Cap.1, p. 15-37
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de Pesquisa. In: **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1990. Cap.3, p. 56-123.
- MAZOYER, M.L. **Ciência e tecnologia a serviço do desenvolvimento agrícola: impasses e perspectivas.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 18 p. (textos para debate 37).
- MILLIKAN, M. **O problema da agricultura nos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro / São Paulo: Forense, 1970. 187 p.
- MINAYO, M.C.S.(org.); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- MÜLLER, G. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 358-402. (Documenta, 2)

- NEVES, D.P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**, 1985. ANPOCS, São Paulo: Cortez, 1985. p. 220-241.
- NYERERE, J.K. Aspectos teóricos na educação rural. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J.D. (org.) **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. trad. de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 17-30.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiróz, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 217 p.
- PESAVENTO, S.J. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento / IEL, 1980. 305 p.
- PESAVENTO, S.J. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, J.H. (org.) **A Revolução Farroupilha: história e interpretação**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. p.05-29. (Documenta, 20).
- PESAVENTO, S.J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142 p. (Série Revisão, 1).
- PICCOLO, H.I.L. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p.93-117. (Documenta, 2)
- PILETTI, N. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 1990. 240 p.
- PINHEIRO, S.L.G. O enfoque sistêmico na Pesquisa e Extensão Rural (FSR / E): novos rumos para a agricultura familiar ou apenas a reformulação de velhos paradigmas de desenvolvimento? IN: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 2, Londrina, 1995, **Anais... IAPAR / SBS**, 1995. p. 21-52.
- PINTO, J.B. Aspectos teóricos na educação rural. In: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J.D. (org.) **Educação rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. trad. de Paulo Roberto Kramer e Lúcia Teresa Lessa Carregal, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 65-102.
- QUESADA, G. **Comunicação e comunidade: mitos da mudança social**. São Paulo: Loyola, 1980. 94 p.
- REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 324 p.
- RIO GRANDE DO SUL - Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento e Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento. **Alívio à pobreza (Diagnósticos e conclusões) - PRÓ - RURAL 2000** - Conservação de recursos naturais e combate à pobreza e ao êxodo rural através da geração de renda e da promoção social. Porto Alegre, 1995 a. 92 p.

RIO GRANDE DO SUL - Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento. **Termos de Referência para a elaboração do Plano de Reestruturação Econômica para a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 1995 b. 38 p.

RIO GRANDE DO SUL - Secretaria Estadual de Coordenação e Planejamento. **Novas alternativas econômicas para a “Metade Sul” do Rio Grande do Sul** - proposta preliminar de diretrizes e estratégias. Porto Alegre, 1995 c. 24 p.

RÖPKE, W. **Os países subdesenvolvidos.** São Paulo: Saraiva, 1963. 121 p.

SANTOS, C.M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII.** São Paulo: Ed. Nacional, 1984. 216 p.

SANTOS, T. A crise da teoria do desenvolvimento e as relações de dependência na América Latina. In: JAGUARIBE, H. **A dependência política-econômica da América Latina.** São Paulo: Loyola, 1976. p.103-129.

SANTOS FILHO, J.C. **Pesquisa Educacional: quantidade - qualidade.** São Paulo: Cortez, 1995. 111 p.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. 192 p.

SILVEIRA, F.G.; SAMPAIO; M.H. **Índice de desenvolvimento social (IDS) - uma estimativa para os municípios do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, estimativas de junho de 1995. 19 p. (não publicado).

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. 151 p.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M.J.; CORADINI, O.L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política da avicultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 119 p.

SOUSA, A.R. **Da teoria econômica a teoria do desenvolvimento.** Lisboa: Clássica, 1980. 260 p.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre a América Latina. In: DURAND, J.C.G. **Sociologia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.121-136.

TEIXEIRA, E. **Lavras do Sul: na bateia do tempo.** Lavras do Sul: Prefeitura Municipal - Casa de Cultura José Neri da Silveira, 1992. v.1, 529 p.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 1986. 108 p.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.

TOLLINI, H. Empresas de larga escala versus empresas comerciais familiares. **Revista de Economia Rural.** Brasília, v.17, n.1, p. 123-127, jan./mar. 1979.

TORRONTEGUY, T.O.V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto / IEL, 1994. 192 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. Pesquisa Qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. Cap. 5, p.116-173.

VERÍSSIMO DA FONSECA, P.A. **A formação do gaúcho**. Passo Fundo: Diário da Manhã, 1982. 222 p.

WATERSTON, A. A viable model for rural development. In: WILBER, C. (ed.) **The political economy of development and under development**. 2.ed. New York: Random House, 1979. p. 234-240.

WHITAKER, D.; ANTUNIASSI, M.H.R. Escola pública localizada na zona rural: contribuições para a sua estruturação. **Cadernos CEDES**. São Paulo, n.33, p. 9-39, 1993.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE PERGUNTAS FEITAS AOS ENTREVISTADOS

1 - O senhor lembra como eram as propriedades da região?

- maiores / menores
- mais / menos numerosas
- com / sem empregados
- plantavam / não
- criavam / não (o quê?)

2 - O que aconteceu depois?

- quem vendeu / por que vendeu
- quem comprou / por que comprou
- o que aconteceu com os empregados

3 - Onde e para que o pessoal se reunia?

- hoje, onde e para que se reúnem
- o senhor participava ou participa de algum grupo de trabalho

4 - Qual era a pessoa mais importante da região?

- era grande ou pequeno produtor
- como se relacionava com o mercado

5 - Antigamente se vivia melhor / pior que hoje?

- dinheiro
- conforto (luz, água, saúde, estradas)
- qual o principal entrave para se viver melhor hoje?

6 - O que o senhor (a) pensa que deveria ser feito para melhorar o futuro?

- economia
- conforto

7 - O que o senhor pensa da reconversão?

- se tivesse recursos baratos para atividades de reconversão o senhor pegaria?
- é possível, para o senhor mudar de atividade ?

ANEXO 2**RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

- Nº 1 B.A.F. 75 anos - 160 ha**
- Nº 2 R.A.G. 48 anos - 130 ha**
- Nº 3 A.K. 62 anos - 50 ha**
- Nº 4 H.M. 70 anos - 60 ha**
- Nº 5 A.A.B.F. 67 anos - 09 ha**
- Nº 6 O.M. (58 anos e 36 ha), A.M. (70 anos e 09 ha) e T.C.S. (66 anos e sem terra)**
- Nº 7 C.B.F. 70 anos - 356 ha**
- Nº 8 F.B.F. 68 anos - 222 ha**
- Nº 9 E.S.L. 77 anos - 350 ha**
- Nº 10 M.T. 77 anos - 200 ha**
- Nº 11 J.G. 70 anos - 342 ha**
- Nº 12 S.A.F. 69 anos - 899 ha**
- Nº 13 O.F.S. 68 anos - 800 ha**
- Nº 14 O.P.D. 75 anos -**